



Universidade de Brasília  
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas  
Departamento de Gestão de Políticas Públicas

**CAIO LEAL DE ARAÚJO**

**Campo de Públicas:**  
**O Papel do Movimento Estudantil em sua Criação e**  
**Fortalecimento**

Brasília – DF

2016

**CAIO LEAL DE ARAÚJO**

**Campo de Públicas:**  
**O Papel do Movimento Estudantil em sua Criação e**  
**Fortalecimento**

Monografia apresentada ao Departamento de Gestão de Políticas Públicas como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Gestão de Políticas Públicas.

Professora Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Suylan de Almeida Midlej e Silva

Brasília – DF

2016

**CAIO LEAL DE ARAÚJO**

**Campo de Públicas:**  
**O Papel do Movimento Estudantil em sua Criação e**  
**Fortalecimento**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de  
Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília do aluno

**CAIO LEAL DE ARAÚJO**

Doutora, Suylan de Almeida Midlej e Silva  
Professora-Orientadora

Doutora, Christiana Soares de Freitas  
Professora-Examinadora

Doutora, Janann Joslin Medeiros  
Professora-Examinadora

Brasília, 01 de Dezembro de 2016

Seria incoerente no momento em que escrevo esta monografia, que se trata de Movimento Estudantil, não a dedicar às e aos estudantes que neste momento lutam e ocupam escolas, universidades e demais espaços públicos de educação, mostrando as vias da Ação Coletiva para se barrar o retrocesso. Por isso, dedico esta monografia às e aos estudantes em todo o Brasil em ocupações de espaços públicos de Educação por um futuro melhor para todas e todos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, à paciência, compreensão e dedicação da professora Suylan Midlej, que me orientou nesta monografia da melhor forma possível mesmo em meio a todos os percalços do semestre em que escrevi este trabalho, muito obrigado, professora!

Também agradeço à toda minha família, que me apoiou e deu suporte para não desistir. Muito obrigado, papai, mamãe e Davi! E um agradecimento muito especial à Carol, que compreendeu a forma como a monografia me tomou tempo, e me aturou quando o único assunto que sabia falar era sobre o Campo de Públicas, de tão imerso na pesquisa fiquei, obrigado!

Às professoras e professores, agradeço por terem sido bons exemplos no Campo de Públicas e do porque se lutar pelo crescimento e fortalecimento como Campo!

Às amigas e aos amigos, meu muito obrigado por estarem comigo e fazerem parte deste sentimento pelo Campo de Públicas que se registra nesta monografia!

E, por fim, agradeço imensamente às e aos estudantes do Campo de Públicas, que não abaixaram a cabeça nos momentos difíceis, foram importantes para a criação e fortalecimento do Campo de Públicas e construindo assim um futuro melhor para si, para os estudantes que virão e para a profissionalização da Gestão Pública, como esta monografia pretende mostrar.

Muito obrigado, Campo de Públicas!

*“Mesma coisa, nada! Gestão Pública não é Gestão Privada!”*  
*Estudantes de cursos do Campo de Públicas durante manifestação em reunião do Conselho*  
*Nacional de Educação (CNE), Brasília. 01/10/2013*

Lc            Leal de Araújo, Caio  
              Campo de Públicas: O Papel do Movimento  
              Estudantil em sua Criação e Fortalecimento / Caio  
              Leal de Araújo; orientador Suylan de Almeida Midlej  
              e Silva. -- Brasília, 2016.  
              120 p.

              Monografia (Graduação - Gestão de Políticas  
              Públicas) -- Universidade de Brasília, 2016.

              1. Campo de Públicas. 2. Movimento Estudantil. 3.  
              Estudo em Administração Pública e Políticas Públicas.  
              I. de Almeida Midlej e Silva, Suylan, orient. II.  
              Título.

## RESUMO

O termo Campo de Públicas passou a ser utilizado a partir de 2007 com o objetivo de expressar uma identidade comum estudantil, profissional e acadêmica dos cursos de graduação em Administração Pública, Gestão de Políticas Públicas, Gestão Pública, Gestão Social e Políticas Públicas. O objetivo desta pesquisa é investigar qual o papel do Movimento Estudantil na criação e no fortalecimento do Campo de Públicas no Brasil. O presente trabalho descreve historicamente como se deu o estudo em Administração Pública e Políticas Públicas no Brasil antes do surgimento do Campo de Públicas, além dos programas de expansão do Ensino Superior que instigaram a criação dos novos cursos já no Século XXI e o debate do Campo de Públicas como campo de estudos nos termos de Kuhn (1978), além de discutir conceitos e características do Movimento Estudantil. Para isso, foi realizada uma pesquisa qualitativa que envolveu análise documental, entrevistas e observação participante. Os resultados mostram que o Movimento Estudantil foi um dos protagonistas na criação e no fortalecimento do Campo de Públicas.

**Palavras-Chave:** Campo de Públicas; Movimento Estudantil; História do Campo de Públicas; Administração Pública; Estudo da Administração Pública e Políticas Públicas; ENEAP.



## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 01 – PRESENÇA DOS ESTUDANTES POR ENEAP

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 01 – Características das principais correntes reformistas ou programas de governo ao longo da história brasileira

Quadro 02 – Principais Acontecimentos Entre 1854 e 1951 Para o Estudo em Administração Pública e Políticas Públicas no Brasil

Quadro 03 – Principais Acontecimentos Durante o 1º Ciclo do Ensino de Graduação em Administração Pública e Políticas Públicas no Brasil (1952-1965)

Quadro 04 – Principais Acontecimentos Durante o 2º Ciclo do Ensino de Graduação em Administração Pública e Políticas Públicas no Brasil (1966-1982)

Quadro 05 – Principais Acontecimentos Durante o 3º Ciclo do Ensino de Graduação em Administração Pública e Políticas Públicas no Brasil (1983-1994)

Quadro 06 – Principais Acontecimentos Entre 1995 e 2001 Para o Estudo em Administração Pública e Políticas Públicas no Brasil

Quadro 07 – Ciclos do Ensino de Graduação em Administração Pública no Brasil (1952-1994)

Quadro 08 – Técnicas de pesquisa e ações realizadas

Quadro 09 – Objetivos Específicos e Procedimentos Metodológicos

Quadro 10 – LEGENDA DOS CURSOS DO CAMPO DE PÚBLICAS

Quadro 11 – LINHA DO TEMPO DOS EVENTOS E MOMENTOS IMPORTANTES DO CAMPO DE PÚBLICAS

Quadro 12 – INSTITUIÇÕES DE ENSINO PRESENTES NOS FP3CP

Quadro 13 – GESTÕES DA FENEAP

Quadro 14 – SEDES DOS ENEAPs

Quadro 15 – LISTA DE CURSOS DO CAMPO DE PÚBLICAS

Quadro 16 – ENTIDADES DE BASE FILIADAS À FENEAP

## **LISTA DE ABREVIações, SIGLAS E TERMOS**

ANEPCP – Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas

ANGRAD – Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração

AP – Cursos de Graduação em Administração Pública

CA – Centro Acadêmico

CAACS UNICAMP – Centro Acadêmico Antônio Costa Santos do curso de Administração Pública da Universidade Estadual de Campinas

CAAP UDESC– Centro Acadêmico de Administração Pública no Campus de Balneário Camboriú da Universidade do Estado de Santa Catarina

CAAP UENF – Centro Acadêmico de Administração Pública da Universidade Estadual do Norte Fluminense

CAAP UFAL – Centro Acadêmico de Administração Pública da Universidade Federal de Alagoas

CAAP UFCA – Centro Acadêmico de Administração Pública da Universidade Federal do Cariri

CAAP UNESP – Centro Acadêmico de Administração Pública da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”

CAAP UNILAB – Centro Acadêmico de Administração Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

CACE UFMG – Centro Acadêmico de Ciências do Estado da Universidade Federal de Minas Gerais

CACIJ UDESC – Centro Acadêmico Cinco de Julho do curso de Administração Pública do Campus Florianópolis da Universidade do Estado de Santa Catarina

CAGeP IFB – Centro Acadêmico de Gestão Pública do Instituto Federal de Brasília

CAGEP IFRN – Centro Acadêmico de Gestão Pública do Instituto Federal do Rio Grande do Norte

CAGESP UFPB – Centro Acadêmico de Gestão Pública da Universidade Federal da Paraíba

CAGesP UFRJ – Centro Acadêmico de Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

CAGP UFMG – Centro Acadêmico de Gestão Pública da Universidade Federal de Minas Gerais

CAGPP UFC – Centro Acadêmico de Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará

CAGPP UFRN – Centro Acadêmico de Gestão de Políticas Públicas Djalma Maranhão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

CAGPP UFRN – Centro Acadêmico de Gestão de Políticas Públicas Djalma Maranhão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

CAHS USP – Centro Acadêmico Herbert de Sousa do curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo

CAPOL UFABC – Centro Acadêmico de Políticas Públicas da Universidade Federal do ABC

CAPOP UnB – Centro Acadêmico de Gestão de Políticas Públicas da Universidade

CAPP UFRGS – Centro Acadêmico de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

CAs – Centros Acadêmicos

CE – Curso de Graduação Ciências do Estado

CENAAP UFLA – Centro Acadêmico de Administração Pública da Universidade Federal de Lavras

CFA – Conselho Federal de Administração

CNE – Conselho Nacional de Educação

CONEAPs – Congressos Nacionais dos Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas

CRAs – Conselhos Regionais de Administração

DA Sigma UFABC – Diretório Acadêmico “Sigma” da Universidade Federal do ABC

DAAP UFRRJ – Diretório Acadêmico de Administração Pública da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

DAAP UNIRIO – Diretório Acadêmico de Administração Pública da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

DACSAP EG-FJP/MG – Diretório Acadêmico da Escola de Governo Professor Paulo Neves da Fundação João Pinheiro

DAGP UNIPAMPA – Diretório Acadêmico de Gestão Pública da Universidade Federal do Pampa

DAGV EAESP/FGV – Diretório Acadêmico da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas

DAs – Diretórios Acadêmicos

DASP – Departamento Administrativo do Setor Público

DCEs – Diretórios Centrais dos Estudantes

DCNs – Diretrizes Curriculares Nacionais

de Brasília

EG-FJP/MG – Escola de Governo Fundação João Pinheiro de Minas Gerais

ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

ENEAP – Encontro Nacional dos Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas

ENEAPs – Encontros Nacionais de Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas

ENEPCP – Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas

ERECAPs – Encontros Regionais dos Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas

FACE/UnB – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília

FENEAP – Federação Nacional de Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FP3CP – Fórum de Professores e Coordenadores do Campo de Públicas

GP – Cursos de Graduação em Gestão Pública

GPDES – Curso de Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social

GPP – Cursos de Graduação em Gestão de Políticas Públicas

GS – Cursos de Graduação em Gestão Social

IFB – Instituto Federal de Brasília

IFRN – Instituto Federal do Rio Grande do Norte;

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IRBr – Instituto Rio Branco

MEC – Ministério da Educação

PPs – Cursos de Graduação em Políticas Públicas

Pro Pública Brasil – Associação Brasileira de Profissionais do Campo de Públicas

PUC Campinas – Pontifícia Universidade Católica na Cidade de Campinas

PUC São Paulo – Pontifícia Universidade Católica na Cidade de São Paulo

REUNI – Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SBAP – Sociedade Brasileira de Administração Pública

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial  
SESI – Serviço Social da Indústria  
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina  
UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense  
UFABC – Universidade Federal do ABC  
UFAL – Universidade Federal de Alagoas  
UFC – Universidade Federal do Ceará  
UFCA – Universidade Federal do Cariri  
UFLA – Universidade Federal de Lavras  
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais  
UFPB – Universidade Federal da Paraíba  
UFPR – Universidade Federal do Paraná  
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
UnB – Universidade de Brasília  
UNE – União Nacional dos Estudantes  
UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”  
UniA/SP – Universidade Anhanguera, no estado de São Paulo  
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas  
UniCEUB – Centro Universitário de Brasília  
UNIEURO – Centro Universitário Euroamericano  
UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
UNIMEP – Universidade Metodista na Cidade de Piracicaba  
UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa, no estado do Rio Grande do Sul  
USP – Universidade de São Paulo

# SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>19</b>
2.1. A Administração Pública no Brasil .....	19
2.2. Linha do Tempo do Estudo em Administração Pública e Políticas Públicas no Brasil.	24
2.3. Campo de Públicas como campo de estudo .....	43
2.4. Conceitos e Características do Movimento Estudantil .....	45
<b>3. METODOLOGIA.....</b>	<b>49</b>
3.1. Método .....	49
3.2. Técnicas de Pesquisa.....	49
3.3. Análise dos dados .....	55
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>56</b>
4.1. Campo de Públicas e Movimento Estudantil .....	56
4.2. O ENEAP e o Campo de Públicas .....	76
4.3. Movimento Estudantil do Campo de Públicas: ator de mudança .....	89
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>94</b>
<b>6. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>100</b>
<b>7. APÊNDICE .....</b>	<b>105</b>
7.1. Apêndice A – LISTA DE CURSOS DO CAMPO DE PÚBLICAS .....	105
7.2. Apêndice B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA .....	114
7.3. Apêndice C – Lista de Entidades de Base Filiadas às FENEAP .....	116
7.4. Apêndice D – Dicionário do Campo de Públicas .....	117

## 1. INTRODUÇÃO

No ano de 1952 foi criado o primeiro curso de graduação em Administração Pública do Brasil, na Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (EBAP/FGV) de São Paulo, que desta forma inaugurou a Academia e área do país voltada à formação de profissionais qualificados para lidar com a burocracia estatal, busca pelo bem estar social e realização de ações para melhorias sociais pelas vias do Estado (FARAH, 2016; COELHO; NICOLINI, 2013). Décadas se passaram, novos cursos de Administração Pública foram criados e muitos acabaram, de acordo com a valorização ou não que se dava à área em cada momento pelo qual o país passou durante este período que precedeu o início do Século XXI, que com programas governamentais como o REUNI, trouxe novos cursos e novas nomenclaturas de graduações com a mesma mentalidade de pensar a Administração Pública, Políticas Públicas e o Estado para melhorias sociais, levando à ideia de Campo de Públicas que, segundo Pires et al (2014, p. 112) é:

Uma expressão utilizada por professores, pesquisadores, estudantes, egressos-profissionais e dirigentes de cursos de Administração Pública, Gestão de Políticas Públicas, Gestão Pública, Gestão Social e Políticas Públicas, de universidades brasileiras, para designar, essencialmente, um campo multidisciplinar de ensino, pesquisa e fazeres tecnopolíticos, no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas e das Ciências Humanas, que se volta para assuntos, temas, problemas e questões de interesse público, de bem-estar coletivo e de políticas públicas inclusivas, em uma renovada perspectiva republicana ao encarar as ações governamentais, dos movimentos da sociedade civil organizada e das interações entre governo e sociedade, na busca do desenvolvimento socioeconômico sustentável, em contexto de aprofundamento da democracia. (PIRES et al, 2014, p. 112)

O Movimento Estudantil sempre esteve entre os atores envolvidos em todo o processo de criação e fortalecimento do Campo de Públicas, entre eles o Estado, a Universidade, Egressas e Egressos do Campo de Públicas, Professoras e Professores do Campo de Públicas, Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração (ANGRAD), Conselho Federal de Administração (CFA) e Conselhos Regionais de Administração (CRAs).

Assim, há que se averiguar qual a influência deste Movimento na criação e no fortalecimento do Campo de Públicas, bem como na profissionalização e inserção das e dos profissionais do Campo de Públicas no Mundo do Trabalho, como se pretende mostrar nesta Monografia, que parte da hipótese de que o Movimento Estudantil foi protagonista nesse processo, dada sua atuação como ator de promoção e articulação dos momentos chave na história do Campo de Públicas.



O objetivo geral da pesquisa é investigar qual o papel do Movimento Estudantil na criação e no fortalecimento do Campo de Públicas no Brasil. Como objetivos específicos: Identificar os principais momentos e formas de atuação do Movimento Estudantil do Campo de Públicas de 2002 a agosto de 2016; Investigar quais foram as principais consequências da atuação do Movimento Estudantil para criação e fortalecimento do Campo de Públicas; e Descrever como ocorreu o protagonismo do Movimento Estudantil do Campo de Públicas diante de sua atuação.

Este estudo sobre o Campo de Públicas e o papel do Movimento Estudantil em sua criação e fortalecimento tem como principal apelo contar a história do Campo de Públicas na perspectiva da participação do Movimento Estudantil, tendo, portanto, a pretensão de ajudar no registro dessa história.

Atualmente, o Campo de Públicas possui mais de 300 cursos (EDUCAÇÃO, 2016) que se encaixam entre as nomenclaturas de Gestão de Políticas Públicas (GPP), Administração Pública (AP), Gestão Pública (GP), Políticas Públicas (PPs), Gestão Social (GS) e similares. Este Campo foi se formando contando com os encontros nacionais estudantis, que também trouxeram os momentos chave para que professores, estudantes e egressos se unissem e conjuntamente lutassem pela profissionalização da Gestão Pública e fortalecimento do Campo de Públicas.

Chegando a contar com a presença de 1100 estudantes em sua edição de 2013 (Gráfico 01), os Encontros Nacionais dos Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas (ENEAPs) vêm acontecendo anualmente nos últimos dez anos. Diversos foram os momentos em que a agenda política de mobilização e atuação do Movimento Estudantil do Campo de Públicas foi formada nestes encontros, como a mobilização para a votação que veio a aprovar a criação das Diretrizes Curriculares Nacionais de Administração Pública em 2013, abarcando todas as nomenclaturas de cursos do Campo de Públicas. Foi principalmente diante da intensa participação dos estudantes nestes momentos e da sua proximidade com outros atores envolvidos no Campo de Públicas, que este estudo se torna oportuno para sistematizar essa história.

A estrutura desta Monografia consiste, além deste capítulo de Introdução, em mais quatro capítulos. O segundo capítulo traz o Referencial Teórico, com discussões sobre a Administração Pública no Brasil, o Estudo em Administração Pública e Políticas Públicas no Brasil e suas mudanças, desde a criação do primeiro curso de Administração Pública em 1952 até o início das ações em 2002, que contribuíram para o surgimento do Campo de Públicas,

bem como trata também da ideia de Campo de Públicas como Campo de Estudo em perspectivas teóricas.

O capítulo 3 apresenta a Metodologia proposta e desenvolvida para a realização do trabalho. O capítulo 4 discute os Resultados e Discussão, organizado a partir de categorias de análise, conforme os objetivos específicos. Ao final, são apresentadas as considerações finais.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Para que se entenda o Campo de Públicas e seu Movimento Estudantil, objeto em questão desta pesquisa, serão discutidos alguns fundamentos para a construção da área de Administração Pública no Brasil; a Linha do Tempo do Estudo em Administração Pública e Políticas Públicas no Brasil; o Campo de Públicas como campo de estudo e de conhecimento; e os conceitos e as características do Movimento Estudantil, sendo este um agrupamento que se organiza em torno de questões que visam seu desenvolvimento e expansão, conforme será apresentado a seguir.

### 2.1. A Administração Pública no Brasil

A História da Administração Pública brasileira assim como as mudanças e reformas administrativo-burocráticas pelas quais o Estado passou desde sua consolidação levam à necessidade de seu estudo para compreensão do Estado (e seu aparelho) como ordem social (legítima), instituição e representação (COSTA, 2016).

Costa (2008) afirma que a transferência da Família Real para o Brasil traz condições propícias ao surgimento do espaço público. Porém, assim como o restante no que se refere à República Velha, o patrimonialismo se fez muito presente na Administração Pública, que até a década de 1930 funcionava como mera executora de políticas (FISCHER, 1984).

Este período a partir da transferência da Família Real é chamado de período da “Administração Colonial”, que segundo Costa (2008, p. 834) é marcado pela:

centralização, a ausência de diferenciação (de funções), o mimetismo, a profusão e minudência das normas, o formalismo e a morosidade. Essas disfunções decorrem, em grande medida, da transplantação para a colônia das instituições existentes na metrópole e do vazio de autoridade (e de obediência) no imenso território, constituindo um organismo autoritário, complexo, frágil e ineficaz.

Com o passar dos séculos, foi gradual o processo de racionalização do governo colonial. Com a administração pombalina, o absolutismo tradicional passou a dar espaço para o racionalismo típico do despotismo esclarecido, que se expressou principalmente em métodos e processos de trabalho que davam lugar à emergência de uma burocracia (COSTA, 2008). Esta vinda da Corte portuguesa para o Brasil contribuiu para o processo de independência do país, que após declarada por D. Pedro I em 1822 levou, segundo Costa (2008), à dissolução da Assembleia Constituinte para criação do Conselho do Estado, com o objetivo de criação da primeira Constituição do Brasil em 1824, para legitimidade e

consolidação da nova situação. Esta primeira Carta Magna contava com as províncias para organização do território e quatro poderes políticos: Legislativo, Moderador, Judiciário e Executivo, para organização do Estado unitário e centralizado (COSTA, 2008).

Em 1832, o Conselho de Estado é abolido e são criadas as Assembleias Legislativas Provinciais, uma forma de divisão do poder e rendas entre Governo Central e Governos Provinciais, para Costa (2008), este é um pequeno passo rumo à descentralização.

A Guerra do Paraguai que “trouxe como consequência o desequilíbrio das finanças públicas, o fortalecimento do papel político do Exército e a exposição da contraditória condição do soldado escravo” (COSTA, 2008, p. 838), o agravamento dos conflitos entre proprietários de terra e setores urbanos e os problemas de autonomia das províncias contribuíram para desestabilização do Governo e surgimento de um movimento republicano, que buscava conciliar os interesses de monarquistas liberais e escravocratas descontentes. Estas situações, somadas a alguns incidentes entre militares e Governo acabaram por dar mais estímulos para os oficiais descontentes, que deflagraram então o golpe de 15 de Novembro de 1889 para proclamação da República, sob liderança do Marechal Deodoro da Fonseca (COSTA).

Para implantação do novo regime, o Governo Provisório realizou reformas imediatas e convocou eleições para formação de uma Assembleia Constituinte, que levou à Constituição de 1891, instituindo o Federalismo, regime Presidencialista e separação mais clara dos poderes. Este período que durou cerca de 40 anos ficou conhecido como República Velha e passou a ser disfuncional com o início da industrialização, urbanização, organização política das camadas urbanas e diversificação da Economia (COSTA, 2008). Desde a Guerra do Paraguai, o Exército atuou de forma política “perseguido ideais modernizadores ou salvacionistas” (COSTA, 2008, p. 840), que ficou ainda mais claro com a intervenção que gerou a Revolução de 1930 após a derrota de Getúlio Vargas diante de Júlio Prestes.

A reconstrução dos processos de formação e modelos de aparatos estatais é importante para o entendimento das “recentes transformações do Estado, da organização governamental e da administração pública brasileira” (COSTA, 2008, p. 831), e consequentemente, do processo de ensino e estudos em Administração Pública e Políticas Públicas.

Para Fadul e Silva (2008, p. 1), as reformas paradigmáticas “mais abrangentes e significativas em relação ao seu impacto na configuração da estrutura administrativa do país” são: “(a) a de 1938, que criou o DASP; (b) a de 1967, que instituiu o Decreto-Lei n. 200; (c) a de 1988, gerada pela promulgação da Constituição Federal; (d) a de 1995, instituída pelo Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.”.

Porém, outros momentos também tiveram importância, mas não necessariamente atingiram os objetivos esperados por diversas externalidades e conjunturas que não os favoreceram e podem ser vistos junto a momentos que tiveram relevância histórica, conforme o Quadro 01, proposto por Patrícia Vendramini (2013. p. 51-53), que resume “características das principais correntes reformistas ou programas de governo ao longo da história brasileira”:

**Quadro 01 – Características das principais correntes reformistas ou programas de governo ao longo da história brasileira**

Reforma	Ano	Características	Resultados
<b>Reforma Burocrática</b>	1933/1938	Vargas criou uma série de organizações estatais, autarquias, empresas e fundações para operar com flexibilidade. Propõe critérios profissionais para ingresso no serviço público, desenvolvimento de carreira e regras de promoção baseadas em mérito. Ênfase na política de RH. Criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp). Estabelece as linhas para a mudança cultural necessária à profissionalização da AP, com base nos padrões burocráticos de gestão.	Modelo de desenvolvimento que previa forte presença estatal na economia. Esse período marcou a passagem do Brasil agrário para o Brasil industrial. Como subproduto da liberdade de que desfrutavam as autarquias, transformaram-se em cabides de emprego. Por isso, a partir de 1952, pela Lei n. 1.711 estabeleceram-se as mesmas regras de remuneração do funcionalismo tradicional.
<b>Simplificação Burocrática</b>	1956	Criação da Comissão Simplificada Burocrática (Cosb), a fim de evitar a duplicidade de atribuições, excesso de pareceres e despachos interlocutórios por meio da simplificação de rotinas, da fixação de responsabilidades, da unidade de execução (reagrupamento de funções), da descentralização de execução (delegação de competência) e da supressão de organismos inoperantes ou desnecessários. Criação da Comissão de Estudos e Projetos Administrativos (Cepa), para assessorar a presidência nos projetos de reforma administrativa.	Nenhum dos projetos desenvolvidos pelas comissões foi implementado, entretanto as diretrizes constantes no Decreto-Lei n. 200 estão amplamente ancoradas nos relatórios desenvolvidos por essas comissões.

<b>Reforma Desenvolvimentista</b> 1964	<p>Foco nas estruturas e procedimentos burocráticos. Decreto-Lei n. 200/1967: concepção sistêmica da AP, com a interação dos sistemas estruturantes: de planejamento e orçamento, de finanças públicas, de serviços gerais e de recursos humanos. Distinção entre administração pública direta e indireta; descentralização (formulação e controle de políticas com espírito gerencial); delegação (autonomia para níveis inferiores). De 1971 a 1975, o Ministério do Planejamento pela Semor e Sarem difundiu ideias reformistas em estados e municípios, apoiando projetos de modernização estrutural e funcional.</p>	<p>Boa parte das inovações previstas do Decreto-Lei n. 200 não foi implantada, sequer parcialmente. As forças modernizantes da burocracia continuaram multiplicando arranjos <i>ad hoc</i> e improvisando “ajustes” jurídico-administrativos para driblar as regras imobilizantes da burocracia tradicional.</p> <p>Pouco a pouco a Semor reconcentrou suas atividades nos processos internos do governo federal, e seu impacto foi diminuído drasticamente.</p>
<b>Programa Nacional de Desburocratização</b> 1979	<p>Supressão de exigências documentais para garantir respeito à dignidade e à credibilidade das pessoas e protegê-las contra a opressão burocrática. Vinculação à liberdade individual e aos direitos da cidadania.</p>	<p>A resistência surda de burocratas, que tiveram seu poder enfraquecido, em conjunto com os poderosos interesses dos cartórios brasileiros, que perderam uma fonte segura de rendimento fácil, anularam pacientemente as iniciativas do Programa.</p>
<b>Promulgação da Constituição</b> 1988	<p>Transformações com três conjuntos de mudança: (a) democratização do Estado, reforçado pelo controle externo; (b) a descentralização com o empoderamento das estruturas subnacionais, que propiciou a institucionalização de novas políticas públicas – foco também na dimensão política, pelas propostas de envolvimento da sociedade na formulação de políticas públicas e na gestão governamental; e (c) reforma do serviço civil, por meio da profissionalização da burocracia.</p>	<p>Os três conjuntos de mudança não se concretizaram completamente: (a) o controle externo sobre os governantes, por exemplo, estava atrelado a valores patrimonialistas, dando ao fiscalizado a capacidade de decidir quem o fiscalizaria; (b) a descentralização e as políticas públicas foram prejudicadas pela falta de articulação intergovernamental, sobretudo em um país com tantas desigualdades regionais; (c) as tentativas de profissionalização resultaram num corporativismo estatal, com distorções burocráticas que distanciavam ainda mais o governo da sociedade.</p>

**Plano Diretor da  
Reforma do  
Aparelho do Estado**

Proposta de adoção de um modelo de administração pública gerencial, com um caráter de reforma estrutural, com dois grandes direcionamentos: uma proposta de reforma do aparelho administrativo do Estado, com políticas voltadas à melhoria do desempenho e da qualidade da prestação dos serviços públicos; e uma proposta de intervenção na área econômica, previdenciária, fiscal e tributária, com políticas voltadas para a retomada do crescimento econômico.

Melhoria substancial nas informações da administração pública e o fortalecimento das carreiras do Estado. Mudança no papel do governo, de executor de políticas públicas para formulador, com a criação de novas organizações como agências executivas, reguladoras e sociais. Surgiram novas relações entre o Estado, a sociedade e o mercado. Aceleração no processo de privatização das empresas estatais, baixos investimentos em áreas prioritárias (saúde, educação e segurança), a fim de conter a crise fiscal, concentração de recursos no governo federal, transferência de responsabilidades aos governos subnacionais sem repasse de verbas adequado.

**Plano de Gestão do  
Governo Lula**

2002 à 2010

As propostas envolvem quatro categorias: (a) concepção de Estado promotor da inclusão social, com distribuição de benefícios, envolvimento e participação dos servidores e outros atores sociais nas políticas governamentais; (b) reformas no modelo de gestão pública: redefinição de atribuições gerenciais, integração entre os programas governamentais, alocação de recursos, monitoramento e avaliação do desempenho administrativo; (c) promoção da inovação gerencial: maior integração interorganizacional no setor público, coordenação governamental na otimização de recursos, com interlocução e negociação em prol da melhoria do desempenho dos serviços públicos; (d) recomposição da força de trabalho do setor público, com realização de concursos, realinhamento de carreiras e salários, redesenho de cargos e processos, integração entre planejamento e orçamento, redefinição de marcos regulatórios e aperfeiçoamento de mecanismos de accountability.

É unânime entre os pesquisadores e analistas políticos que o governo Lula continuou uma série de iniciativas advindas do governo de FHC, particularmente o reforço de algumas carreiras, como do governo eletrônico e da nova moldagem da CGU no combate à ineficiência e à corrupção. Também ajudou a fortalecer o PPA como um instrumento da democracia participativa. Instituição do Pnag e do Promoex, que tratam da gestão pública, priorizando a reconstrução da AP em variáveis vinculadas ao planejamento, RH, interconexão às políticas públicas e ao atendimento dos cidadãos. Entretanto, o ponto mais visível do governo tem sido sua incapacidade de estabelecer uma agenda de reformas da gestão pública com vistas ao aumento da efetividade das políticas públicas, talvez pelo loteamento dos cargos públicos para vários partidos em diversos setores do governo federal, inclusive na administração indireta e em fundos de pensão.

## **2.2. Linha do Tempo do Estudo em Administração Pública e Políticas Públicas no Brasil**

O ensino em Administração Pública e Políticas Públicas no Brasil, base para o surgimento do Campo de Públicas.

Segundo Madureira (2005), deve-se entender que os altos e baixos da Administração Pública como área de formação e campo profissional é resultado de uma conjunção de forças políticas, sociais e institucionais em torno de interesses nem sempre convergentes. Quanto às Políticas Públicas, Farah (2016) afirma que seu estudo não se iniciou com foco direto para a formação profissional, privilegiando o desenvolvimento de pesquisas, realidade que só veio a sofrer mudança após a expansão dos cursos que abordam a área, já nos anos 2000.

A Corte portuguesa trouxe a criação de “cursos e academias destinados a formar, sobretudo, profissionais para o Estado, assim como especialistas na produção de bens simbólicos, e num plano, talvez, secundário, profissionais de nível médio” (FÁVERO, 2006, p. 4), porém, deu-se mais valor às carreiras de Medicina, Direito e Engenharia, o que atrapalhou a visibilidade e registro sobre a formação do administrador no país. Sendo assim, para Oliveira e Sauerbronn (2007, p. 151), “discutir as origens do ensino de administração neste país significa, inclusive, reconhecer a imprecisão quanto à sua verdadeira paternidade dadas a fragmentação e a não linearidade do seu processo de constituição”, o que já mostra a sua multidisciplinariedade alinhada também ao fato que Farah (2016, p. 194) traz em que “uma das primeiras áreas a oferecer formação em política pública no Brasil foi a Administração Pública.”. As autoras trazem também a ambiguidade gerada pelo fato de a Administração Pública estar associada à necessidade de modernização do Estado, mas ao mesmo tempo sua institucionalização foi marcada por obstáculos estruturais ligados ao estabelecimento do Ensino Superior neste campo do saber e estudo.

Os períodos de valorização e desvalorização dos estudos em Administração Pública e Políticas Públicas no Brasil trazem subsídios que servirão de base para o resgate histórico proposto. Mas como Vendramini (2013, p. 56) coloca: “O paradoxo dessa situação é que a consolidação da área é um capítulo em construção, dadas as percepções divergentes sobre a regulação do ensino superior e a identidade do campo do saber de ‘públicas’”.

Em 1854, com o aumento do ensino comercial e organização das Faculdades de Direito, já podia se ver o início de um ensino em Administração Pública, naquele momento voltado ao Direito Administrativo (COELHO, 2006), mas é em 1902 que se abrem os primeiros cursos de Administração do país, em São Paulo (NICOLINI, 2003).



Algumas décadas depois, a Revolução de 1930 teve por uma de suas bases o desenvolvimento industrial do país, colocando o Estado ao centro das ações, caracterizando-se assim como um período “estadocêntrico” (KEINERT, 1994, p. 43), com postura econômica keynesiana. Fischer (1984) relembra que até esta década o administrador público é um mero executor de políticas, dentro dos princípios de eficiência. Esta condição leva à criação de programas para formação docente no exterior, com a importação da ideologia americana sobre Administração, segundo Nicolini (2003).

Em 1931, com a criação do Ministério da Educação, veio a regulamentação do ensino superior em todos os níveis (OLIVEIRA; SAUERBRONN, 2007), e assim a aprovação do Decreto-Lei n. 20.158, de 30 de Julho de 1931, autorizando o funcionamento dos cursos superiores em Administração e Finanças e o curso de Atuária. No ano de 1936 é criado o Conselho Federal do Serviço Público Civil, com a responsabilidade de fazer a gestão das pessoas em órgãos públicos (VENDRAMINI, 2013).

O ano de 1937 é marcado pela instituição do Estado Novo, que com sua nova constituição, outorgada, passa a ter na centralização um princípio de organização para o Estado (COSTA, 2008). Para Costa (2008), a reforma administrativa empreendida no Estado Novo foi a primeira tentativa de superação do patrimonialismo para a implantação do modelo weberiano de gerenciamento.

Em 1938 é criado o Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), que segundo Costa (2008, p. 845), o DASP tinha a missão de:

definir e executar a política para o pessoal civil, inclusive a admissão mediante concurso público e a capacitação técnica do funcionalismo, promover a racionalização de métodos no serviço público e elaborar o orçamento da União. O Dasp tinha seções nos estados, com o objetivo de adaptar as normas vindas do governo central às unidades federadas sob intervenção.

Mesmo assim, o Ensino Superior na década de 1930, como destacam Oliveira e Sauerbronn (2007), foi organizado para atender a elite econômica e cultural das poucas famílias abastadas do país, mantendo-se distante das profundas transformações sociais e demográficas pelas quais o Brasil passava.

Ao se iniciarem os anos 1940, destaca-se a criação da carreira de Técnico Administrativo pelo DASP em 1941 (VENDRAMINI, 2013). Em 1942 o Decreto-Lei n. 4.048, de Getúlio Vargas, cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), que por ser um novo modelo de órgão, se destaca como uma entidade paraestatal dedicada à educação técnica de empregados da indústria, um braço do Estado funcionando para fortalecer a industrialização do país (SENAI, 2012 apud VENDRAMINI, 2013). Ainda no início da

década de 1940, em 1943, por meio da Organização das Nações Unidas (ONU) é oficializada parceria entre Brasil e Estados Unidos para formação de quadros específicos para atuação na Administração Pública (VENDRAMINI, 2013). Em 1944 por meio do DASP é criada a Fundação Getúlio Vargas (FGV) com a proposta de formar profissionais para a Administração Pública e Privada (COELHO, 2006).

Em 1945, com Decreto-Lei n. 7.988, que determinou o fechamento dos cursos superiores de Administração e Finanças e do curso de Atuária, e a reorganização/desativação do DASP gerou uma ruptura no processo de formação e capacitação da Administração Pública (VENDRAMINI, 2013). Há ainda neste ano a criação do Instituto Rio Branco (IRBr), para seleção e treinamento de diplomatas brasileiros e ligado ao Ministério das Relações Exteriores.

Em 1946 o retrocesso tem continuidade com o início do “governo legalista e conservador regido pelo recém-empossado Eurico Gaspar Dutra”, que teve como algumas de suas marcas a perda da legalidade do Partido Comunista e a proibição dos jogos de azar (VENDRAMINI, 2013, p. 59). Vendramini ressalta que “apoando a articulação entre sindicatos patronais e empregados” Gaspar Dutra oficializa a criação do Serviço Social da Indústria (SESI), para prestação de “serviços em saúde, educação, lazer, cultura, nutrição e promoção da cidadania aos empregados da indústria”, sendo assim mais uma instituição paraestatal mediadora entre Estado e Sociedade.

A década de 1950 foi importante para o estudo em Administração Pública e Políticas Públicas no Brasil, pois trouxe a criação dos primeiros cursos de graduação em Administração Pública do país, sendo o primeiro no ano de 1952 pela EBAP/FGV do Rio de Janeiro, talvez motivado pela volta de Getúlio Vargas ao poder em 1950, que fez promessas que necessitariam de um Estado mais intervencionista e por isso uma Administração Pública mais qualificada (COSTA, 2008).

Abaixo segue o quadro com mais detalhes sobre os principais acontecimentos entre 1854 e 1951, período prévio aos acontecimentos que dão início, em 1952, ao que Coelho e Nicolini (2013, p. 405) chamaram de “Ciclos do Ensino de Graduação em Administração Pública no Brasil”.

**Quadro 02 – Principais Acontecimentos Entre 1854 e 1951 Para o Estudo em Administração Pública e Políticas Públicas no Brasil**

ANO	ACONTECIMENTO	LOCAL
-----	---------------	-------

<b>1854</b>	Coelho (2006) traz à tona a perspectivado ensino em Administração Pública já no período imperial, por volta de 1854, ligado ao aumento do ensino comercial e da organização das Faculdades de Direito, o que mostra o entendimento da época de que a Administração Pública é parte do Direito Administrativo, caracterizando-se assim por uma abordagem legalista, apontada por Keinert (1994).	Brasil
<b>1902</b>	Em 1902, como coloca Nicolini (2003), que a Escola Álvares Penteado e a Academia do Comércio, ambas de São Paulo, abrem o primeiro curso, ainda sem regulamentação, para formação em Administração no país.	Brasil
<b>1930</b>	Criação de programas para formação docente no exterior, com a importação da ideologia americana sobre Administração, segundo Nicolini (2003). O momento era de clima político favorável à transformação do Estado para atender ao papel indutor do Desenvolvimento (COSTA, 2008), visto que a burguesia industrial, camadas médias urbanas e oligarquias se uniram aos militares comprometidos com a modernização da Administração Pública.	Brasil
<b>1931</b>	Aprovação do Decreto-Lei n. 20.158, de 30 de Julho de 1931, autorizando o funcionamento dos cursos superiores em Administração e Finanças e o curso de Atuária (OLIVEIRA; SAUERBRONN, 2007).	Brasil
<b>1938</b>	Em 1938 é criado o Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), que para Wahrlich (1974, p. 29) é o “líder incontestado da busca pela profissionalização da gestão pública no país”, bem como propaga a filosofia da “gerência científica” (NICOLINI, 2003).	Brasil
<b>1943</b>	No ano de 1943 ocorre o que talvez seja o primeiro passo para o início da formação visando a Administração Pública no Brasil, com a oficialização da parceria entre Brasil e Estados Unidos, por meio da ONU, para formação de quadros capacitados para atuarem na Administração Pública (VENDRAMINI, 2013).	Brasil
<b>1944</b>	Em 1944, a partir do DASP, cria-se a Fundação Getúlio Vargas (FGV), com a proposta de formar profissionais para a Administração Pública e Privada e que segundo Vendramini (2013) se desdobraria em 1952 na EBAP (RJ) e na EAESP (SP) com cursos de graduação, sendo a precursora dos cursos de Administração no país, dedicando-se também a gerar estudos e pesquisas sobre os problemas econômicos brasileiros (PORTAL FGV, 2012 apud VENDRAMINI).	Brasil
<b>1945</b>	Em 1945 foi promulgado o Decreto-Lei n. 7.988, que determinou o fechamento dos cursos superiores de Administração e Finanças e do curso de Atuária, para criação do curso de Ciências Econômicas. Vendramini (2013) se baseia em Costa (2008), Fischer (1984) e Kanitz (2011) para defender que esta era uma estratégia para garantir reserva de mercado aos economistas, que vilipendiando os administradores acabou por atrasar o país em 30 anos. Vendramini continua este raciocínio dizendo que ainda ao fim de 1945, a reorganização/desativação do DASP gerou uma ruptura no processo de formação e capacitação da Administração Pública, que teve como consequência o corte neste tipo de atividade, que passa a ser realizada com a contratação em empresas públicas sem concurso, corroe as tentativas de profissionalização do funcionalismo pelo sistema de mérito.	Brasil
<b>1950</b>	Getúlio Vargas retorna à presidência em 1950, agora com poderes limitados pela Constituição Federal de 1946 e com um programa nacionalista e reformista “prometendo ampliar os direitos dos trabalhadores e investir na indústria de base e em transportes e energia, o que requeria o aumento da intervenção do Estado no domínio econômico.”, segundo Costa (2008, p. 847), o que já demonstra uma inclinação à necessidade de aperfeiçoamento da Administração Pública, para que estas ações sejam realizadas da melhor maneira.	Brasil
<b>1951</b>	Em 1951 a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) cria o Instituto de Administração na Faculdade de Ciências Econômicas (FCE/UFRGS) (VENDRAMINI, 2013).	RS

Fonte: Elaboração própria, a partir de VENDRAMINI, 2013; KEINERT, 1994; COSTA, 2008; BRASIL, 2011b.

Dando continuidade a este resgate histórico, o período que se segue a partir do ano de 1952 é batizado por Coelho e Nicolini (2013, p. 407) como “O 1º Ciclo do Ensino de Graduação em Administração Pública no Brasil (1952-1994): A irradiação do ensino de graduação em Administração Pública no Brasil”. Este ciclo se inicia com fundação da Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (EBAP/FGV) do Rio de Janeiro e nela o primeiro curso de graduação em Administração Pública do país.

Em 1954 se formam os primeiros bacharéis em Administração Pública do país (COELHO; NICOLINI, 2013), ano marcado também pela criação da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP/FGV/SP) na FGV/SP e fundação do Instituto de Administração e Gerência da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IAG/PUC/RJ). É criada também, pelo setor da Saúde, a Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) para “aperfeiçoamento de pessoal técnico necessário aos serviços de saúde pública e o desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre assuntos de interesse médico-sanitário” (ENSP, 2012 apud VENDRAMINI, 2013, p. 61), que junto ao IRBr e à Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE), fundada em 1953 para capacitação e treinamento de servidores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (ENCE, 2012 apud VENDRAMINI, 2013) foram o grupo, segundo Vendramini (2013), das primeiras instituições públicas criadas para a qualificação profissional do funcionalismo público. Costa (2008, p. 847) relembra que em 24 de Agosto do mesmo ano Vargas tirou a própria vida desferindo um tiro no peito, e que até o fim de seu governo criou 13 empresas estatais, “entre elas a Petrobrás e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES)”, reforçando o período de aumento do Estado.

Juscelino Kubitschek de Oliveira, eleito, assume a Presidência da República em 1956 dando início a seu Plano de Metas e a criação da Comissão de Simplificação Burocrática (COSB) e Comissão de Estudos e Projetos Administrativos (CEPA), que representam, de acordo com Costa (2008), as primeiras tentativas de realizar as chamadas reformas globais. Vendramini (2013) destaca que os projetos desenvolvidos por ambas as comissões não viriam a ser implementados, mas serviram de subsídio para a elaboração do Decreto-Lei n. 200/1967.

O Programa de Ensino de Administração Pública e de Empresas (PBA-1) é instituído em 1959 após acordo entre Estados Unidos e Brasil, que possibilitou aperfeiçoamento dos cursos da EBAP/FGV e criação de outros cursos de Administração Pública em Universidades Federais (VENDRAMINI, 2013).

Vendramini (2013, p. 62) conta que é 1962 ocorre o “o marco legal para o reconhecimento dos cursos de graduação em Administração Pública, cuja atuação profissional

era disputada por economistas e advogados” a partir do Decreto n. 1.108 de 30 de Maio, que reconhece o curso de Administração Pública da EBAP/FGV. A autora conta, ainda, que a pressão pela regulamentação da carreira de administrador público foi capitaneada principalmente por professores da EBAP/FGV e técnicos do DASP.

Em 1964 acontece o I Encontro Interamericano de Administração para o Desenvolvimento, que levou a criação da Escola Interamericana de Administração Pública na EBAP/FGV. O interesse pelo ensino em Administração e Administração Pública tem em suas motivações da época a conjuntura política “favorável ao crescimento e desenvolvimento econômico do país e a expansão dos programas de PhD e MBA nos Estados Unidos” como relevam Oliveira e Sauerbronn (2007, p. 152). Esta época deu sequência a uma redução nos investimentos e recursos governamentais para o ensino e pesquisa nesta área nas universidades dos Estados Unidos, que Cunha (1981) diz ser motivado por uma convicção de que o desenvolvimento está mais atrelado às Políticas Públicas nacionais que alimentem o crescimento econômico do que ao aperfeiçoamento da gestão.

No ano seguinte, 1965, a EBAP/FGV abriu sua Pós-Graduação em Administração Pública e realizou uma reforma curricular com foco no plano de governo vigente à época (VENDRAMINI, 2013), mas também foi o ano em que chegou ao fim o PBA-1, além de marcar, para Coelho e Nicolini (2013), o fim do primeiro ciclo do ensino de graduação em Administração Pública no Brasil. Os autores afirmam ainda, baseados em Brasil (1966; 1967), Instituto (1969) e Wahrlich (1967) que:

“No Brasil, ao contrário dos países latino-americanos, onde o número de escolas e programas de graduação em Administração Pública (AP) e Administração de Empresas (AE) se equivaliam, o bacharelado em AP suplantava o bacharelado em AE em número de cursos, matrículas e formandos: na metade dos anos 60, dos 31 cursos de Administração em nível de graduação no país, dois terços, aproximadamente, eram de AP ou enfatizavam esse campo do saber, além disso, dos 2.192 alunos matriculados no ensino superior nacional na área do conhecimento de Administração em 1965, 261 eram graduandos do curso de AP da EBAP. Acrescentando-se os estudantes da Universidade Federal da Bahia (UFBA), da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e UnB, por exemplo, cujas graduações eram tipicamente de AP, abeira um quarto dos discentes de Administração naquele ano.” (COELHO; NICOLINI, 2013, p. 408)

No Quadro 03 encontram mais detalhes sobre o 1º Ciclo do Ensino de Graduação em Administração Pública e Políticas Públicas no Brasil:

**Quadro 03 – Principais Acontecimentos Durante o 1º Ciclo do Ensino de Graduação em Administração Pública e Políticas Públicas no Brasil (1952-1965)**

ANO	ACONTECIMENTO	LOCAL
-----	---------------	-------

<b>1952</b>	Em 1952 se marca o início do primeiro ciclo de formação acadêmica em Administração Pública no Brasil (COELHO; NICOLINI, 2013) quando a Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV) cria a Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP/FGV) e o primeiro curso de graduação em Administração Pública do Brasil, que segundo Vendramini (2013, p. 60) “se tornaria o centro de referência” acadêmica em Administração Pública no país “com o respaldo da ONU, que até 1959 subsidiou a vinda de professores americanos para o treinamento aprofundado de professores brasileiros em Administração Pública” trazendo a filosofia do Desenvolvimentismo.	SP
	Também é fundado o Curso Extraordinário de Administração Pública na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (COELHO et al, 2011).	MG
<b>1954</b>	Os dez primeiros bacharéis em Administração Pública no país se formam em 1954 pela EBAP/FGV (COELHO; NICOLINI, 2013).	SP
<b>1959</b>	Em 1959 é instituído o Programa de Ensino de Administração Pública e de Empresas (PBA-1), depois de um acordo entre a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e o Ministério da Educação (MEC), advindo do apoio dado pela ONU à FGV, convênio que “proporcionou o aperfeiçoamento dos bacharelados da EBAP, da EAESP e do DASP, assim como permitiu a criação da graduação em Administração Pública na UFBA e na UFRGS”, além de visar o governo e empresas dotados de especialistas que pudessem promover o desenvolvimento econômico e social, como afirma Vendramini (2013, p. 61) baseando-se em Fischer (1984), Nicolini (2003) e Coelho (2006).	
	Criação da graduação em Administração Pública na UFBA	BA
	Criação da graduação em Administração Pública na UFRGS	RS
	Criação da graduação em Administração Pública na UFPE	PE
	Criação da graduação em Administração Pública na PUC/PR	PR
<b>1960</b>	A década de 1960 se inicia de forma positiva, com a institucionalização da profissão de administrador e a criação da Associação Brasileira de Técnicos em Administração (ABTA) (VENDRAMINI, 2013).	
<b>1961</b>	Criação da graduação em Administração Pública na UnB	DF
	Criação da graduação em Administração Pública na UECE	CE
<b>1962</b>	O ano de 1962 traz o que Vendramini (2013, p. 62) chama de “o marco legal para o reconhecimento dos cursos de graduação em Administração Pública” a partir do Decreto n. 1.108 de 30 de Maio, no qual o Governo Federal reconhece o curso de Bacharelado em Administração Pública da EBAP/FGV.	
<b>1963</b>	Criação da graduação em Administração Pública na UFPB	PB
<b>1964</b>	Criação da graduação em Administração Pública na USP	SP
	Criação da graduação em Administração Pública na UFPA	PA
	Ano em que aconteceu no Rio de Janeiro o I Encontro Interamericano de Administração para o Desenvolvimento, que levou a criação da Escola Interamericana de Administração Pública, com sede na EBAP/FGV e financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (COELHO, 2006)	RJ
<b>1965</b>	Criação da graduação em Administração Pública na UFAM	AM
	Criação da graduação em Administração Pública na FESPE	PE
	Criação da graduação em Administração Pública na ESAG/SC	SC
	Inauguração da Pós-Graduação em Administração Pública da EBAP/FGV, onde também ocorre a reformulação curricular da graduação com a inserção de disciplinas eletivas com foco no plano de governo vigente na época, “Administração para o Desenvolvimento do Estado Nacional (APD)” (VENDRAMINI, 2013, p. 63-64).	RJ
	Ano em que foi aprovada a Lei n. 4.769 (BRASIL, 1965 apud VENDRAMINI) que regulamentou a profissão de Técnico de Administração.	

Foi o ano em que tem o PBA-1 teve fim, no que Coelho e Nicolini (2013, p. 410) colocam como “uma época em que a reforma administrativa é incorporada e, parcialmente, substituída, pelo planejamento econômico” e que assim “augurava a retração do bacharelado em Administração Pública no país”.
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**Fonte:** Elaboração própria, a partir de COELHO, 2006; COELHO et al, 2011; COELHO; NICOLINI, 2013; VENDRAMINI, 2013.

O “2º Ciclo do Ensino de Graduação em Administração Pública no Brasil”, batizado por Coelho e Nicolini (2013, p. 407) como o período “Do auge à retração” se inicia em 1966 com a regulamentação do currículo mínimo para os cursos de graduação em Administração pelo Parecer n. 307, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Coelho (2006) comenta que tanto o ensino quanto a carreira em Administração Pública cresciam junto com o desenvolvimento do país na época, com a incorporação de funções sociais e econômicas ao Estado, e era um crescimento que segundo Vendramini (2013, p. 64) seguia uma tendência que podia se observar em toda a América Latina. Porém, a autora também afirma que o currículo mínimo traria, no médio prazo, o esvaziamento e enfraquecimento dos conteúdos voltados à área pública, com uma formação mais generalista que pregava técnicas e racionalidade instrumental, “levando ao encolhimento da graduação” em Administração Pública, visto que:

O currículo mínimo estabelecido pelo Parecer n. 307, de 1966, emitido pelo Conselho Federal de Educação (CFE), define 14 disciplinas que os cursos devem ter, com o objetivo de conhecer os fatos e as condições em que se insere o fenômeno administrativo, oferecendo modelos e técnicas, de natureza conceitual ou operacional, vinculados ao processo administrativo: Matemática, Estatística, Instituições de Direito, Legislação Social, Legislação Tributária, Sociologia aplicada à Administração, Psicologia Aplicada à Administração, Teoria Econômica, Economia Brasileira, Contabilidade, Teoria Geral da Administração, Administração Financeira e Orçamento, Administração de Pessoal, e Administração de Material. (VENDRAMINI, 2013, p. 67)

Coelho (2006) completa que na opção para Administração Pública, a disciplina de Direito Administrativo completava o currículo mínimo, e na opção de Administração de Empresas o complemento era a disciplina Administração de Produção/Vendas.

Em 1967 mais cursos de graduação em Administração Pública são criados em Universidades Federais e também pela primeira vez um curso de Mestrado em Administração Pública, na EBAP/FGV, novamente pioneira neste quesito, e acompanhada pela criação do primeiro Mestrado em Ciência Política do país na UFMG, ambos os cursos tinham como áreas de interesse o estudo de Políticas Públicas (FARAH, 2016). Em 1967 também é promulgado o Decreto-Lei n. 200, “lei básica da reforma administrativa” segundo Fischer (1984, p. 283), com cinco princípios fundamentais, como assinala Costa (2008, p. 850):

(a) o planejamento como princípio dominante; (b) a expansão da administração indireta; (c) a necessidade de fortalecimento do sistema de mérito; (d) diretrizes para um novo plano de classificação de cargos; e (e) o reagrupamento de departamentos, divisões e serviços em 16 ministérios.

Mesmo com a participação ativa e auxílio da EBAP/FGV, do Instituto de Serviço Público (ISP) da UFBA, e da Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH), ligada à Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos (SARH) do Governo do Rio Grande do Sul na reforma administrativa, ainda houve falhas, entre elas o “uso extensivo de empresas de consultora não identificadas com os valores da reforma” e a “marginalização das universidades que ofereciam cursos de AP”, distanciamento que enfraqueceu o ensino de graduação na área (VENDRAMINI, 2013, p. 65). Ainda em 1967, foi realizado o III Congresso Nacional de Administração Pública, para debates sobre o futuro dos cursos de Administração Pública perante a regulamentação e adoção do currículo mínimo (VENDRAMINI, 2013).

O conservadorismo e atrasos que a Ditadura Militar trouxeram começam a ter reflexos diretos na Administração Pública a partir de 1968, no que Fávero (2006) descreve como um Estado conservador e autoritário que coibia uma formação científica inovadora e consoante com as necessidades sociais, que associado à reforma trazida pelo currículo mínimo, aumentou a duplicidade de cursos em universidades públicas e com o passar dos anos fez com que os cursos de Administração “generalista”, se sobrepusessem aos de Administração Pública (VENDRAMINI, 2013, p. 66). Mesmo assim, em 1968 ainda houve criação de graduação em Administração Pública na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). E também de forma contraditória à onda de fechamentos de cursos de Administração Pública e ao próprio nome da instituição, em 1969 a Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (EAESP/FGV) abre seu curso de graduação em Administração Pública (VENDRAMINI, 2013).

O estudo em Políticas Públicas continua se fortalecendo de forma mais discreta com a criação de mais Mestrados em Ciência Política, que passavam a abordar também o estudo de Políticas Públicas, como o do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ) em 1969. Artigos publicados por autores advindos da Ciência Política mostravam uma tentativa de delimitar um subcampo de estudos em Políticas Públicas dentro da Ciência Política (FARAH, 2016). Farah (2016) afirma também que nesta época em que tanto a Administração Pública quanto a Ciência Política tinham a Política Pública como objetos de formação e pesquisa, havia uma relação próxima entre as duas áreas.



No início da década de 1970 a procura pelos cursos de Administração Pública chegou a ser maior do que a dos cursos de Administração de Empresas, alcançando dois terços do total de cursos de Administração (COELHO, 2006). Entretanto, Coelho (2006, p. 39) explica que, mais para o meio da década e 1970, o “Estado-empresa” tem seus reflexos no ensino da Administração Pública, fazendo com que a filosofia empresarial infiltre-se em sua natureza e domine seus preceitos, Vendramini (2013, p. 66-77) faz a colocação de que:

A instabilidade marca o ensino da Administração Pública, uma vez que sofre a perda considerável de espaço profissional e, por consequência, de legitimidade do administrador público para o administrador de empresas. É possível que isso tenha relação com a ideologia militar de manter sistemas de controle rigorosos por todos os níveis do Estado, sendo, portanto, conveniente um servidor público mais técnico do que político. A própria AP cria um processo autofágico – abre caminho para o administrador de empresas, sem se preocupar em preservar as fronteiras de sua área de conhecimento.

Desta forma a graduação em Administração passou a ter uma formação generalista (VENDRAMINI, 2013), o que para Fischer (1984) se explica pela ênfase dada à competência técnica como único critério de decisão em detrimento das transações políticas associadas às estatais. A lógica desta fusão era a utilização do modelo americanizado via o pensamento da época de “mais eficácia à administração pública quando esta assimilasse as técnicas da Administração de Empresas.” (VENDRAMINI, 2013, p. 67). A integração e unificação do currículo se mantiveram, e a diferença na formação em Administração Pública ou de Empresas ficou sendo de apenas duas disciplinas (VENDRAMINI, 2013).

Em 1972 acontece a criação do *Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo* (CLAD), para filiação das Escolas de Governo (VENDRAMINI, 2013).

Em 1974 apenas EBAP/FGV, EAESP/FGV e UECE mantiveram as graduações plenas em Administração Pública (VENDRAMINI, 2013). Para Coelho (2006, p. 54-56), além dos fatores relacionados à regulamentação educacional, outros elementos contribuíram para o enfraquecimento e a diminuição dos cursos de Administração Pública no país, estes elementos são:

a) à ascensão do Estado Intervencionista, desde o Decreto-Lei n. 200/1967 até o II PND (1979), em que o Estado brasileiro estruturou-se principalmente sobre os pilares da administração indireta, cuja natureza jurídica é privada – nesse cenário, o perfil do administrador público como organizador dos órgãos públicos ficaria aquém do tecnocrata, postos ocupados por economistas ou engenheiros, estes como agentes de formulação e implementação das políticas de governo, de planejamentos econômicos, carro-chefe da modernização administrativa; b) ao milagre econômico, que dinamizou o ensino da AE e a capacitação gerencial com treinamento de executivos, em função da expansão industrial e da diversificação dos serviços, sobretudo os financeiros – já o ensino da AP esvaziou-se completamente com o distanciamento entre os processos de reforma administrativa e os cursos tradicionais na área (Ebap, UFBA e UFRGS), que realizavam grande parte da capacitação e

assessoria em administração pública no Estado. “Apartados, gradualmente, dos conteúdos e métodos do setor público, tais bacharelados desviar-se-iam para o ensino da AE, então, pujante”, comenta Coelho (2006, p. 55), a partir de Fischer (1984); e c) à debilidade e indefinição do campo profissional do técnico de administração pública, que se reforçava e refletia na estagnação do sistema de mérito do governo federal, em que a carreira limitava-se à baixa gerência. A média gerência e o nível de diretoria destinavam-se a indicações políticas em que a formação acadêmica pouco importava. Nas carreiras exclusivas aos técnicos em administração da administração direta ou indireta, a formação em AE ou AP era similar, de acordo com a legislação vigente. A dificuldade em firmar-se ante o administrador político, a remuneração inferior e um plano de carreira incerto em comparação aos executivos da iniciativa privada, além da indiferença jurídica/profissional entre o administrador público e o de empresas, levou ao desinteresse generalizado pela formação em AP.

Zouain e Oliveira (2004), contam que neste período houve um grande e desordenado crescimento de Faculdades sem qualquer regulação, o que levou o Conselho Federal de Educação a realizar suspensão do registro de diversas instituições, que teve como consequência “mais um período de estagnação, aumentando a demanda reprimida.”, pela interpretação de Vendramini (2013, p. 70).

O final do 2º Ciclo do Estudo em Administração Pública e Políticas Públicas ocorre sem grandes acontecimentos. Dos poucos acontecimentos, a EBAP/FGV protagonizou a maioria como a organização do “Seminário Internacional de Análise de Políticas Públicas” em 1975, a criação do Curso Intensivo de Pós-Graduação em Administração Pública (CIPAD) em 1978 e a extinção do seu vestibular para o curso de Administração Pública em 1980. Neste período de declínio da graduação em Administração Pública, poucas instituições de ensino mantiveram a graduação em Administração Pública separada da Administração de Empresas, entre as que tentaram esta resistência, se destacam a UnB, a UECE, EAESP/FGV e Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana/PR (VENDRAMINI, 2013).

No Quadro 04, abaixo, encontram-se mais detalhes sobre o 2º Ciclo do Ensino de Graduação em Administração Pública e Políticas Públicas no Brasil:

**Quadro 04 – Principais Acontecimentos Durante o 2º Ciclo do Ensino de Graduação em Administração Pública e Políticas Públicas no Brasil (1966-1982)**

ANO	ACONTECIMENTO	LOCAL
1966	O “2º Ciclo do Ensino de Graduação em Administração Pública no Brasil”, batizado por Coelho e Nicolini (2013, p. 407) como o período “Do auge à retração” se inicia em 1966 com a regulamentação do currículo mínimo para os cursos de graduação em Administração pelo Parecer n. 307, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).	Brasil
1967	Criação da graduação em Administração Pública na UFPR	PR
	Criação da graduação em Administração Pública na UFSM	RS

	Criação do primeiro Mestrado em Administração Pública pela EBAP/FGV, sob inspiração dos cursos de Mestrado em Administração Pública dos EUA, que na década de 60 já haviam se convertido em cursos de Políticas Públicas, no âmbito do “movimento de análise de políticas públicas” (FARAH, 2016, p. 194)	RJ
	“O tema política pública foi incorporado também pela Ciência Política, disciplina que então se institucionalizava no país.” (FARAH, 2016, p. 195) com a criação do primeiro Mestrado em Ciência Política na UFMG.	MG
	Lançamento da Revista de Administração Pública (RAP) (VENDRAMINI, 2013)	Brasil
	Complementando a Lei n. 4.769, é sancionado o Decreto Presidencial n. 61.934, dispondo quanto à regulamentação do campo, atividade e exercício profissional do Técnico em Administração, acrescentando-a ao Grupo da Confederação Nacional das Profissões Liberais anexa à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). (VENDRAMINI, 2013)	Brasil
	A promulgação do Decreto-Lei n. 200, que, segundo Fischer (1984, p. 283), é a “lei básica da reforma administrativa”, dando novo pulso à Administração Pública como agente executiva, responsável por conduzir as mudanças legais instituídas em prol da profissionalização do serviço público.	Brasil
	Foi realizado o III Congresso Nacional de Administração Pública, para debates sobre o futuro dos cursos de Administração Pública perante a regulamentação e adoção do currículo mínimo (VENDRAMINI, 2013).	Brasil
1968	Criação da graduação em Administração Pública na UEMA	MA
	Criação da graduação em Administração Pública na EAESP/FGV	SP
1969	Criação do Mestrado em Ciência Política do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), abordando também o estudo em Políticas Públicas. (FARAH, 2016)	RJ
	"A procura pelos cursos de Administração Pública era preponderante diante da Administração de Empresas. O número de cursos chegava a dois terços do total de 31 cursos de graduação na área de conhecimento da Administração no país" (COELHO, 2006, p. 40).	Brasil
1970	Vendramini (2013) afirma que a graduação em Administração se pautou em uma formação generalista, o que levou à ênfase na Administração de Empresas, impedindo assim o crescimento o fortalecimento da área do conhecimento voltada à Administração Pública.	Brasil
1971	"Mesmo com o enfraquecimento da graduação, o curso de Mestrado em Administração Pública da EBAP/FGV crescia." (VENDRAMINI, 2013, p. 68)	RJ
1972	Criação do <i>Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo</i> (CLAD), para filiar as Escolas de Governo.	América Latina
1973	Não havia espaço para o administrador público no governo como agente técnico-político por conta da linha ditatorial e desenvolvimentista que coibia as ciências políticas e qualquer influência democrática. O ensino de Administração Pública havia sido "absorvido" pela Administração de Empresas, tendo ainda a capacitação dos gestores públicos com foco no gerenciamento das atividades estatais com base no comportamentalismo e instrumentalismo (COELHO, 2006).	Brasil
1974	Nesta época apenas EBAP/FGV, EAESP/FGV e UECE mantiveram as graduações plenas em Administração Pública.	RJ/SP/CE
1975	Ocorre o “Seminário Internacional de Análise de Políticas Públicas”, organizado pela EBAP/FGV.	RJ
1978	Criação do Curso Intensivo de Pós-Graduação em Administração Pública (CIPAD) pela EBAP/FGV.	RJ

1980	Com o declínio na graduação em Administração Pública, poucas instituições de ensino que a mantiveram a graduação em Administração Pública separada da Administração de Empresas, entre as que tentaram esta resistência, se destacam a UnB, a UECE, EAESP/FGV e Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana/PR (VENDRAMINI, 2013)	DF/CE/SP/PR
	EBAP/FGV extingue seu vestibular em Administração Pública.	RJ

Fonte: Elaboração própria, a partir de COELHO, 2016; COELHO; NICOLINI, 2013; FARAH, 2016; VENDRAMINI, 2013; FISCHER, 1984.

O período que se inicia em 1983 e se encerra em 1994 é chamado por Coelho e Nicolini (2013, p. 407) de “3º Ciclo do Ensino em Administração Pública no Brasil (1983-1994): Da Letargia ao (Re)alento”. A década de 1980 tem uma de suas mais importantes características, o fortalecimento dos Mestrados em Administração Pública:

Havia muitos acadêmicos interessados na pesquisa e no ensino, assim como profissionais do setor público, por iniciativa própria, buscando aperfeiçoamento. Ebap, Eaesp, UFBA e UFRGS ofereciam uma concepção multidisciplinar de políticas públicas. (VENDRAMINI, 2013, p. 71)

Quanto à graduação em Administração Pública, permanecia inexpressiva, visto que era a década perdida da Economia, em que “suas raízes podem estar ligadas à crise profunda da gestão pública” como a interrupção da reforma administrativa e “reconfiguração do papel do Estado brasileiro diante do esgotamento do intervencionismo (leia-se falta de competências para lidar com os desafios e a complexidade da esfera pública)”, enfraquecendo ainda mais a demanda por administradores públicos como coloca Vendramini (2013, p. 71-72).

O ano de 1983 fica marcado pelo encerramento do curso de graduação em Administração Pública da pioneira EBAP/FGV, e seu curso de Mestrado passa a dedicar-se à área de concentração em Políticas Públicas (VENDRAMINI, 2013). Em 1985, com o fim do período militar, o Estado passa ser repensado. Nesta época, após o fim do curso de Administração Pública da EBAP/FGV, aproximadamente apenas 1% dos bacharéis formados em Administração no país era de Administração Pública (VENDRAMINI, 2013). A Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) é criada em 1986, para configurar-se como referência na formação de profissionais dedicados à administração pública e promover a formação e a qualificação de quadros de nível superior, “tendo a missão de modernizar e tornar eficiente a administração pública federal.” (VENDRAMINI, 2013, p. 73).

No ano de 1988 é promulgada a Constituição Federal (CF) brasileira. A Constituição de 1988, ao seguir tendências internacionais de redistribuição do poder e maior abertura de diálogos e participação democrática trouxe apontamentos para inovação no ensino de Administração Pública, que Coelho (2006, p. 69) elenca como:

“a) a politização do processo administrativo; b) a incorporação da transparência administrativa e da justiça social na prestação do serviço público; e c) a orientação da burocracia com foco no usuário-cidadão, a abordagem da gestão pública como política pública desenvolvida num continuum intersetorial e interorganizacional entre Estado e sociedade.”

Outra mudança trazida pela nova Constituição Federal foram demandas que incentivaram uma revalorização de carreiras no Serviço Público e organizações da Sociedade Civil (VENDRAMINI, 2013), pela visão de Coelho (2006, p. 68):

“o reordenamento político-administrativo do Estado pós-85 e o paradigma de administração pública que se delineava no país – sociocêntrico – alteravam, também, a lógica (e os critérios) de racionalidade das instituições/empresas estatais. Sem o autoritarismo, o insulamento (tecn) burocrático se desfazia, reintegrando o processo político na gerência pública; conciliar demandas sociais, conviver com as relações de poder entre governo e atores sociais, negociar (e legitimar) decisões e viabilizar a ação coletiva, perfariam um rol de capacidade política tão importante para o administrador público quanto a competência técnica. Destarte, a administração pública nacional, despida da política e identificada como management outrora, reformular-se-ia como campo do saber e tecnologia administrativa diante da redemocratização e das transformações do papel (e função) do Estado.”

Em 1988 há ainda a criação do curso de graduação em Administração Pública da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” (UNESP), que já nasce “imbuído dessa concepção mais ampla de público, composto de diferentes atores sociais, que não só os agentes públicos do Estado.” (VENDRAMINI, 2013, p. 74). Também como resultado das novas formas de atuação dos servidores na Administração Pública Federal que a Constituição de 1988 trouxe, em 1989 é instituída a carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG) pela Lei n. 7.834, de 6 de outubro, para profissionalização da burocracia pública, com “atividades de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, assim como de direção e assessoramento em escalões superiores da administração pública federal direta, autárquica e fundacional” (BRASIL, 1989 apud VENDRAMINI, 2013, p. 74).

Na década de 1990 se inicia uma expansão de cursos de Administração e fica marcada, segundo Vendramini (2013, p. 74), “pela preocupação com a qualidade do ensino”. Em 1991, a instabilidade do Governo Collor de Mello compromete a atuação da ENAP e extingue a carreira de EPPGG, que só vem a ser restabelecida em 1992 com o novo quadro político nacional (VENDRAMINI, 2013). Deste momento e a partir de Coelho (2006) e ENAP (1992), Vendramini (2013, p. 75) entende que:

“Se o debate era antes conduzido sob o viés quantitativo no sentido de enxugamento do quadro de pessoal, agora a perspectiva se abre à capacitação profissional no

aspecto qualitativo, para que a cultura administrativa volte-se para a construção de valores democráticos, amparados na cidadania, na responsabilidade pública e na eficiência”

Itamar Franco assume a presidência em 1993, após impeachment de Collor de Mello, e inicia um resgate da política de capacitação dos recursos humanos da Administração Pública Federal, o que valoriza a profissionalização da Administração Pública de forma estratégica, com respaldo e apoio político (VENDRAMINI, 2013). Também em 1993 é criado o Doutorado em Administração Pública da UFBA e é aprovada nova legislação para os cursos de Administração propondo novas habilitações, que naquele momento responderiam a diferentes demandas do mercado. A partir deste momento se faz possível dedicar disciplinas à Administração Pública, na área de formação complementar. No ano seguinte, 1994, é criado o curso de graduação em Administração Pública da Escola de Governo Fundação João Pinheiro do Estado de Minas Gerais (EG-FJP/MG), com a inovação de que os estudantes graduados seriam automaticamente contratados pelo Governo “para assumir função pública em secretarias, fundações ou autarquias, garantindo a absorção de profissionais qualificados para a modernização da gestão pública.” (VENDRAMINI, 2013, p. 76).

Assim se encerrou o 3º Ciclo do Ensino de Graduação em Administração Pública e Políticas Públicas no Brasil, que pode ser observado com mais detalhes no Quadro 05 abaixo:

**Quadro 05 – Principais Acontecimentos Durante o 3º Ciclo do Ensino de Graduação em Administração Pública e Políticas Públicas no Brasil (1983-1994)**

ANO	ACONTECIMENTO	LOCAL
1983	Início do 3º Ciclo do Ensino de Graduação em Administração Pública no Brasil, a reanimação do ensino, saindo "Da Letargia ao (Re)alento", como definem Coelho e Nicolini (2013, p. 405).	<b>Brasil</b>
	Encerramento do curso de Administração Pública da pioneira EBAP/FGV. Mas seu curso de Mestrado passa dedicar-se à área de concentração em Políticas Públicas. (VENDRAMINI, 2013)	<b>RJ</b>
1985	Com o fim do curso de Administração Pública da EBAP/FGV, a formação na área se enfraquece, sendo "engolida" pelas graduações em Administração. Nesta época, aproximadamente apenas 1% dos bacharéis formados em Administração no país era de Administração Pública. (VENDRAMINI, 2013, p. 72)	<b>Brasil</b>
	Criação do Mestrado em Administração Pública na EAESP/FGV.	<b>SP</b>
1986	Criação da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).	<b>Brasil</b>
1988	Promulgação da Constituição Federal brasileira de 1988.	<b>Brasil</b>
	“As mudanças no plano institucional-legal do contexto brasileiro que a CF promoveu no sentido de redistribuição do poder às esferas subnacionais e da abertura à participação democrática na gestão dos serviços públicos seguiam as tendências internacionais” (VENDRAMINI, 2013, p. 73)	<b>Brasil</b>

	As demandas da CF de 1988 incentivam uma revalorização de carreiras no Serviço Público e organizações da Sociedade Civil. (VENDRAMINI, 2013)	<b>Brasil</b>
	Criação da graduação em Administração Pública na UNESP	<b>SP</b>
<b>1989</b>	Criação da Carreira de Especialista em Gestão de Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG).	<b>Brasil</b>
<b>1990</b>	“A década de 1990 é marcada pela preocupação com a qualidade do ensino, dada a expansão maciça dos cursos de Administração no país.” (VENDRAMINI, 2013, p. 74)	<b>Brasil</b>
	ENAP passa a atribuir funções relacionadas à formação e aperfeiçoamento de carreiras da Administração Pública Federal. (VENDRAMINI, 2013)	<b>Brasil</b>
<b>1991</b>	“A instabilidade política do Governo Collor de Mello compromete a atuação da ENAP e extingue a carreira de EPPGG.” (VENDRAMINI, 2013, p. 75)	<b>Brasil</b>
<b>1992</b>	EAESP/FGV introduz nova área de concentração no Mestrado: “Políticas de Governo”, “para estudo da formulação, implementação e avaliação de políticas públicas.” (VENDRAMINI, 2013, p. 75).	<b>SP</b>
	Carreira de EPPGG é restabelecida com nova conjuntura política nacional. (VENDRAMINI, 2013)	<b>Brasil</b>
	Ocorre um encontro entre instituições de formação e pesquisa em Administração Pública, tanto Instituições de Ensino Superior (IES) quanto escolas de governo, promovido pela ENAP e Ministério do Trabalho, com o objetivo de discussão sobre a capacitação profissional enquanto estratégia de reforma do Estado. (VENDRAMINI, 2013)	<b>Brasil</b>
<b>1993</b>	Governo de Itamar Franco, que assume após impeachment de Collor de Mello, inicia esforços para resgate da política de capacitação dos recursos humanos na Administração Pública Federal. Uma valorização dos profissionais em Administração Pública, agora com respaldo e apoio político, o que é estratégico para o fortalecimento da área. (VENDRAMINI, 2013)	<b>Brasil</b>
	Criação do Doutorado em Administração Pública na UFBA.	<b>BA</b>
	Nova legislação para os cursos de Administração que prevê a categorização em áreas de formação propondo novas habilitações, que naquele momento responderiam a diferentes demandas do mercado. A partir deste momento se faz possível dedicar disciplinas à Administração Pública, na área de formação complementar. (VENDRAMINI, 2013)	<b>Brasil</b>
<b>1994</b>	Criação da graduação em Administração Pública na EG-FJP/MG	<b>MG</b>
	A criação do curso de Administração da Escola de Governo Fundação João Pinheiro do Estado de Minas Gerais (EG-FJP/MG) tem uma proposta inovadora em que “seus egressos seriam prontamente contratados pelo Estado para assumir função pública em secretarias, fundações ou autarquias, garantindo a absorção de profissionais qualificados para a modernização da gestão pública.” (VENDRAMINI, 2013, p. 76)	<b>MG</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de COELHO; NICOLINI, 2013; VENDRAMINI, 2013;

Vendramini (2013, p. 76) sugere que a partir de 1995 “É possível perceber a instauração do quarto ciclo de formação em AP no país”, por ser o ano que traz de volta a importância da carreira pública e intensifica a capacitação dos servidores públicos que

ocorreu pela reforma administrativa no Poder Executivo Federal, o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, e desta forma a agenda da reforma incentiva e revitaliza o ensino de Administração Pública tanto em Escolas de Governo, para capacitação e qualificação dos servidores, quanto em cursos de Pós-Graduação e Graduação, para a formação de profissionais qualificados e desenvolvimento de pesquisas *strictu sensu* e *lato sensu* (VENDRAMINI, 2013).

Oliveira e Sauerbronn (2007, p. 162) afirmam que a década de 1990 pouco teve a acrescentar ao ensino de Administração Pública, tendo sido um assunto pouco debatido na Academia nacional, reforçando seu argumento pela “escassez de artigos publicados na RAP com a temática voltada ao ensino da AP no período de 1992 a 2002.”. E é em 2002 que se iniciaram as primeiras ações que levaram ao que veio a se tornar o Campo de Públicas. Por este motivo, a continuação desta Linha do Tempo se dará no Capítulo 04, dedicado à História do Campo de Pública e a atuação do Movimento Estudantil nesta construção.

Os principais acontecimentos para o Estudo em Administração Pública e Políticas Públicas entre 1995 e 2001 no Brasil seguem no Quadro 06, abaixo:

**Quadro 06 – Principais Acontecimentos Entre 1995 e 2001 Para o Estudo em Administração Pública e Políticas Públicas no Brasil**

ANO	ACONTECIMENTO	LOCAL
1995	“É possível perceber a instauração do quarto ciclo de formação em Administração Pública no país: do realento ao amadurecimento do campo, que busca o reconhecimento social de sua importância.” (VENDRAMINI, 2013, p. 76).	Brasil
	Ano conhecido pela reforma administrativa no Poder Executivo Federal a partir do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.	Brasil
	O ensino da Administração Pública é revitalizado e incentivado a partir da agenda da reforma administrativa no Poder Executivo Federal, tanto em Escolas de Governo, quanto em Cursos de Pós-Graduação e Graduação (VENDRAMINI, 2013)	Brasil
1996	Criação da Escola de Administração na UFRGS	RS

Fonte: Elaboração própria, a partir de VENDRAMINI, 2013.

Todo este processo de evolução, retrações e transformações nos Ciclos do Ensino de Graduação em Administração Pública no Brasil, de 1952 a 1994, foram resumidos por Coelho e Nicolini (2013, p. 407) no quadro abaixo:

**Quadro 07 – Ciclos do Ensino de Graduação em Administração Pública no Brasil (1952-1994)**

1º Ciclo	A irradiação do ensino de graduação em Administração Pública no Brasil (1952-1965)
----------	------------------------------------------------------------------------------------



Diante de um pró-ciclo estatal e favorecido pela assistência técnica norte-americana, o ensino superior de AP irradiou-se no Brasil. Nascido sob o signo da Administração Científica (aplicada ao setor público) na EBAP em 1952, o bacharelado em AP reproduziu-se em Instituições de Ensino Superior (IES) pelo país, preponderantemente nas universidades federais, com a ascendência da Administração para o desenvolvimento, na medida em que aos processos administrativos do governo agregavam-se às funções econômico-sociais do Estado. Na metade dos anos 60, dos 31 cursos de Administração no país, dois terços eram de AP ou enfatizavam este campo do saber. A vivacidade e fluidez de tal ensino, naturalmente, desenvolveram nos cursos uma identidade coletiva de formar quadros de pessoal para a burocracia estatal.

<b>2º Ciclo</b>	<b>Do auge à retração: o ensino de graduação em Administração Pública no Brasil (1966-1982)</b>
---------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------

Entre 1966 e 1970, o bacharelado em AP, em seu auge, reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), divulgado entre os vestibulandos e regulamentado como profissão, ampliou suas vagas e ajustou seus currículos, diversificando-se com a Administração para o desenvolvimento (planificação econômica e planejamento governamental) em voga na atividade do Estado e na agenda de pesquisa do campo do saber nesse período. Sem embargo, nos anos 70, o *enforcement* do currículo mínimo de administração, com lógica de Administração de Empresas (AE), a diluição do *ethos* de AP com a sobreposição da gestão empresarial no ‘Estado-Empresa’ e o milagre econômico e o consequente boom do ensino de AE, retraíram o ensino de graduação em AP no país. Cada vez mais, a Administração no Brasil tornava-se, então, sinônimo de AE.

<b>3º Ciclo</b>	<b>Da letargia ao (re)alento: o ensino de graduação em Administração Pública no Brasil (1983-1994)</b>
---------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------

A retração do ensino de graduação em AP no Brasil, nos anos 70, converteu-se em letargia na década de 80, simbolizada pela descontinuidade do bacharelado da EBAP-FGV, em 1982. Num contexto de crise do Estado, subentendia-se uma perda da razão de ser e/ou desnecessidade de cursos de graduação em AP. Das experiências tradicionais dos anos 60/70, remanesceu o curso da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP-FGV). É a partir da Constituição de 1988 que se retomaria, timidamente, o ensino de graduação em AP no país, continuado na EAESP-FGV e criado na Universidade Estadual Paulista (UNESP, 1989) e Escola de Governo na Fundação João Pinheiro (EG-FJP, 1994). Tal ensino realentaria, no limiar dos anos 90, numa conjuntura de redefinição do Estado e ampliação do locus do setor público no país.

**Fonte: COELHO; NICOLINI, 2013, p. 407.**

Uma das causas para a expansão dos cursos com formação voltada à Administração Pública e Políticas Públicas foram – além da necessidade de formar profissionais que soubessem lidar com as novas demandas do Estado após a Constituição Federal de 1988 como já visto no subcapítulo anterior – os programas educacionais de investimento e expansão das Universidades públicas.

O primeiro destes programas com o objetivo de expandir a educação superior no país foi, como afirma Farah (2016), o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) em 2007, criador de diversos incentivos para expansão de Universidades Federais. Este programa tinha, ainda, o objetivo de criar cursos que formassem profissionais prontos para as demandas sociais mais necessárias, como cursos de Serviço Social e, portanto, de Administração Pública, Gestão de Políticas Públicas, Gestão Pública, Políticas Públicas e

Gestão Social. Farah (2016, p. 206) também alega que “Dos treze cursos de bacharelado de universidades federais (administração pública e gestão de políticas públicas), dez foram criados a partir de 2007, assim como 14 dos 16 tecnológicos ou sequenciais (gestão pública)”.

Isto porque “a formação acadêmica em administração/gestão/política(s) pública(s) entrou na pauta e se converteu em projetos de cursos em muitas instituições de ensino pelo país afora” com os programas como o REUNI e projetos similares nas universidades estaduais neste processo sobre o alargamento do ensino de graduação, como é colocado por Pires et al (2014, p. 120).

Na maioria dos casos, estes cursos “tiveram origens a partir de múltiplas áreas de conhecimento (administração, ciência política, sociologia, economia, planejamento urbano, direito e serviço social)” (PIRES et al, 2014, p. 121) e, assim, propostas de formação diferenciadas e multidisciplinares, bem como arranjos estruturais não tradicionais de departamentos e currículos:

Em outras palavras, observou-se um experimentalismo difuso na adoção de nomenclaturas de cursos e na elaboração da matriz de disciplinas, considerando a experiência prévia de grupos de pesquisa e o consórcio de áreas de conhecimento em torno de um formato multi/interdisciplinar.

Logo, esta experiência de novas estruturas curriculares e organizacionais, além das novas nomenclaturas de cursos dentro das IES, advindas de programas como o REUNI, foi uma das questões que levaram à auto-organização natural que ocorreu a partir destes novos cursos e nomenclaturas, que como pode ser conferido no Apêndice A vão desde o mais tradicional, o curso de Administração Pública, aos um pouco “mais comuns” de Gestão de Políticas Públicas, Gestão Pública, Gestão Social e Políticas Públicas, até os “mais únicos” de Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social, Gestão Pública para o Desenvolvimento Rural e Ciências do Estado (este último em nível de Movimento Estudantil), que passaram a se enxergar como iguais e participantes de um mesmo campo estudantil, profissional e acadêmico. Esta identificação acadêmica como campo de estudo é o objeto central do próximo subcapítulo.

Assim, foi possível compreender, a partir de uma análise da Administração Pública no Brasil e suas reformas, as motivações e conjunturas que levaram à criação dos primeiros cursos de graduação em Administração Pública do Brasil no Século XX e à expansão deste campo no início do Século XXI, até se configurar como campo acadêmico e profissional, que deu origem ao Campo de Públicas.

### 2.3. Campo de Públicas como campo de estudo

Este subcapítulo tem por objetivo debater a ideia do Campo de Públicas como um campo de estudo dentro da visão de Thomas Kuhn (1978), utilizando como base a discussão travada por Keinert (2014), que associa Administração Pública e seus paradigmas com a noção de Campo de Públicas a partir dos parâmetros desse autor. Sabe-se que a discussão sobre campo científico e de saber vai além, a exemplo da concepção trabalhada por Bourdieu (1976), que considera o campo científico como um *campo social* com relações de força, disputas e estratégias que visam beneficiar interesses específicos dos participantes deste campo. Ou seja, um espaço de lutas. Porém, este trabalho optou pela concepção kuhniana, por ser uma abordagem que avalia os potenciais elementos aglutinadores, sem entrar no mérito dos possíveis conflitos advindos das relações de força entre seus integrantes, uma vez que a discussão sobre o papel do movimento estudantil na criação e no fortalecimento do Campo, objetivo desta pesquisa, ressalta os elementos comuns para a formação da identidade desse grupo ou comunidade científica.

Na ótica de Kuhn, o Campo de Públicas se identificaria como uma comunidade científica “definida como unidade organizacional para analisar a forma como determinado grupo de estudiosos se identifica, se organiza, compartilha referenciais e interage com atores externos ao mundo acadêmico” (KEINERT, 2014, p. 169). Segundo Keinert, “identifica-se um ‘paradigma emergente’ no referido Campo, relacionado ao interesse público e aos valores republicanos como parâmetro delimitador de uma autoidentidade assumida pelos próprios integrantes da comunidade em diferentes momentos” (KEINERT, 2014, p. 169).

Como será mais bem detalhado no capítulo 4, diversos foram os momentos do Campo de Públicas que podem ser entendidos como paradigmas emergentes (KEINERT, 2014), como as articulações para a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) específicas para os cursos do Campo de Públicas, interesse em comum em toda a comunidade e que passa a ter seus reflexos acadêmicos com a homologação da DCNs. Para Keinert (2014, p. 169), é justamente a aprovação das DCNs que pode ser o marco que consolida o Campo de Pública como comunidade científica “multi/interdisciplinar e pluralista”, pela perspectiva de que “Uma comunidade científica, nos termos Kuhnianos, constitui-se à medida que seus membros compartilham, em alguma medida, determinado paradigma”. (KEINERT, 2014, p. 171).

Nas palavras do próprio Kuhn, entre as características de um paradigma está o alcance “suficientemente sem precedentes para atrair um grupo duradouro de partidários, afastando-os

de outras formas de atividade científica” (KUHN, 1978 apud KEINERT, p. 171) constituindo, assim, a comunidade científica.

Segundo Keinert (2014, p. 171), para Khun, “a aceitação de um paradigma pode ser verificada empiricamente pelo surgimento de revistas especializadas com corpos editoriais”, ou ainda com premiações direcionadas a uma comunidade, como a Revista de Administração Pública (RAP), da Fundação Getúlio Vargas, e os Prêmios Lice, nos ENEAPs (VENDRAMINI, 2013), “pela realização de novos eventos acadêmico-científicos”, como os ENEAPs, posteriormente seguidos pelo Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ENEPCP) e Encontros Regionais dos Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas (ERECAPs), “pela criação de novos cursos universitários e de capacitação”, como a expansão dos cursos do Campo de Públicas, “pela formação de associações acadêmicas e científicas etc.”, como a Federação Nacional dos Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas (FENEAP), Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ANEPCP) e a recém-criada Associação Brasileira de Profissionais do Campo de Públicas (Pro Pública Brasil).

Desta forma, o Campo de Públicas conceitualmente responde às diversas colocações para que ele seja entendido como comunidade científica e campo de estudo, que pode ser, inclusive, visto como uma comunidade científica baseada em uma “Carta Magna” representada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais que tem o paradigma compartilhado pelos princípios fundamentais que deveriam ser atingidos pelos cursos de graduação do Campo de Públicas. São eles:

- I - o ethos republicano e democrático como norteador de uma formação que ultrapasse a ética profissional, remetendo-se à responsabilidade pela res publica e à defesa do efetivo caráter público e democrático do Estado;
- II - a flexibilidade como parâmetro das Instituições de Educação Superior, para que formulem projetos pedagógicos próprios, permitindo ajustá-los ao seu contexto e vocação regionais;
- III - a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade que garantam a multiplicidade de áreas do conhecimento em temas como política, gestão pública e gestão social e sua interseção com outros cursos.” (CONSELHO, 2014, p. 1)

Para Muraro (2010), o paradigma kuhniano se refere àquilo que é partilhado por uma comunidade científica, “uma matriz disciplinar”, a exemplo das referidas diretrizes curriculares. “Uma comunidade científica caracteriza-se pela prática de uma especialidade científica, por uma formação teórica comum, pela circulação abundante de informação no interior do grupo e pela unanimidade de juízo em assuntos profissionais” (MURARO, 2010, p.2). Ou seja, neste sentido, o paradigma seria “um conjunto de soluções de problemas

concretos, uma realização científica concreta que fornece os instrumentos conceituais e instrumentais para a solução de problemas” (idem).

Na leitura da autora, o paradigma é uma concepção de mundo que pressupõe um modo de ver e de praticar, e “engloba um conjunto de teorias, instrumentos, conceitos e métodos de investigação; noutro caso, o conceito é utilizado para significar um conjunto de realizações científicas concretas capazes de fornecer modelos dos quais brotam as tradições coerentes e específicas da pesquisa científica” (MURARO, 2010, p.2).

Assim, para Kuhn, “o paradigma que o cientista adquiriu durante a sua formação profissional fornece-lhe as regras do jogo, descreve-lhe as peças a utilizar e indica-lhe o caminho ou objetivo a atingir” (MURARO, 2010, p.2). Neste caso, os exemplares seriam a parte mais importante de um paradigma tanto para a apreensão dos conceitos científicos como para selecionar os problemas relevantes e o modo como devem ser resolvidos. “Desse modo, eles determinam o que pode ser considerado uma solução cientificamente aceitável de um problema, ajudando a estabelecer um consenso entre os cientistas e servindo como guias para a pesquisa” (MURARO, 2010, p.2).

No caso da presente pesquisa, as DCNs seriam o exemplar que combina não só os conceitos, mas os preceitos para a condução do fazer coletivo do Campo de Públicas, em torno de um consenso construído na diversidade dos atores, ou grupos de atores, envolvidos na criação e no fortalecimento do Campo, como o movimento estudantil, composto por diversos cursos com suas diferentes nomenclaturas e características. Esse tipo de agrupamento tem especificidades próprias e, por isso, vale uma reflexão mais aprofundada para análise do peso.

## **2.4. Conceitos e Características do Movimento Estudantil**

Segundo Gohn (2011, p. 334), o Movimento Estudantil é um movimento social geracional baseado em uma relação entre movimento social e educação que “existe a partir das ações práticas de movimentos e grupos sociais”. Gohn (2016) afirma também que é importante ressaltar que movimentos pela educação ocorrem dentro e fora de espaços institucionais, bem como tem caráter histórico.

Para Mesquita (2003, p. 120), o entendimento de movimento estudantil é, sobretudo, uma análise de movimento plural “capaz de se expressar através de vários grupos que se potencializam no cotidiano da condição estudantil”. Por isso, Mesquita (2003, p. 120) afirma que o movimento estudantil não se limita às organizações estudantis e formais, mas pode ser

observado na dinâmica de “criação de interesses e pautas que – transformadas diariamente pela realidade estudantil, pelas relações universitárias e pela sociedade civil – pode ser capaz de mobilizar os estudantes”, que desta forma levam a uma conclusão do autor de que não existe movimento estudantil unitário, mas movimentos de estudantes que se inter-relacionam e se inter cruzam.

Nesta pluralidade existente, o movimento agrega um número infinito de tribos e grupos em seu interior, desde aqueles que se manifestam através de tendências orgânicas – geralmente ligados a um partido político –, até aqueles que expressam interesses temáticos e mais localizados – como o grupo de estudantes negros e as Executivas de Curso, por exemplo. Existem ainda aqueles que apesar terem uma organização de grupo, não possuem vínculos partidários. É o caso dos independentes e dos anarquistas. (MESQUITA, 2003, p. 120)

Bringel (2009, p. 100-101) considera que os movimentos estudantis são de difícil caracterização e definição. Ele faz uma breve contextualização destas características a seguir:

No caso das lutas estudantis no Brasil, o termo “movimento” tem sido extensamente utilizado e escassamente debatido, em razão de seu uso num sentido laxo e ampliado, empregado há várias décadas, de forma quase imediata, quando um grupo de estudantes se mobiliza. Isso tem três implicações perigosas que levam à confusão entre:

- a) Ação coletiva *versus* movimento social/estudantil: com frequência, vários intérpretes (sejam acadêmicos, políticos ou meios de comunicação) veem em uma ação o “movimento estudantil”, quando, na realidade, o que existe é somente uma ação coletiva (a exemplo de um protesto isolado no refeitório de uma faculdade). Essas ações podem ou não ser resultado da atuação de um “movimento estudantil”, mas, se isoladas, são simplesmente uma ação coletiva;
- b) Movimento estudantil *versus* organização estudantil: este equívoco normalmente advém da atribuição ao “movimento estudantil” de uma ação coletiva específica convocada por uma organização ou entidade estudantil institucionalizada, algo bem diferente e que se tornou habitual no Brasil durante a década de 1990. Somente se tratará de um movimento estudantil se a organização não estiver institucionalizada;
- c) Movimento estudantil, em singular, *versus* movimentos estudantis, em plural: o leque de movimentos camponeses, urbanos e feministas é muito amplo. No cenário brasileiro atual, poder-se-ia destacar, entre os primeiros, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Isso significa que existem vários movimentos sociais de camponeses, embora o MST seja a principal força. A mesma regra é válida para os movimentos urbanos, feministas, estudantis e outros. No caso dos movimentos estudantis, quando se fala de “movimento” em singular não se deve ocultar a existência de diferentes movimentos estudantis, em plural, e as tensões que há entre eles.

O estudo dessa relação do movimento estudantil como movimento social é relativamente recente e ocorre de duas formas: “na interação dos movimentos em contato com instituições educacionais, e no interior do próprio movimento social, dado o caráter educativo de suas ações” (GOHN, 2011, p. 334), o que causa espanto e estranhamento em visões conservadoras, pelo receio do que este contato pode causar.

Bringel (2009) se apoia em Feuer (1969) para trazer a afirmação de uma perspectiva marxista em que a maioria das lutas sociais está permeada por um conflito de classes, as lutas dos estudantes parte de outro conflito, o geracional. Assim, Bringel (2009, p. 102) continua sua reflexão sugerindo que se considerados diferentes paradigmas e teorias dos movimentos sociais a partir da década de 1960, há base para “considerar o movimento estudantil um movimento social *sui generis*”, com as características tanto dos elementos que unem os demais movimentos sociais quanto específicas.

Assim, Bringel (2009, p. 102) afirma que o movimento estudantil só se configura quando os estudantes articulam suas reivindicações, lutas e ações com elementos mínimos, que:

também estão presentes nos demais movimentos sociais: definição de reivindicações, demandas e objetivos coletivos; exposição dessa problemática a interlocutores políticos por meio de diferentes estratégias e repertórios de ações coletivas; mínima organização com certo grau de continuidade no tempo; caráter não institucional; trabalho comum que leva à construção de uma identidade coletiva, mesmo que incipiente.

Após isso, torna-se necessário assinalar algumas especificidades dos movimentos estudantis:

- A maioria de suas lutas tem um objetivo específico de curto prazo, pois se trata de uma força social conjuntural. Contudo, isso não impede que existam mobilizações que permaneçam em um horizonte de médio ou longo prazo, dependendo da conjuntura e das forças sociais e políticas existentes. Os movimentos estudantis universitários estão muito influenciados pelo ritmo do ano letivo acadêmico: férias e feriados acabam atuando como elementos desmobilizadores, que rompem com a sequência de ações coletivas iniciadas. Além disso, outro elemento crucial (e prejudicial para a continuidade dos movimentos estudantis) é a questão do “relevo geracional”, que muitas vezes impede que os movimentos estudantis disponham de um “capital militante” acumulado de outras lutas, visto que a maioria dos participantes de mobilizações anteriores acaba se desvinculando da universidade e/ou, pelo menos, da militância estudantil;
- Sua organização é pendular e variável. Não responde a uma forma de organização concreta, contando com diferentes graus de estruturas e organicidade. As assembleias conformam o coração da atividade política dos movimentos estudantis, porém pode haver múltiplas formas de canalizar o trabalho realizado nelas para âmbitos mais amplos, assim como outros formatos mais formais de organização;
- Sua composição social está constituída principalmente por setores das classes médias, algo contemplado nos movimentos estudantis que estudamos tanto na Europa quanto na América Latina, e que os diferencia dos movimentos “populares”, conformados principalmente por um extrato mais pobre da população;
- Possuem, com frequência, o que poderia ser identificado como uma “identidade secundária” ou de “baixa intensidade”, em razão de uma habitual convergência de perfis e identidades militantes quando o estudante também milita em outro movimento social (seja este negro, feminista etc.) ou em alguma força política (normalmente partidos políticos), priorizando alguns deles. Ademais, pelo caráter de curto prazo de muitas das lutas, torna-se mais complexa a construção de uma identidade coletiva profunda;
- Converte um amplo espectro ideológico na composição dos movimentos estudantis, que normalmente varia desde a socialdemocracia até a esquerda mais

radical, incluindo um amplo leque de “sensibilidades” de esquerda. No entanto, da mesma forma que nem todo movimento social é de esquerda, nem todos os movimentos estudantis são de esquerda, nem todas as lutas estudantis têm um caráter transformador (ou de radicalismo absoluto como chegou a ser mistificado de forma equivocada), adquirindo, muitas vezes, esse caráter quando a esquerda está no poder num marco mais amplo, como é o caso atual de muitas lutas estudantis de direita na Venezuela, que conseguem mobilizar um numeroso contingente de estudantes;

- As demandas podem ter um caráter interno (reivindicações endógenas como residência universitária, restaurantes, discussões sobre o uso do espaço universitário etc.) ou externo (questionamentos que vão além das demandas de grêmio e que procuram incidir em discussões de maior alcance político, como a qualidade do ensino público ou o papel que deveriam desempenhar as universidades nas sociedades contemporâneas). Ainda que não se trate de uma divisão rígida entre ambas as dimensões, a hegemonia das demandas de caráter interno está ligada a um menor papel dos movimentos estudantis como movimentos antissistêmicos. Pelo contrário, ao articular as reivindicações internas com questões externas, de maior alcance, como as políticas educativas de um governo ou temas da política local, nacional ou global, essas lutas adquirem maior grau de protagonismo em nível societário. Um bom exemplo recente é o dos estudantes secundaristas no Chile que, ao questionarem o caráter neoliberal das políticas educativas de Bachelet, puseram em xeque o próprio governo do país.” (BRINGEL, 2009, p. 102-104)

Nesse sentido, os movimentos estudantis “da mesma forma que os de mulheres, camponeses, indígenas, urbanos e outros, são movimentos sociais” (BRINGEL, 2009, p. 100), tendo como questões centrais a participação, a cidadania e o sentido político da educação, como afirma Gohn (2016, p.1):

As lutas pela educação envolvem a luta por direitos e são parte da construção da cidadania. Movimentos sociais pela educação abrangem questões tanto de conteúdo escolar quanto de gênero, etnia, nacionalidade, religiões, portadores de necessidades especiais, meio ambiente, qualidade de vida, paz, direitos humanos, direitos culturais etc. Esses movimentos são fontes e agências de produção de saberes.

A produção de saber dos movimentos estudantis nitidamente tem uma interface direta com os educadores envolvidos nos processos de reivindicação de demandas e de produção de conhecimento, o que complexifica ainda mais sua identidade de movimento estudantil. No caso do Campo de Públicas, a atuação do movimento estudantil parece combinar as duas frentes apontadas pelos autores: luta pelo avanço do campo de estudo por meio da produção de saber e das conquistas políticas, como será demonstrado nos resultados da pesquisa.

O capítulo seguinte é destinado à apresentação da metodologia proposta e realizada, com detalhamento dos procedimentos desenvolvidos para a pesquisa.



### **3. METODOLOGIA**

Neste capítulo serão apresentados o método, as técnicas de pesquisa, com o seu desenvolvimento conforme os objetivos específicos, e como foi realizada a análise dos dados.

#### **3.1. Método**

Esta pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa em função de se tratar de um plano estabelecido previamente, com hipótese especificada e envolvendo a obtenção de dados descritivos de forma direta “do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo” (GODOY, 1995a, p. 58).

A escolha pela pesquisa qualitativa se deu por ser um modelo descritivo que valoriza o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e situação central do estudo, caracterizando-se pela coleta de dados por meio de pesquisa documental, entrevistas, observação entre outras formas que muitas vezes utilizam equipamentos de gravação e demais opções que facilitem a compreensão do contexto do qual o objeto central da pesquisa faz parte, mostrando preocupação “com o processo e não simplesmente com os resultados ou produto.” (GODOY, 1995a, p. 63).

#### **3.2. Técnicas de Pesquisa**

Para o desenvolvimento desta pesquisa, primeiramente, foi realizada uma pesquisa documental. Documentos como jornais, revistas, diários, obras literárias, científicas e técnicas, cartas, memorandos, relatórios etc, por serem fontes ricas em dados, que permitem o estudo de momentos anteriores à descoberta ou interesse do objeto de pesquisa, além do fato de que os documentos “constituem uma fonte não-reativa, as informações neles contidas permanecem as mesmas após longos períodos de tempo.”, e por isso podem ser considerados uma fonte natural de informação “à medida que, por terem origem num determinado contexto histórico, econômico e social, retratam e fornecem dados sobre esse mesmo contexto.”, como afirma Godoy (1995b, p. 21-22), e desta forma não há perigo de mudanças no comportamento no contexto ou atores envolvidos na pesquisa.

Foram também realizadas entrevistas semiestruturadas como forma de se obter dados e informações em profundidade junto a atores importantes do Campo de Públicas. Entrevistas são coletas de dados realizadas com atores envolvidos de alguma forma no objeto de pesquisa, pois o contato direto com os sujeitos melhora a qualidade e a precisão dos dados para compreensão ampla e melhor noção da realidade do que está sendo estudado (GODOY, 1995b). Estas entrevistas para coleta de dados e informações foram todas realizadas utilizando-se equipamentos de gravação, em parte presencialmente e em parte via *Skype*.

Outra técnica de grande importância para a pesquisa foi a observação participante, sendo talvez a que deixa mais claro o viés militante e caráter de pesquisa ativista que assumo neste trabalho. Em verdade, o que instigou e levou à este tema de pesquisa foi a militância que exerci durante dois anos (2014-2016) de Gestão na Diretoria Executiva do Centro Acadêmico de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília (CAPOP UnB) – como Vice-Presidente na primeira Gestão e Diretor de Representação Política na segunda (há se apontar que foram gestões de ideologia horizontal e descentralizada, os cargos eram por questões formais e institucionais) – que me levaram à observação participante em dois ENEAPs (2014 e 2015), dois CONEAPs dentro de ENEAPs (2014, 2015) e dois fora (2015 e 2016) e no I ENEPCP, eventos e situações prévios à pesquisa que levaram à escolha do tema de estudo, e um ENEAP (2016) e o CONEAP dentro do ENEAP de 2016, já após fim do meu período de gestão no CAPOP UnB e iniciada a pesquisa. Totalizando assim a presença e participação em todos os três ENEAPs, cinco CONEAPs e um ENEPCP, que aconteceram durante minha graduação, ou, em outras palavras, todos os eventos nacionais do Campo de Públicas que aconteceram desde que iniciei (Setembro/2013) minha graduação em Gestão de Políticas Públicas na Universidade de Brasília (GPP/UnB), nos quais pude participar de importantes momentos, que me incitaram diversos *insights* e inquietações para o estudo, que é comum segundo Godoy (1995b).

No caso desta pesquisa, o desenvolvimento do interesse pelo objeto de estudo e da observação participante se deu com anotações sistemáticas e contatos realizados durante participação nos Encontros Nacionais dos Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas (ENEAPs) de 2014, 2015 e 2016, Congressos Nacionais dos Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas (CONEAPs) de 2014 (no ENEAP 2014), 2015 (fora do ENEAP), 2015 (no ENEAP 2015), 2016 (fora do ENEAP) e 2016 (no ENEAP 2016), no I Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ENEPCP), em 2015, Reuniões de Colegiado do Departamento de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília (GPP/UnB), entre outros espaços relacionados ao Campo de Públicas e/ou seu Movimento Estudantil.

Godoy (1995b, p. 61) também afirma que a observação é a “técnica de coleta de dados mais utilizada”, pois é importante para pesquisas qualitativas e se dá frequentemente combinada à entrevista, técnica descrita anteriormente, e como Godoy (1995b) coloca, a observação procura apreender as aparências, eventos e comportamentos dos atores, bem como o contexto que envolve o objeto em questão para a pesquisa.

O Quadro 08 informa sobre as ações realizadas para a coleta de dados desta pesquisa, a partir das técnicas utilizadas.

**Quadro 08 – Técnicas de pesquisa e ações realizadas**

<b>Técnicas de Pesquisa</b>	<b>AÇÕES REALIZADAS</b>
<b>Pesquisa Documental</b>	Leitura e utilização de artigos científicos, manifestos, atas de reuniões em eventos, documentos de criação de cursos, Diretrizes Curriculares Nacionais da Administração Pública, entre outros documentos referentes ao Campo de Públicas e seu Movimento Estudantil para realização de um mapeamento histórico de momentos chave do processo de criação e fortalecimento do Campo de Públicas, para entender como o Movimento Estudantil atuou e auxiliou, como os primeiros Encontros Nacionais de Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas (ENEAPs), criação da Federação Nacional dos Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas (FENEAP), votação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) de Administração Pública/Campo de Públicas entre outros.
<b>Observação Participante</b>	Utilização de informações obtidas nos Encontros Nacionais dos Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas (ENEAPs) de 2014, 2015 e 2016, Congressos Nacionais dos Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas (CONEAPs) de 2015 e 2016, Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ENEPCP) de 2015, vivência de Colegiados do curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília (GPP/UnB), entre outros espaços similares.
<b>Entrevistas</b>	Entrevistas com professores, estudantes e egressos que participaram de momentos chave para a criação e fortalecimento do Campo de Públicas com critérios de escolha levando em consideração suas funções, forma de participação, regionalização e momento em que iniciou sua participação no movimento. O roteiro de entrevistas seguiu os pontos levantados pelos objetivos específicos.

Fonte: Elaboração própria.

Abaixo, será apresentado um breve resumo com o perfil dos entrevistados, conforme os segmentos selecionados: professores (3), egressos (3); e estudante (1). Ao todo, foram sete entrevistas, entre os meses de setembro e novembro de 2016. Elas foram gravadas em aparelho de áudio, com duração em média de 50 minutos, totalizando 5 horas, 43 minutos e 39 segundos.

O perfil de entrevistados foi pensado de acordo com suas regiões geográficas, atuações e participações em eventos e instituições do Campo de Públicas nos momentos identificados,

via observação e diálogos em eventos, como “momentos chave” para o processo de criação e fortalecimento do Campo de Públicas. A partir de então, com a ajuda de terceiros em alguns casos, iniciou-se a parte de contato com os possíveis entrevistados.

Em princípio foram contatados onze possíveis entrevistados, incluindo Janann Medeiros (professora aposentada do curso de GPP/UnB), um egresso, Leandro Rodrigues da Silva, conhecido no Campo de Públicas como “Leandro Índio” (ex-presidente, 2009-2010, da FENEAP) e mais dois estudantes que não quiseram ser identificados. Com a professora Janann, Leandro e um dos estudantes, problemas de agenda impossibilitaram a realização das entrevistas, e o outro estudante afirmou não possuir informações relevantes a serem acrescentadas e falta de confiança para participar desta forma em um trabalho acadêmico. Em função do prazo da pesquisa, não foi possível entrar em contato com outros professores, egressos ou estudantes.

As entrevistas foram realizadas em parte presencialmente e em parte via *Skype*, seguindo o Roteiro de Entrevista Semiestruturada (Apêndice B), com acréscimo ou exclusão de perguntas, conforme o andamento do diálogo.

Todos os entrevistados autorizaram a utilização dos dados e informações de suas entrevistas para esta pesquisa (ARAÚJO, 2016a; CÂMARA, 2016a; COELHO, 2016a; FERNANDES, 2016a; GLAESER, 2016a; LÚCIO, 2016a; PIRES, 2016a).

Os perfis de professores, egressos e estudante entrevistados seguem abaixo:

- **Professores**

**Prof. Dr. Valdemir Pires Aparecido**, possui Graduação (1989) em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC Campinas), Mestrado (1995) em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC São Paulo) e Doutorado (2003) em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). É professor (2005 – Atual) do curso de Bacharelado em Administração Pública da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), tendo atuado como Coordenador do curso entre os anos de 2009 e 2011. Participou como Professor e Coordenador de reuniões do Fórum de Professores e Coordenadores do Campo de Públicas (FP3CP) e foi um dos organizadores do I ENEPCP, que aconteceu no ano de 2015 em Brasília, Brasil;

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Magda de Lima Lúcio**, possui Graduação (1990) em História pelo Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), Mestrado (2002) e Doutorado (2006) em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). É Professora (2010 – Atual) do curso de Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília (GPP/UnB), tendo atuado como Coordenadora do curso entre os anos de 2013 e 2015, e é atual (2015 – Atual) Chefe do Departamento de Gestão de Políticas Públicas na Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília (GPP/FACE/UnB). Participou como Professora e Coordenadora de reuniões do Fórum de Professores e Coordenadores do Campo de Públicas (FP3CP) e foi uma das organizadoras do I ENEPCP, que aconteceu no ano de 2015 em Brasília, Brasil. É Presidenta (2015 – Atual) da Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ANEPCP);

**Prof. Dr. Fernando de Souza Coelho**, possui Graduação (1998) em Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo (USP), Mestrado (2002) e Doutorado (2006) em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV/SP). É Professor (2007 – Atual) do curso de Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo (GPP/USP), tendo atuado como Coordenador do curso entre os anos de 2011 e 2013; Foi fundador e participou como Professor e Coordenador de reuniões do Fórum de Professores e Coordenadores do Campo de Públicas (FP3CP). Foi Diretor de Relações Institucionais (2013 – 2016) e é atual Presidente (2016 – Atual) da Sociedade Brasileira de Administração Pública (SBAP);

- **Egressos**

**Felipe Drumond Araújo**, foi estudante (2010 – 2014) e possui Graduação (2014) no curso de Bacharelado em Administração Pública pela EG-FJP/MG. É Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Governo do Estado de Minas Gerais desde 2014. Foi Vice-Presidente (2012 – 2013) e Diretor de Movimento Estudantil (2013 – 2014) do Diretório Acadêmico da Escola de Governo Professor Paulo Neves da Fundação João Pinheiro (DACSAP EG-FJP/MG). Foi Coordenador Geral do XII ENEAP, que aconteceu no ano de 2013 em Caeté, Minas Gerais, Brasil. Foi Presidente (2013 – 2015) e Diretor de Relações Institucionais (2011 – 2012) da Federação Nacional dos Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas (FENEAP). Foi Coordenador Geral (2015 – 2016) do Comitê de Egressos do Campo

de Públicas e é Presidente (2016 – Atual) da Associação Brasileira de Profissionais do Campo de Públicas (Pro Pública Brasil);

**Mikael Victor Silva da Câmara**, foi estudante (2012 – 2015) no curso, possui Graduação (2015) e atualmente (2015 – Atual) cursa Mestrado Acadêmico em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (GPP/UFRN). Foi Coordenador de Comunicação (2012 – 2013) do Centro Acadêmico de Gestão de Políticas Públicas Djalma Maranhão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CAGPP UFRN). Foi Diretor de Comunicação (2015 – 2016) da Federação Nacional dos Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas (FENEAP). Foi Coordenador de Apoio às Delegações do XV ENEAP, que aconteceu no ano de 2016 em Natal, Rio Grande do Norte, Brasil. Foi membro (2015 – 2016) do Comitê de Egressos do Campo de Públicas e é Diretor Administrativo-Financeiro (2016 – Atual) da Associação Brasileira de Profissionais do Campo de Públicas (Pro Pública Brasil);

**Emanuele Glaeser**, foi estudante (2010 – 2014) e possui Graduação (2014) no curso de Bacharelado em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPs/UFRGS). Foi Coordenadora de Política e Cultura (2010 – 2011) e Coordenadora Geral Substituta (2012 – 2013) do Centro Acadêmico de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CAPP UFRGS). Foi Diretora Administrativo-Financeira (2013 – 2014) e de Eventos (2014 – 2015) da Federação Nacional dos Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas (FENEAP). Foi Coordenadora Científica do I Encontro Regional dos Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas da Região Sul (ERECAP Sul), que aconteceu no ano de 2015 em Taramandaí, Rio Grande do Sul, Brasil. Foi membro (2015 – 2016) do Comitê de Egressos do Campo de Públicas;

- **Estudante**

**Ana Beatriz Santos Fernandes**, é estudante (2013 – Atual) do curso de Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília (GPP/UnB). Foi Diretora de Comunicação (2015 – 2016) da Federação Nacional dos Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas (FENEAP). Foi Diretora de Eventos (2015 – 2016) do Centro Acadêmico de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília (CAPOP UnB).

### 3.3. Análise dos dados

Para a análise dos dados foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2002), a partir de categorias de análise organizadas com base nos objetivos específicos da pesquisa. Estes demandaram alguns procedimentos metodológicos para a coleta de dados, conforme descrito no Quadro 09.

**Quadro 09 – Objetivos Específicos e Procedimentos Metodológicos**

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS
1. Identificar os principais momentos e formas de atuação do Movimento Estudantil do Campo de Públicas de 2002 à Agosto de 2016.	Pesquisa Documental: Artigos científicos, cartas, manifestos, atas de reuniões.
	Observação Participante: ENEAPs, CONEAPs e ENEPCP.
	Entrevistas semiestruturadas
2. Investigar quais foram as principais consequências da atuação do Movimento Estudantil para criação e fortalecimento do Campo de Públicas.	Entrevistas semiestruturadas
	Pesquisa Documental: Artigos científicos, cartas, manifestos, atas de reuniões.
3. Compreender como ocorreu o protagonismo do Movimento Estudantil do Campo de Públicas diante de sua atuação.	Entrevistas semiestruturadas
	Observação Participante: ENEAPs, CONEAPs e ENEPCP.

**Fonte: Elaboração própria.**

A análise de conteúdo é descrita por Bardin (2006, p. 38) como:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. (...) A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não).

Ou seja, os dados coletados durante a pesquisa devem ser interpretados à luz das várias informações que vão fazendo sentido, muitas vezes, a partir da frequência de respostas das várias fontes de dados.

O capítulo a seguir traz os resultados desta pesquisa, a partir dos dados e informações coletadas e do referencial teórico, buscando responder os objetivos geral e específicos.

## **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Este capítulo trata dos Resultados e Discussão da pesquisa, se iniciando com uma Linha do Tempo do Campo de Públicas para contextualização dos momentos importantes para sua criação e fortalecimento, seguida por um subcapítulo que disserta especificamente sobre o ENEAP e sua relevância para o Campo de Públicas, que serve de insumo para o subcapítulo posterior, no qual é feita a discussão proposta pela hipótese e pelos objetivos geral e específicos quanto à participação do Movimento Estudantil para as realizações, criação e fortalecimento do Campo de Públicas. Estas discussões serão feitas a partir de categorias de análise, com base nos objetivos específicos. São elas: Campo de Públicas e Movimento Estudantil; O ENEAP e o Campo de Públicas; e a importância do protagonismo estudantil.

### **4.1. Campo de Públicas e Movimento Estudantil**

Dada a contextualização histórica apresentada no capítulo 2 quanto à trajetória do ensino em Administração Pública e Políticas Públicas no Brasil, que levou aos movimentos e articulações para constituição do Campo de Pública, este capítulo se dedica a apresentar o Campo de Públicas como se entende hoje, “um novo campo multidisciplinar” como coloca Farah (2016, p. 192), pela perspectiva de diversos atores que participaram de sua constituição, sobretudo pela ótica de atuação do Movimento Estudantil do Campo de Públicas em todo este processo de criação e fortalecimento, objeto central desta pesquisa.

A formação em Administração Pública e Políticas Públicas, que há muito se encontrava estagnada, só voltou a se expandir nos anos 2000 com a criação de cursos de graduação em Gestão de Políticas Públicas, Gestão Pública, Políticas Públicas e Gestão Social, assim como até mesmo as graduações em Administração Pública, mais tradicionais e antigas no país, que sofreram problemas de sustentação ao longo dos anos 1990, tendo restado apenas três cursos em nível de Graduação, “o da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP) e o da Universidade Estadual Paulista (FCL-Unesp), no Estado de São Paulo, e o da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro (EG-FJP/MG), em Minas Gerais”, como afirmam Pires et al (2014, p. 113).

Hoje existem mais de 300 cursos (Apêndice A) que se encaixam nas diversas nomenclaturas do Campo de Públicas, como pode ser observado no quadro 10 abaixo:



**Quadro 10 – NOMENCLATURAS E INFORMAÇÕES DOS CURSOS DO CAMPO DE PÚBLICAS:**

NOMENCLATURAS E INFORMAÇÕES	QUANTIDADE
Cursos de Graduação em Gestão de Políticas Públicas (GPP)	5
Cursos de Graduação em Administração Pública <sup>1</sup> (AP)	71
Cursos de Graduação em Gestão Pública <sup>2</sup> (GP)	221
Cursos de Graduação em Políticas Públicas (PPs)	4
Cursos de Bacharelado	83
Cursos Tecnológicos	216
Cursos Sequenciais	2
Cursos Presenciais	221
Cursos de Educação a Distância (EAD)	80
Cursos em Instituições Públicas	138
Cursos em Instituições Privadas	163
<b>TOTAL DE CURSOS</b>	<b>301</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de EDUCAÇÃO, 2016.

Foi nesse contexto de criação de novos cursos que nasceu o movimento do Campo de Públicas, que pode ser compreendido a partir da cronologia anual, de 2002 a 2016, descrita a seguir, sempre considerando a participação do movimento estudantil nesse processo. Para estruturação desses períodos, foram utilizados documentos, conteúdo das entrevistas e observação participante.

**2002:** Primeira edição do Encontro Nacional dos Estudantes de Administração Pública (ENEAP), organizado por estudantes que “iam aos ENEADs, encontros dos estudantes de Administração, e não se sentiam representados pela discussão, pela forma como o evento funcionava”, segundo Felipe Drumond Araújo (2016b), ex-Presidente (2013-2015) da

<sup>1</sup> Entre os cursos de Administração Pública (AP), foram incluídas as nomenclaturas dos cursos de “Administração Pública e Políticas Públicas” e “Administração Pública e Social”, como constam no Apêndice A;

<sup>2</sup> Entre os cursos de Gestão Pública foram incluídas as nomenclaturas dos cursos de “Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social (GPDES)” e “Gestão Pública para o Desenvolvimento Regional (GPDR)”, como constam no Apêndice A;

FENEAP. O encontro foi sediado pelo curso de Administração Pública da UNESP Araraquara, que recebeu os colegas de mesmo curso da EAESP/FGV e EG-FJP/MG, alcançando uma participação de 150 a 200 estudantes e professores (VENDRAMINI, 2013).

**2003:** Acontece o II ENEAP, em São Paulo, organizado pelo curso de Administração Pública da EAESP/FGV, que recebeu os colegas da UNESP, EG-FJP/MG e outras instituições, tendo cerca de 120 participantes, sendo destes, aproximadamente um terço de outros cursos que não os 3 fundadores (EAESP/FGV, UNESP e EG-FJP/MG) (VENDRAMINI, 2013).

**2004:** Em 2004 é criado o curso de graduação em Administração Pública na Escola Superior de Administração e Gerência da Universidade do Estado de Santa Catarina (ESAG/UEDESC) e o Programa de Capacitação Docente em Administração (PCDA), para qualificação e requalificação docente (VENDRAMINI, 2013). As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de Administração são publicada na Resolução n. 2 do Conselho Nacional de Educação (CNE), e o III ENEAP acontece em Belo Horizonte tendo a EG-FJP/MG como anfitriã, que recebeu de 300 a 350 participantes (VENDRAMINI, 2013).

**2005:** CNE publica a Resolução nº 4 de 13 de Julho, que ratifica alguns artigos das DCNs de Administração, extinguindo todas as habilitações existentes “para que o foco e a essência dos cursos de Administração fossem preservados”, como aponta Vendramini (2013, p. 79). Em 2005 é criado primeiro curso de graduação em Gestão de Políticas Públicas do Brasil, na USP (COELHO, 2016b). O IV ENEAP ocorre em Santo André/SP, tendo como Comissão Organizadora do ENEAP (COE), os cursos de graduação tecnológica em Administração Pública e Serviços Governamentais da Universidade Anhanguera (UniA). O evento recebeu em torno de 100 a 120 pessoas e a diminuição no número de participantes, segundo Vendramini (2013), se dá pela pequena popularidade da Universidade sede entre os estudantes e cursos que costumavam frequentar encontro.

**2006:** Sobre as habilitações em questão na Resolução do CNE no ano anterior, é publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 17 de Maio de 2006, a seguinte orientação: “fica permitida a exceção para o Curso de Administração Pública, fundamentada na própria origem dos cursos de Administração no Brasil, e ainda, acompanhando o entendimento do Parecer SESu/MEC nº 307, de 8 de julho de 1966.” (BRASIL, 2006 apud VENDRAMINI, 2013, p. 80). O V ENEAP retorna às origens com sede na em Araraquara e organizado pela UNESP, a

edição contou com a participação de aproximadamente 150 estudantes (VENDRAMINI, 2013).

**2007:** Criação do REUNI, um dos responsáveis pelo “boom” na criação de cursos do Campo de Públicas na primeira década do Século XXI (FARAH, 2016, p. 206). O ano de 2007 é um marco para o que veio a ser o Campo de Públicas, em diversos aspectos. O VI ENEAP acontece em Florianópolis/SC, sob organização dos estudantes do curso de Administração Pública da ESAG/UDESC e bate o recorde, em comparação às edições anteriores, de aproximadamente 370 participantes, e a presença de cursos como o de Gestão de Políticas Públicas da USP (VENDRAMINI, 2013). A edição foi, ainda, a sede na qual foi fundada a Federação Nacional dos Estudantes de Administração Pública (FENEAP), onde se passou o I Congresso Nacional dos Estudantes de Administração Pública (CONEAP) – que passou a acontecer dentro dos ENEAPs – e I Fórum de Professores e Coordenadores do Campo de Públicas (FP3CP), que na época chamava-se apenas “Fórum de Coordenadores”, como Coelho (2016b) conta, lembrando que o Movimento Estudantil “facultou a gente a criar o Fórum de Coordenadores, então no ENEAP de 2007”. Coelho (2016b) explica que ligou para um dos estudantes que participava da organização e disse: “Que tal nós utilizarmos o encontro dos estudantes que está indo aí para a sua sexta edição e realizarmos um Fórum de Coordenadores?”, e recebeu uma resposta positiva. Segundo o professor:

a gente colocou, então, lá para o ENEAP de 2007 um Fórum de Coordenadores que foi realizado no último dia, no domingo de manhã, onde estiveram presentes coordenadores das 5 instituições, ou quando não era o Coordenador era alguém indicado pela Coordenação, éramos GV, UNESP, João Pinheiro, UDESC e USP. E dali saiu uma primeira iniciativa dos Coordenadores começarem a fazer algum movimento, e assim por diante. (COELHO, 2016b)

A criação da FENEAP, para filiação dos Centros Acadêmicos (CAs) e Diretórios Acadêmicos (DAs) e fortalecimento laços entre os cursos, teve o então estudante de Administração Pública Leandro Damásio da própria UDESC como primeiro Presidente pela Gestão Lice (2007-2008), marca o início da institucionalização do Campo de Públicas e a vontade dos estudantes se fazerem presentes nas pautas nacionais, bem como a vontade de expandir seus horizontes (VENDRAMINI, 2013). Mas o VI ENEAP também foi marcado pelo falecimento de uma estudante, Alice Jorge de Souza (o nome da primeira Gestão da FENEAP, Gestão Lice, foi em homenagem à Alice), e um estudante, Wagner Nathan de Castro, que participavam da organização do evento e sofreram um acidente na madrugada do primeiro dia do evento (VENDRAMINI, 2013).

**2008:** No VII ENEAP, em Ouro Preto/MG e organizado novamente pela EG-FJP/MG, a novidade é a criação do Prêmio Lice (nome em homenagem à Alice Jorge de Souza, que faleceu no ENEAP anterior e era a Coordenadora Científica do evento), concurso de artigos para incentivar e reconhecer a produção acadêmica discente, nesta edição são registrados aproximadamente 400 participantes (VENDRAMINI, 2013), e nele ocorre normalmente o II CONEAP no qual foi eleita a Gestão Fazer Mais (2008-2009) da FENEAP, presidida pelo então estudante de Administração Pública Luiz Ricardo de Souza da UDESC, que posteriormente deixou o cargo, assumido pela estudante de Gestão de Políticas Públicas da USP Amanda Silva Garcia, que foi não só a primeira mulher a assumir o cargo, como a primeira estudante de um curso de Gestão de Políticas Públicas, e a única da USP a ocupar o cargo até o momento. O II FP3CP também ocorre normalmente, segundo Coelho (2016b), o professor afirma que os mesmos 5 cursos presentes no I FP3CP compareceram novamente: “Em 2008, em Ouro Preto, no sétimo ENEAP feito pela João Pinheiro, nós realizamos o segundo Fórum de Coordenadores, novamente com estes 5 cursos”.

**2009:** Em 2009 o Governo Federal institui o Ano Nacional da Gestão Pública pelo Decreto n. 6.932 (BRASIL, 2009). O VIII ENEAP foi o primeiro organizado por um curso que não é de Administração Pública, tendo como anfitriões os estudantes de Gestão de Políticas Públicas da USP, ocorre em Águas de Lindóia/SP e há o interesse de atender estudantes de Gestão de Políticas Públicas e Gestão Pública para expansão da mobilização do Campo (VENDRAMINI, 2013). No III CONEAP é eleita para a FENEAP a Gestão Crescimento (2009-2010) presidida pelo estudante de Administração Pública da UDESC, Leandro Rodrigues da Silva, conhecido como “Índio”. E o III FP3CP seguia, mas ainda sem pautas concretas, como afirma Coelho (2016b): “Em 2009, no ENEAP que foi em Águas de Lindóia, organizado pela USP, nós também fizemos um Fórum de Coordenadores. Mas até então era uma iniciativa ainda muito pequena, a gente não sabia muito por onde ir.”.

**2010:** Este ano reservava diversos acontecimentos para o Campo de Públicas, inclusive, foi o ano que se começou a usar a expressão “Campo de Públicas”, batizada assim pelo Professor Valdemir Pires do curso de Administração Pública da UNESP após uma Audiência Pública no CNE, como conta Coelho (2016b):

o professor Pires, que também estava presente, acabou nos batizando a partir do nome “Campo de Públicas”, levando em consideração que o que importava mesmo

era o adjetivo “pública”, e não o substantivo, se era Administração, Gestão ou Política.

Vendramini (2013) comenta que em 2010 o CNE convocou uma Audiência Pública para apreciar as DCNs para os cursos de Administração Pública, que para Coelho (2016b) seria o “surgimento do Campo propriamente dito. A gente tem como origem do Campo de forma mais incisiva a Audiência Pública realizada em Abril de 2010, em Brasília, no Conselho Nacional de Educação.”. A agitação causada pela Audiência Pública teve reflexos no IX ENEAP organizado pela UDESC e aconteceu em Balneário Camboriú/SC, contando com cerca de 500 estudantes, agora não só de cursos de Administração Pública em massa, pois contou com estudantes de Gestão de Políticas Públicas da USP, UnB e UNICAMP (VENDRAMINI, 2013). O IV CONEAP elegeu a Gestão Avançar (2010-2011) para a FENEAP com o estudantes de Administração Pública, Leonardo Silva Reis como Presidente, mas foi o IV FP3CP que teve debates mais intenso que levou à formulação da Carta de Balneário Camboriú, como afirma Coelho (2016b):

a gente fez um grande Fórum, foi um Fórum que eu acho que teve a presença de mais de 15 Coordenadores e dali saiu um primeiro documento de fato, que é a Carta de Balneário Camboriú, esta é uma carta importante, que tenta dizer o que é o Campo, coloca as primeiras diretrizes de trabalho em prol das Diretrizes Curriculares e assim por diante.

Para Pires (2016b), a Carta de Balneário Camboriú é a “Certidão de Nascimento” do Campo de Públicas, tal como hoje se gente conhece. A carta reforçava a demanda por DCNs para o Campo de Públicas e foi entregue à conselheiros do CNE por “uma comissão formada por professores da UnB, USP, ESAG/UDESC e UFC” em Brasília, segundo Vendramini (2013, p. 85). A concepção tradicionalmente utilizada para Campo de Públicas é de que o:

“Campo de Públicas é uma expressão utilizada por professores, pesquisadores, estudantes, egressos-profissionais e dirigentes de cursos de Administração Pública, Gestão de Políticas Públicas, Gestão Pública, Gestão Social e Políticas Públicas, de universidades brasileiras, para designar, essencialmente, um campo multidisciplinar de ensino, pesquisa e fazeres tecnopolíticos, no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas e das Ciências Humanas, que se volta para assuntos, temas, problemas e questões de interesse público, de bem-estar coletivo e de políticas públicas inclusivas, em uma renovada perspectiva republicana ao encarar as ações governamentais, dos movimentos da sociedade civil organizada e das interações entre governo e sociedade, na busca do desenvolvimento socioeconômico sustentável, em contexto de aprofundamento da democracia.” (PIRES et al, 2014)

Em Dezembro de 2010, o CNE emite parecer sobre as DCNs para o curso de Administração e Políticas Públicas, que ficam aguardando homologação pelo Ministro da Educação (VENDRAMINI, 2013).

**2011:** A X ENEAP contou com a presença de aproximadamente 20 delegações e 600 estudantes em seu aniversário de 10 anos, a edição ocorreu em Serra Negra/SP e foi organizada por estudantes de Administração Pública da UNESP (VENDRAMINI, 2013). Pela primeira vez um estudante do Centro-Oeste foi eleito Presidente em uma Gestão da FENEAP, Pedro Henrique Brasileiro do Vale, estudante do curso de Gestão de Políticas Públicas da UnB pela Gestão Expansão (2011-2012) no V CONEAP. O V FP3CP, segundo Coelho (2016b), foi “um Fórum bem grande, foram quase 20 Coordenadores”. Ocorreu depois, em Brasília, o VI FP3CP, primeiro fora dos ENEAPs, para diálogos com o MEC e CNE, Coelho (2016b) afirma que neste momento “Brasília entrou um pouco no centro dos debates, porque a professora Janann<sup>3</sup> da UnB era uma pessoa muito solícita e uma pessoa muito preocupada também, e ela começou a realizar diálogos com o pessoal do Conselho”. A surpresa deste encontro foi o conteúdo do parecer das DCNs de Administração e Políticas Públicas, que ainda estava em versão preliminar, mas “era incompatível com o que havia sido discutido na Audiência Pública”, além da inexistência da nomenclatura de curso “Administração e Políticas Públicas”, como afirma Vendramini (2013, p. 87) e acrescenta que a “percepção dos professores do campo, em contatos estabelecidos no ano seguinte, era a de que forças políticas estavam retardando e inviabilizando o processo de homologação das DCN.” (VENDRAMINI, 2013, p. 88). Mesmo assim, a Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração (ANGRAD) e o CFA entraram com recurso no CNE contra a homologação das DCNs de Administração Pública (PIRES et al, 2014).

**2012:** Acontece o VI CONEAP, primeiro fora de ENEAPs, em Balneário Camboriú/SC. A ANGRAD e o CFA faziam oposição à criação das DCNs do Campo de Públicas (VENDRAMINI, 2013). O XI ENEAP é realizado em Florianópolis/SC, sob comando de estudantes do curso de Administração Pública da UDESC, contando com a presença de aproximadamente 360 estudantes e foi inovador na promoção de interação entre participantes e debates em que os estudantes discutiam estratégias para o desenvolvimento do país

---

<sup>3</sup> Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Janann Joslin Medeiros, professora aposentada do curso de Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília (GPP/UnB) e foi Coordenadora do curso entre 2009 e 2011;

(VENDRAMINI, 2013), o VII CONEAP é marcado pela eleição da primeira mulher Presidenta da FENEAP, Raquel Brancher Weidauer Soares Costa, do curso de Administração Pública da UDESC pela Gestão Fortalecimento (2012-2013) e a deliberação pela mudança dos nomes por extenso da FENEAP, do ENEAP e do CONEAP, que deixaram de ser “dos Estudantes de Administração Pública” para ficar “dos Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas”. O VII FP3CP foi “organizado em Florianópolis, um bom Fórum, a organização do Fórum lá foi do professor Leonardo Secchi<sup>4</sup> e da professora Patrícia Vendramini<sup>5</sup>.” (COELHO, 2016b). Ocorreu também mais um Fórum, o VIII FP3CP, em Brasília ainda em 2012.

**2013:** O ano de 2013 foi intenso. Os estudantes direcionaram ainda mais sua mobilização para a aprovação das DCNs do Campo de Públicas, Felipe Drumond Araújo, que foi Coordenador Geral do XII ENEAP e depois Presidente da FENEAP, conta que foram intensas as agendas para articulação da aprovação das DCNs:

“A verdade é que o recurso estava parado, está lá impetrado e não estava tendo um andamento até para a própria instituição do Conselho e a gente então quis saber como é que estava naquele momento, nossos professores eram um pouco mais cautelosos e a gente foi até Brasília, marcamos uma reunião com o relator do processo, isso foi uma coisa puxada quando eu era Coordenador Geral do ENEAP em parceria com a Presidenta da FENEAP na época a Raquel<sup>6</sup>, e a gente então foi entender, começamos a falar e explicar o que o Campo, explicar a necessidade, fazer mesmo um trabalho de *advocacy* e era na época das manifestações de 2013 (dois mil e treze), ali pelo meio de 2013, o ENEAP tinha uns três meses para vir e o que a gente falou foi seguinte, até um pouco de blefe e que talvez fosse até uma possibilidade pois estava todo mundo engajado na época: “Olha, se este recurso do CFA não for votado, em breve a gente estará vindo acampar aqui na porta do Conselho Nacional de Educação.”, e aquilo era algo novo porque o Conselho Nacional de Educação não estava acostumado com pressão popular, nunca havia acontecido na História deles, não sabiam o que era uma pressão do Movimento Estudantil e acampamento na porta deles, então eu acho que isso aquilo acender, fez eles se motivarem e viram que era uma pauta com apoio popular e estudantil, eles

---

<sup>4</sup> Prof. Dr. Leonardo Secchi, professor do curso de Bacharelado em Administração Pública da Universidade do Estado de Santa Catarina (AP/UDESC);

<sup>5</sup> Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Patrícia Vendramini, professora do curso de Administração Pública da Universidade do Estado de Santa Catarina (AP/UDESC);

<sup>6</sup> Raquel Brancher Weidauer Soares Costa, foi estudante do curso de Bacharelado em Administração Pública da Universidade do Estado de Santa Catarina (AP/UDESC) e Presidenta da 7ª Gestão da Federação Nacional dos Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas (FENEAP), Gestão Fortalecimento (2012 – 2013);

mesmos falaram que nunca tinham visto estudantes se engajando na construção de uma pauta curricular e isso foi algo inovador na História da discussão, nas História deles que nunca tinham visto e isso, o que foi algo bem legal. O Conselho Nacional de Educação nunca tinha visto engajamento de estudantes e isso foi o diferencial para a aprovação das nossas Diretrizes Curriculares, o próprio relator falou que nunca havia visto estudantes correndo atrás disso, então isso parecia ser uma coisa legítima.” (ARAÚJO, 2016b)

Os docentes também se movimentavam, como aponta Coelho (2016b):

“em 2013 já tinha ocorrido um movimento interessante, porque em Abril de 2013 nós fizemos um Fórum em Brasília, e tem até a chamada Carta de Brasília, neste Fórum em Brasília estiveram presentes muitos Coordenadores e esta carta nós fomos entregar no CFA. Já estava um embate muito forte com o CFA e com a ANGRAD, que queriam que a gente compreendesse o CFA como nosso Conselho, e fomos lá para mostrar que o nosso movimento era um movimento acadêmico e não de corporativismo profissional. E dali em diante os alunos também se mobilizaram muito, Felipe Drumond estava presidindo a FENEAP, e ele de forma muito bem articulada começou a visitar o CNE e o CFA.”

O XII ENEAP, organizado por estudantes da EG-FJP/MG e realizado em Caetá/MG, bateu o recorde de público do evento, com 1100 participantes (PIRES et al, 2014), o que o fortaleceu como espaço político e de mobilização, reforçando ainda mais esta característica ao imprimir a pauta das DCNs como agenda política do evento, promovendo debates e até convidando próprio Presidente do CNE para participar do evento e “desconvidando” o CFA que faria participação em uma mesa, pela não retirada do recurso, Coelho (2016b) descreve estes momentos da seguinte forma:

Um ponto marcante do ENEAP de 2013, além do Fórum, foram dois aspectos, foi um, podemos assim dizer, um “desconvite” que a COE fez ao CFA, desconvidou o CFA do evento, devolveu o recurso do patrocínio, que eu acho que era de R\$5000,00 à R\$10000,00, porque eles estavam começando a agir de forma bastante forte e até agressiva de negar os cursos que não fossem de Administração Pública, e também a presença do Presidente do CNE na época, dentro do evento em uma mesa que a professora Magda<sup>7</sup> coordenou, e ele disse: “Olha, nós vamos encaminhar sim para a aprovação das Diretrizes”, teve o Fórum, teve esse momento marcante de desconvite do CFA e a presença do Presidente do CNE.

---

<sup>7</sup> Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Magda de Lima Lúcio, professora do curso de Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília (GPP/UnB), foi Coordenadora do curso de 2013 à 2015 e é atualmente Chefe do Departamento de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília (GPP/UnB) e Presidenta da Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ANEPCP);



No IX CONEAP, a Gestão Unida (2013-2015) foi eleita para a FENEAP, com Felipe Drumond Araújo, que era Coordenador Geral do XII ENEAP, assumindo a presidência da Federação. O X FP3CP também teve intensos debates sobre as DCNs, e meses depois, em Outubro, no CNE ocorreu a sessão na qual foi julgamento e negado o recurso, para que em Janeiro de 2014 as Diretrizes fossem finalmente homologadas. E a mobilização continuou ainda neste processo, como Araújo (2016b) comenta:

“o relator descobriu a data quando deveria ser a votação e nos avisou, antes de ser divulgada, nós comunicamos e fizemos uma campanha para ele e várias pessoas nesta votação, articulando com vários professores a liberação dos seus alunos e organização de ônibus e conseguimos juntar várias entidades, levar vários estudantes, fizemos uma campanha, conseguimos local para estadia do pessoal na ESAF... Então, foi uma campanha gigante, movida por todos estudantes, maioria dos estudantes, a pressão popular foi fundamental, isso ficou claro nos relatos e nos discursos daquela Câmara do CNE no dia e então acredito que o Movimento Estudantil foi totalmente um dos protagonistas.”

Segundo a professora Magda de Lima Lúcio (2016b), no dia da votação do recurso no CNE a presença dos estudantes também foi fundamental: “os estudantes de todo o Brasil vierem para Brasília, tinham mais de 100 ou 200 estudantes, não me lembro agora a quantidade. Foi fundamental.”. Ainda em 2013, foi fundada a Sociedade Brasileira de Administração Pública (SBAP) “juntando professores de diversos Programas de Pós-Graduação em Administração e Gestão Pública, cujo objetivo é fortalecer a área da Administração Pública como subárea da Administração na CAPES.”, como conta o atual presidente da instituição, Coelho (2016b).

**2014:** Em janeiro de 2014 as Diretrizes foram finalmente homologadas. Para Coelho (2016b), 2014 foi um ano importante porque:

“na medida em que as Diretrizes foram homologadas e este era o grande objetivo, entra o momento em que o Campo começa, vamos dizer assim, tanto a se organizar mais institucionalmente, com a criação das associações, quanto também a ter diversificação de pauta. Porque até então, nós podíamos dizer assim, nós tínhamos um, talvez, um inimigo comum, o que nos juntava fortemente que era derrubar o recursos do CFA e da ANGRAD e aprovar as Diretrizes, e a partir de 2014, uma vez que esta pauta foi vencida e começou o processo de institucionalização, era normal que surgissem outras pautas”

O XIII ENEAP, foi o primeiro realizado no Rio de Janeiro e o primeiro organizado por estudantes de um curso de Gestão Pública, o de Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social da UFRJ. Foi também o primeiro e único até o momento, que utilizou o formato diferenciado de alojamento em barracas ao invés de hotéis, com o objetivo de ter um preço mais acessível e democratizar os espaços do encontro. O XI CONEAP ocorreu bem e o XIV FP3CP foi o último a ser realizado em um ENEAP. Antes deste, ainda havia ocorrido o

XIII em Matinhos/PR. Outro acontecimento importante no ano de 2014 foi, em seu segundo semestre, a ocupação de uma sala da UnB por duas semanas, organizada pelo Centro Acadêmico de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília (CAPOP UnB), gerido na época pela Gestão OcupAÇÃO (2014-2015), e realizada pelos estudantes do curso para pressão junto às instâncias da Universidade pela criação do Departamento de Gestão de Políticas Públicas (GPP/UnB) dentro da então Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da UnB (FACE/UnB), visto que já era uma pauta antiga tocada pelos professores e os estudantes entraram junto com esta ação de ocupação, pois o curso não tinha Departamento e acumulava problemas internos para melhoria do curso por falta de um. A pauta de criação do Departamento foi acompanhada por outra, que pedia a construção de um novo espaço físico para o CA, pois o antigo havia sido tomado de volta pela UnB no semestre anterior e, segundo Ana Beatriz Fernandes (2016b), estudante do curso, os reflexos disso já eram claros com a perda de contato entre os estudantes e da identidade do curso que não era alimentada pela relação entre veteranos e calouros. Esta ocupação teve reverberação não só na UnB, como nacionalmente dentro do Campo de Públicas na época (FERNANDES, 2016b; LEAL, 2016a), resultando em notas de apoio e solidariedade à causa, enviadas diversos outros CAs e movimentos do Campo, como o Centro Acadêmico de Gestão de Políticas Públicas Djalma Maranhão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CAGPP UFRN) que fez seus cumprimentos chamando o curso de GPP/UnB de “curso irmão” pela natureza comum suas nomenclaturas de curso. Ambas as pautas foram conquistadas com sucesso, mesmo que não de forma imediata, pelas burocracias internas da Universidade. Mais sobre este caso de mobilização estudantil pode ser lido em: “UMA HISTÓRIA DE OCUPAÇÃO: DA OCUPAÇÃO À LEGITIMAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DO CAPOP UnB” (LEAL, 2016a), relato histórico da ocupação publicado pelo CAPOP UnB e presente nas Referências desta pesquisa. Este caso revela uma reprodução da mobilização estudantil do Campo de Públicas em nível local, além de reciprocidade e solidariedade entre cursos do Campo mesmo que de regiões diferentes.

**2015:** Este ano é mais um repleto de acontecimentos importantes para o Campo de Públicas. No XII CONEAP, em São Bernardo do Campo/SP, é eleita a Gestão Não Há Tempo Que Volte (2015-2016) para a FENEAP, e com ela o primeiro presidente de um curso de Gestão Pública, Matheus Carvalho da Silva, do curso de Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social da UFRJ. Junto a XII CONEAP, ocorria em Natal/RN o XV FP3CP que criava a Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ANEPCP), sendo

a segunda instituição nacional do Campo, depois da FENEAP. Em Lavras/MG, aconteceu o I EM Público, Encontro Mineiro dos Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas. Em Taramandaí/RS ocorreu o I Encontro Regional dos Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas da Região Sul (ERECAP Sul); e em João Pessoa/PB o I Encontro Regional dos Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas da Região Nordeste (ERECAP Nordeste), fortalecendo a regionalização do Campo de Públicas. O XIV ENEAP aconteceu em Atibaia/SP, organizado pelo chamado “Eixo SP”, estudantes da USP, UNESP, UNICAMP, UFABC e EAESP/FGV, a novidade deste ENEAP foi a criação do I Fórum do Campo de Públicas e, assim, o FP3CP deixaria de existir naqueles moldes, como explica Coelho (2016b):

“Em 2015, como a ANEPCP já havia sido criada no encontro do Fórum no início do ano em Natal, ficou uma certa indecisão no ENEAP que foi feito aqui em São Paulo, pelas paulistas, se fazia o Fórum de Coordenadores ou não, e aí dialogando com a COE, tanto eu quanto o Professor Pires, nós fizemos a proposição de manter o Fórum, só que sob novos moldes. A ideia era fazer um Fórum ampliado e horizontal, que fosse um Fórum do Campo, que unisse estudantes, professores, coordenadores, egressos e assim por diante, que eu acho que foi um momento importante ali no ENEAP de 2015 quando se teve um Fórum que foi muito horizontal, até o *layout* da sala ajudou muito, haviam muitas representações. Então, eu acho que a ideia era mostrar que existem diversas representações, formais, informais, coletivos, associações que estão surgindo, cada uma da sua forma, mas com uma pauta única, mostra que a gente pode ter um certo fortalecimento e unidade na diversidade.”

Entre os pontos discutidos do I Fórum do Campo de Públicas, surge o comprometimento de criação da Associação Nacional de Egressos do Campo de Públicas até o ENEAP seguinte. No final de 2015 ocorre o I Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ENEPCP), com organização encabeçada pelo curso de Gestão de Políticas Públicas da UnB, no evento é eleita a primeira diretoria da ANEPCP, com a professora Magda de Lima Lúcio como Presidenta da Associação.

**2016:** Em 2016 ocorre pela primeira vez, no XIV CONEAP, em Natal/RN, uma disputa de chapas para a Gestão da FENEAP, tendo como vencedora a chapa que se tornou Gestão Novos Rumos (2016-2017), com o estudante de Administração Pública da UDESC André Vechi como Presidente. Coelho (2016b) comenta estes novos momentos:

de forma ampla, a própria FENEAP sempre tinha eleições pautadas em chapas únicas, começa também, o que é importante, a ter um debate de duas chapas. Na ANEPCP começam a ter correntes distintas, começam a surgir outras associações mais recentemente, a Associação de Egressos que é muito importante, ou seja, esta galera que ontem era aluno e hoje é egresso tem outra pauta e eu creio que devam surgir até mais coisas daí para a frente.

Acontece em Crato/CE, o II ERECAP Nordeste, em Bom Despacho/MG, o II EM Público e em Balneário Camboriú/SC o II ERECAP Sul. E o ENEAP finalmente tem sua primeira edição no Nordeste, o XV ENEAP acontece em Natal/RN organizado por estudantes do curso de Gestão de Políticas Públicas da UFRN, nele ocorreram o XV CONEAP e o II Fórum do Campo de Públicas, o Fórum já contou com a presença da então criada Associação Brasileira de Profissionais do Campo de Públicas (Pro Pública Brasil), como prometido no I Fórum do Campo de Públicas em 2015. Desta forma, o Fórum passou a ter um “quadro completo” como afirma o Prof. Valdemir Pires (2016b): “no que diz respeito ao ensino e pesquisa, a ANEPCP, pesquisa e Pós-Graduação, a SBAP, atuação profissional, a Associação de Egressos, e a FENEAP para graduação e estudantes”, demonstrando um Campo de Públicas mais institucionalizado.

Esta cronologia será apresentada de forma resumida no próximo quadro.

**Quadro 11 – LINHA DO TEMPO DOS EVENTOS E MOMENTOS IMPORTANTES DO CAMPO DE PÚBLICAS**

ANO	ACONTECIMENTO	ONDE
2002	I ENEAP	I ENEAP - Araraquara/SP
2003	II ENEAP	II ENEAP - São Paulo/SP
2004	Primeiro ENEAP em Minas Gerais	III ENEAP - Belo Horizonte/MG
	III ENEAP	
2005	Criação do primeiro curso de Gestão de Políticas Públicas do Brasil	USP/SP
	IV ENEAP	IV ENEAP - São Paulo/SP
2006	V ENEAP	V ENEAP - Araraquara/SP
2007	Início das discussões sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais de Administração Pública (DCNs de Administração Pública)	FGV/SP
	Primeiro ENEAP em Santa Catarina	VI ENEAP - Florianópolis/SC
	VI ENEAP	
	Fundação da FENEAP	
	Primeiro Presidente da FENEAP, estudante de Administração Pública da UDESC: Leandro Damásio - UDESC/SC	
	I CONEAP	
	I FP3CP	
2008	VII ENEAP	VII ENEAP - Ouro Preto/MG
	II CONEAP	
	II FP3CP	
	Primeira mulher a ocupar o cargo de Presidenta da FENEAP, de um curso de Gestão de Políticas Públicas, o da USP: Amanda Silva Garcia - USP/SP, assumindo o cargo durante a gestão, após a saída do Presidente que iniciou o mandato.	
2009	VIII ENEAP	VIII ENEAP - Águas de Lindóia/SP
	III CONEAP	
	III FP3CP	

	Carta de Águas de Lindóia	
2010	IX ENEAP	IX ENEAP - Balneário Camboriú/SC
	IV CONEAP	
	IV FP3CP	
	"Criação" do termo Campo de Públicas	IV FP3CP/IX ENEAP - Balneário Camboriú/SC
	Carta de Balneário Camboriú	
	Reunião especial de Coordenadores dos cursos do Campo de Públicas no ANPOCS 2010	ANPOCS 2010 - Caxambu/MG
2011	X ENEAP	X ENEAP - Serra Negra/SP
	V CONEAP	
	V FP3CP	
	Primeiro Presidente da FENEAP estudante do curso de Gestão de Políticas Públicas da UnB: Pedro Henrique Brasileiro do Vale - UnB/DF	V CONEAP/X ENEAP - Serra Negra/SP
	Carta de Serra Negra	V FP3CP/X ENEAP - Serra Negra/SP
	Primeiro FP3CP fora dos ENEAPs	VI FP3CP - Brasília/DF
	VI FP3CP	
2012	Primeiro CONEAP fora do ENEAP	VI CONEAP - Balneário Camboriú/SC
	VI CONEAP	
	XI ENEAP	XI ENEAP - Florianópolis/SC
	VII CONEAP	
	Primeira mulher eleita (e segunda a ocupar o cargo) Presidenta da FENEAP, do curso de Administração Pública da UDESC: Raquel Brancher Weidauer Soares Costa - UDESC/SC	
	Mudança dos nomes por extenso da FENEAP, do ENEAP e do CONEAP	
	VII FP3CP	
	VIII FP3CP	VIII FP3CP - São Paulo/SP
2013	IX FP3CP	IX FP3CP - Brasília/DF
	Carta de Brasília	
	VIII CONEAP	VIII CONEAP - Belo Horizonte/MG
	XII ENEAP	XII ENEAP - Caeté/MG
	"Desconvide" ao CFA para participação em mesa do XII ENEAP	
	IX CONEAP	
	X FP3CP	IX CONEAP/XII ENEAP - Caeté/MG
	Primeiro Presidente da FENEAP estudante do curso de Administração Pública da EG-FJP: Felipe Drumond Araújo - EG-FJP/MG	
	Criação do Comitê de Egressos do Campo de Públicas	XI FP3CP - Brasília/DF
	XI FP3CP	
	Aprovação das DCNs	CNE - Brasília/DF
	Homologação das DCNs	MEC - Brasília/DF
2014	Institucionalização/Oficialização das DCNs	MEC - Brasília/DF
	XII FP3CP	XII FP3CP - Brasília/DF
	Primeiro CONEAP fora do Eixo SP/MG/SC	X CONEAP - Rio de Janeiro/RJ
	X CONEAP	

	XIII FP3CP	<b>XIII FP3CP - Matinhos/PR</b>
	Primeiro ENEAP fora do Eixo SP/MG/SC	<b>XIII ENEAP - Rio de Janeiro/RJ</b>
	XIII ENEAP	
	XI CONEAP	
	XIV FP3CP	
<b>2015</b>	XV FP3CP	<b>XV FP3CP - Natal/RN</b>
	Fundação da ANEPCP	<b>XII CONEAP - São Bernardo do Campo/SP</b>
	XII CONEAP	
	Primeiro Presidente da FENEAP de um curso de Gestão Pública, Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social da UFRJ: Matheus Carvalho da Silva - UFRJ/RJ	
	Primeiro evento estadual do Campo de Públicas	<b>I EM Público - Lavras/MG</b>
	I EM Público	
	Primeiro evento regional do Campo de Públicas	<b>I ERECAP Sul - Taramandá/RS</b>
	I ERECAP Sul	
	Primeiro evento do Campo de Públicas no Nordeste	<b>I ERECAP Nordeste - João Pessoa/PB</b>
	I ERECAP Nordeste	
	XIV ENEAP	<b>XIV ENEAP - Atibaia/SP</b>
	XIII CONEAP	
	I Fórum do Campo de Públicas	
	Primeiro evento do Campo de Públicas em Brasília	<b>I ENEPCP - Brasília/DF</b>
	I ENEPCP	
	Primeira Diretoria eleita da ANEPCP	
<b>2016</b>	Primeiro CONEAP no Nordeste	<b>XIV CONEAP - Natal/RN</b>
	XIV CONEAP	
	Primeira disputa entre chapas para Gestão da FENEAP	
	II ERECAP Nordeste	<b>II ERECAP Nordeste - Crato/CE</b>
	I Seminário de Regionalização do Campo de Públicas - Nordeste (ANEPCP)	
	II EM Público	<b>II EM Público - Bom Despacho/MG</b>
	II ERECAP Sul	<b>II ERECAP Sul - Balneário Camboriú/SC</b>
	Primeiro ENEAP no Nordeste	<b>XV ENEAP - Natal/RN</b>
	XV ENEAP	
	Fundação da Pro Pública Brasil	
	II Fórum do Campo de Públicas	
	XV CONEAP	

<b>2017<sup>8</sup></b>	Primeiro CONEAP no Rio Grande do Sul	<b>XVI CONEAP - Porto Alegre/RS</b>
	XVI CONEAP	
	III ERECAP Nordeste	<b>III ERECAP Nordeste - Maceió/AL</b>
	III EM Público	<b>III EM Público - MG</b>
	III ERECAP Sul	<b>III ERECAP Sul - PR</b>
	Primeiro ENEAP no Rio Grande do Sul	<b>XVI ENEAP - RS</b>
	XVI ENEAP	
	XVII CONEAP	
	III Fórum do Campo de Públicas	
	II ENEPCP	<b>II ENEPCP - Brasília/DF</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de análise documental, entrevistas da pesquisa e observação participante.

A fim de demonstrar melhor a participação de cursos e instituições de ensino que frequentaram os Fóruns de Professores e Coordenadores do Campo de Públicas (FP3CP), foi elaborado o Quadro 12, conforme a seguir:

---

<sup>8</sup> Eventos previstos para 2017.

**Quadro 12 – INSTITUIÇÕES DE ENSINO PRESENTES NOS FP3CP:**

INSTITUIÇÃO	CURSO	<u>*Especial</u> <u>2010</u>	<u>VI</u> <u>FP3CP</u>	<u>VII FP3CP</u>	<u>VIII</u> <u>FP3CP</u>	<u>IX</u> <u>FP3CP</u>	<u>X FP3CP</u>	<u>XI</u> <u>FP3CP</u>	<u>XII</u> <u>FP3CP</u>	<u>XIII</u> <u>FP3CP</u>	<u>XIV</u> <u>FP3CP</u>	<u>XV</u> <u>FP3CP</u>
		ANPOCS 2010  Caxambu /MG	2011  Brasília/ DF	XI ENEAP - 2012  Florianópolis/SC	2012  São Paulo/SP	2013  Brasília/ DF	XII ENEAP – 2013  Caeté/MG	2013  Brasília/ DF	2014  Brasília/ DF	2014  Matinhos /PR	XIII ENEAP - 2014  Rio de Janeiro/ RJ	2015  Natal/R N
USP/SP	Gestão de Políticas Públicas	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente		Presente	Presente	Presente
FGV/SP	Administração Pública	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente		Presente	Presente	Presente
UFABC/SP	Políticas Públicas	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente		Presente		Presente	Presente
UFMG/MG	Gestão Pública	Presente	Presente	Presente	Presente		Presente					Presente
UFRJ/RJ	Gestão Pública para Desenvolvimento Econômico e Social	Presente	Presente	Presente	Presente		Presente			Presente	Presente	Presente
UFRGS/RS	Políticas Públicas	Presente	Presente	Presente	Presente		Presente			Presente	Presente	Presente
UFRRJ/RJ	Administração Pública	Presente	Presente	Presente			Presente	Presente				
UFCA/CE	Administração Pública	Presente		Presente	Presente		Presente	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente
UNESP/SP	Administração Pública	Presente		Presente	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente
UFRN/RN	Gestão de Políticas Públicas	Presente			Presente	Presente	Presente		Presente	Presente	Presente	Presente
UFF/RJ	Administração Pública	Presente								Presente	Presente	
UDESC Florianópolis/SC	Administração Pública		Presente	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente		Presente	Presente	Presente





UFC/CE	Gestão de Políticas Públicas												<b>Presente</b>
UNILAB/CE	Administração Pública												<b>Presente</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de análise documental, entrevistas da pesquisa e observação participante.

A presença e articulação dos estudantes nos eventos do Campo de Públicas via FENEAP tem sido marcante. Para Felipe Drumod Araújo (2016b), os Centros e Diretórios Acadêmicos que compõe a FENEAP são a base do Movimento Estudantil do Campo de Públicas, por serem as entidades com a legitimidade institucional de fazer as cobranças que muitas vezes levam às formações de agendas e realizações positivas.

O Quadro 13 informa sobre as gestões da FENEAP, trazendo os nomes das chapas, com os respectivos períodos da gestão, nomes dos/as presidentes/as e vice-presidentes/as.

**Quadro 13 – GESTÕES DA FENEAP**

	CHAPA/GESTÃO	PRESIDENTA(E)/INSTITUIÇÃO DE ENSINO	CURSO	VICE-PRESIDENTA(E)/INSTITUIÇÃO DE ENSINO	CURSO
1ª	Lice (2007 - 2008)	Leandro Damásio - UDESC	AP	Flávia Lo Buono – EG-FJP/MG	AP
2ª	Fazer Mais (2008)	Luiz Ricardo de Souza - UDESC	AP	Amanda Silva Garcia - USP	GPP
3ª	Fazer Mais (2008 - 2009)	Amanda Silva Garcia - USP	GPP	Função exercida pelo Secretário Geral	
4ª	Crescimento (2009 - 2010)	Leandro Rodrigues da Silva (Índio) - UDESC	AP	Guilherme Augusto de Faria – EG-FJP/MG	AP
5ª	Avançar (2010 - 2011)	Leonardo Silva Reis - UDESC	AP	Nicole Marques Marveis - UNESP	AP
6ª	Expansão (2011 - 2012)	Pedro Henrique Brasileiro do Vale - UnB	GPP	Betina Dutra de Faria - UDESC	AP
7ª	Fortalecimento (2012 - 2013)	Raquel Brancher Weidauer Soares Costa - UDESC	AP	Marcelo de Sá Mendonza - UDESC	AP
8ª	Unida (2013 - 2015)	Felipe Drumond Araújo – EG-FJP/MG	AP	Rodrigo Matsumoto Cobra - UFLA	AP
9ª	Não Há Tempo Que Volte (2015 - 2016)	Matheus Carvalho da Silva - UFRJ	GPDES	Arthur Lopes - UFMG	GP
10ª	Novos Rumos (2016 - 2017)	André Vechi - UDESC	AP	Bruna Santos Pereira - IFB	GP

Fonte: Elaboração própria, a partir de análise documental, entrevistas da pesquisa e observação participante.

Os nomes das gestões, descritos no Quadro 13, refletem os momentos pelos quais passavam o Movimento Estudantil e o Campo de Públicas na época, como a primeira, “Gestão Lice (2007-2008)”, em homenagem à estudante que faleceu em um acidente no VI ENEAP, ou “Gestão Expansão (2011-2012)”, que teve em seu mandato de fato uma expansão com a aprovação da mudança dos nomes por extenso da FENEAP, do ENEAP e do CONEAP, passando de “Estudantes de Administração Pública” para “Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas”, ou mesmo a “Gestão Unida (2013-2015)”, que estava à frente da Federação durante a aprovação das DCNs, momento que de fato pediu muita união de todo o Campo para superação do recurso que havia sido impetrado pelo CFA e ANGRAD.

Entre os quase 10 anos de Federação, diversos cursos e instituições passaram pelas gestões da FENEAP, mas o que se observa no Quadro 13 é a centralização das cabeças de chapa nas regiões Sul e Sudeste e um número extremamente elevado de homens em detrimento das mulheres. Um quadro atual com as entidades de base da FENEAP encontra-se no Apêndice C.

Como ficou evidente neste subcapítulo, o ENEAP este presente como sede de diversos acontecimentos importante do Campo de Públicas, por isso, o subcapítulo que se segue traz uma abordagem mais específica e detalha sobre a influência destes Encontros Nacionais.

#### **4.2. O ENEAP e o Campo de Públicas**

O Encontro Nacional dos Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas (ENEAP) foi palco ou espaço de incentivo a praticamente todos os momentos importantes do Campo de Públicas, como afirma o Professor Valdemir Pires (2016b): “se não fossem os ENEAPs, o Campo de Públicas não seria o que é.”, pois “os ENEAPs são o núcleo inicial do Campo de Públicas. Eu não teria nenhuma dúvida em dizer que o combustível do Campo de Públicas são os estudantes que fizeram os ENEAPs.”. Esse raciocínio é reafirmado pelo egresso Felipe Drumond Araújo (2016b): “os ENEAPs são a base de todo este nosso movimento, tudo isso só existe por causa deles”. Também para ele, os ENEAPs:

surgiram de alunos que iam aos ENEADs, encontros dos estudantes de Administração, e não se sentiam representados pela discussão, pela forma como o evento funcionava, este estudantes se juntaram e organizaram então o primeiro ENEAP na UNESP Araraquara com 3 cursos, Fundação João Pinheiro, GV e UNESP, então, é um movimento que nasce muito pequeno, você vê que com 3 cursos já se criou um movimento, já se passou a ter um encontro.

Araújo vai além quando afirma que o ENEAP não é apenas um encontro de estudantes, mas de todo o Campo de Públicas.

o ENEAP não é só o Encontro Nacional dos Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas, para mim é o Encontro Nacional do Campo de Públicas, dada a diversidade de professores que participam, dada a diversidade de profissionais que participam e de alunos, é claro, e ainda porque é lá que existe o Fórum do Campo de Públicas, hoje feito no encontro. (ARAÚJO, 2016b)

Tendo sua primeira edição em 2002, o ENEAP foi o primeiro espaço do que viria a se tornar o Campo de Públicas. Como comentado por Araújo (2016b), o Encontro nasceu pela vontade e “tamanho era o ímpeto daqueles estudantes para que aquilo se tornasse uma coisa grande e que enfim, tivéssemos logo uma entidade nacional. A gente criou alguma coisa, uma coisa muito rápido.”. As cinco primeiras edições ocorreram em Araraquara/SP em 2002, São Paulo/SP em 2003, Belo Horizonte/MG em 2004, São Paulo/SP em 2005 e Araraquara/SP em 2006, todos organizados por estudantes de cursos de Administração Pública e alcançando de 100 a 350 participantes, como pode ser visto no Gráfico 01.

Como observou Araújo (2016b), a partir do VI ENEAP, em 2007, em Florianópolis/SC, os egressos continuaram a frequentar os eventos mesmo depois de formados. Também passou a haver uma intensa presença de docentes do Campo com a criação do Fórum de Professores e Coordenadores do Campo de Públicas (FP3CP) – na época ainda não possuía este nome, era apenas “Fórum de Coordenadores”. E tudo isso só foi possível graças aos estudantes, como afirma o Prof. Valdemir Pires (2016b):

os Fóruns, paralelos aos ENEAPs, só poderiam acontecer se os ENEAPs existissem, e se houvesse, como houve, a abertura dos alunos para que fosse paralelo. Por que o que acontecia com os Fóruns? Os alunos eram convidados a ir para estes Fóruns, e os professores davam a devolutiva desses Fóruns depois na Plenária dos ENEAPs. Então haviam dois momentos, os ENEAPs e os Fóruns, e depois havia um momento dentro do ENEAP em que os professores traziam o que eles tinham decidido no Fórum. Então, os dois segmentos se interpenetravam nesses momentos.

O ano de 2007 foi um marco na História dos ENEAPs, pois além de sediar o primeiro FP3CP, também foi o momento em que nasceu a Federação Nacional dos Estudantes de Administração Pública (FENEAP) e o Congresso Nacional dos Estudantes de Administração Pública (CONEAP) – que em 2012 passariam a se chamar “dos Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas” – que para Pires (2016b) foram um resultado natural do ENEAP. A Federação nascia, talvez de forma prematura (ARAÚJO, 2016b) com apenas quatro Entidades de Base de três estados, sendo elas os Centros e Diretórios Acadêmicos dos cursos de Administração Pública da UNESP, EAESP/FGV, EG-FJP/MG e UDESC, todos cursos que já haviam organizado ENEAPs até o momento. E o CONEAP surgia com a proposta de ser,

como o próprio nome “Congresso” já endossa, o órgão máximo deliberativo dos estudantes do Campo de Públicas, para funcionar como uma Câmara ou Assembleia das Entidades de Base filiadas à FENEAP, que preside e organiza o Congresso. Mas, infelizmente, como já foi colocado no subcapítulo anterior, o VI ENEAP também foi marcado pelo falecimento de uma estudante, Alice Jorge de Souza (o nome da primeira Gestão da FENEAP, Gestão Lince, foi em homenagem à Alice), e um estudante, Wagner Nathan de Castro, que participavam da organização do evento e sofreram um acidente na madrugada do primeiro dia do evento (VENDRAMINI, 2013).

Desta forma os ENEAPs passaram a crescer como ‘o momento do movimento’. “Esses são os momentos onde se discutem propostas, são momentos onde anualmente todo mundo se encontra” (ARAÚJO, 2016b). Ou como a estudante do curso de Gestão de Políticas Públicas da UnB Ana Beatriz Fernandes (2016b) diz: “são os locais de trocas de experiências e de vivências. É ali que a gente vai fazer articulação, que a gente vai fazer contato, que a gente vai conhecendo a realidade do outro”, reforçando a importância do ENEAP como espaço político e formador de agenda.

A partir de 2010 se iniciaram as discussões sobre as DCNs dos cursos de Administração Pública (PIRES, 2016b), que viria a ser a principal pauta de todos os segmentos (estudantes, docentes e egressos) até a sua aprovação que viria em 2013 e sua homologação em 2014. Este debate acabou por politizar ainda mais o ENEAP e trazer mais atores para participarem do Encontro, como estudantes do curso de Gestão de Políticas Públicas da UnB (VENDRAMINI, 2013) criado no ano anterior, além de novos professores que não acompanhavam os ENEAPs e ficaram surpresos com o que viram, como conta Coelho (2016b):

eu participei dos eventos desde 2007 organizando Fóruns, e era muito engraçado nos eventos a partir de 2010, alguns professores chegando pela primeira vez em um ENEAP e falando: “Mas o que é isso? Eu nunca imaginei isso...”, eles olhando aquela grandeza e era como se estes professores estivessem descobrindo algo novo. Dentro dos cursos deles e na sala de aula não tinham aquela ideia do Campo e da área de formação, então, o ENEAP ajudou muito a moldar essa identidade e esse senso de pertencimento, e dar até uma certa noção de grandeza e de força.

Também é em 2010, no IV FP3CP durante o IX ENEAP em Balneário Camboriú/SC que o termo “Campo de Públicas” começa a ser utilizado, com a produção da Carta de Balneário Camboriú, que Pires (2016b) diz ser a “certidão de nascimento do Campo de Públicas”, pois foi a partir dela que se iniciou o compromisso pela busca de articulação para aprovação das DCNs. Coelho (2016b) comenta que foi o professor Valdemir Pires quem sugeriu o “nome “Campo de Públicas”, levando em consideração que o que importava mesmo

era o adjetivo “pública”, e não o substantivo, se era Administração, Gestão ou Política”. O que importava era usar a ideia de “pública” em contraponto à administração “privada”. O próprio autor do termo ressalta que:

“Isso não significa dizer que não existiram antes movimentos que tratavam dessa questão, mas não dessa abordagem de ser uma área distinta que congregava cursos dessa maneira, como acontece desde 2010. De fato, de 2010 para cá, desde Balneário Camboriú é que se tem um movimento nacional com a participação dos cursos, que é o que a gente conhece hoje.” (PIRES, 2016b)

Foi a partir daí que o Fórum de Coordenadores passou a se chamar “Fórum de Professores e Coordenadores do Campo de Públicas” com a sigla “FP3CP”. A sigla “FP3CP” é a junção das letras dos nomes: Fórum de Professores e Coordenadores dos Cursos do Campo de Públicas, “3” por conta das três vezes em que a letra “C” aparece em “Coordenadores dos Cursos do Campo” (PIRES, 2016b).

O XI ENEAP, em Florianópolis/SC em 2012 foi palco da oficialização e agora completa institucionalização do Campo de Públicas, pois no VII CONEAP foi aprovada a mudança dos nomes por extenso da FENEAP, do ENEAP e do CONEAP que eram “dos Estudantes de Administração Pública” e passaram a ser Federação Nacional, Encontro Nacional e Congresso Nacional “dos Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas”, ressalta-se que a mudança foi realizada durante um mandato da FENEAP presidido por um estudante de Gestão de Políticas Públicas da UnB, Pedro Henrique Brasileiro do Vale, o que mostra de forma práticas as diferenças que os espaços passaram a ter com a presença e participação dos novos cursos no Campo de Públicas.

As discussões sobre as DCNs se alongaram por 2010, 2011, 2012 e 2013, como afirma Coelho (2016b), e neste tempo os professores se cansaram pela intensidade e desgaste que era o diálogo com a ANGRAD e CFA, que haviam entrado com um recurso contra a aprovação das DCNs, e com o CNE para pressionar pelo julgamento do recurso. E foi em 2013 que o Movimento Estudantil entrou de maneira mais forte neste debate e utilizou o ENEAP como ferramenta para mobilização da causa, o que de acordo com Coelho (2016b):

foi fundamental, sobretudo a partir de 2013. Eu vejo nas DCNs um movimento de professores e coordenadores que foi muito forte em 2010, 2011 e 2012, e o Movimento Estudantil entra com uma força em 2013 que eu repito, se não fosse o Movimento Estudantil em 2013, eu acho que a gente não teria conseguido as DCNs. Porque os professores já estavam cansados, um pouco desarticulados, cansados por ser um processo iniciado ainda em 2010, e aquele ENEAP de 2013 foi um ENEAP que pela sua grandeza, o seu tamanho, tudo aconteceu ali. A forma como o Movimento Estudantil se articulou, depois os alunos foram para o CNE, os alunos foram ao CFA sem a presença de professores. Foram eles que convidaram o Presidente do CNE para estar no ENEAP, e aí não só a importância do convite deles, mas o próprio ENEAP, quando o Presidente do CNE chega lá no ENEAP de 2013,

olha para uma plateia que tinha pelo menos 800 pessoas sentadas ali olhando para ele, ele pensa: “Espera aí, o que é isso?”, o tamanho do evento, a grandeza, depois em Outubro de 2013, quando os alunos, entre aspas, “invadem” o CNE, tem um vídeo que mostra isso, o Movimento Estudantil estava vivo, e tem uma hora que inclusive o Presidente do CNE abre a sessão, não é que ele abre a sessão, mas é que no vídeo mostra, na hora em que os alunos entram na sessão, fazem a sua manifestação, ele volta e fala: “Este Conselho está vivo!”, ou seja, porque eu acho que fazia muito tempo em uma plenária do CNE que não tinha público e tal, o que reforça a presença ali do Movimento Estudantil na própria aprovação das DCNs.

Felipe Drumond Araújo era o Coordenador Geral do XII ENEAP de 2013, que ocorreu em Caeté/MG e no IX CONEAP, que aconteceu dentro deste ENEAP, foi eleito Presidente da FENEAP na Gestão que ali se iniciava, portanto, esteve presente, participou e articulou diversas das ações realizadas pelos estudantes para a aprovação das DCNs, ele conta que:

A partir dessa época, então, quando eu me tornei Coordenador Geral do ENEAP foi quando eu realmente comecei a ter um trabalho mais ativo dentro do Campo. Nesse momento, já estava tendo uma discussão muito grande a respeito das Diretrizes Curriculares do Campo de Públicas, na verdade, existia um recurso do Conselho Federal de Administração que estava travando a aprovação, e existia a necessidade de a gente fazer uma pressão no Conselho Nacional de Educação para que o nosso projeto andasse, e eu então enquanto Coordenador Geral assumi essa pauta pensando em levar isso para o ENEAP junto com a então Presidente da FENEAP, a Raquel, que já era da gestão posterior à que eu tinha participado, e a gente então procurou voluntariamente o Conselho Nacional de Educação e começamos a dialogar com eles, mostramos a importância de a gente ter as nossas Diretrizes Curriculares, mostramos uma posição crítica ao recurso impetrado pelo CFA e pela ANGRAD... Também a gente dialogou com o próprio Conselho Federal de Administração, eles estavam querendo uma aproximação e queriam inclusive patrocinar o ENEAP de 2013, então a gente participou de reuniões com eles, junto com os professores também... Só que o CFA em nenhum momento cogitou retroceder com a sua proposta de recurso contra as nossas Diretrizes, e isso fez com que eu enquanto Coordenador Geral e representante do Movimento Estudantil do Campo nessa pauta com eles tivesse que cancelar a participação deles no evento, a gente cortou a participação deles, então isso é um contato também. Então teve uma sessão no diálogo com o CFA, e posteriormente, no ENEAP de 2013 tivemos uma participação intensa dessa pauta das Diretrizes, o relator do processo estava durante o evento, e aí depois teve o CONEAP do ENEAP de 2013, eu assumi a Presidência da FENEAP, e logo em Outubro de 2013, no dia 1 de Outubro ocorreu a votação do parecer para o CFA que foi recusado e teve uma participação gigante de estudantes durante todo aquele evento, enfim, foi um ato muito grande de integração de todo mundo do Campo, foi uma pressão de todo o país estar lutando contra aquela agenda que estava sendo colocada. (ARAÚJO, 2016b)

Desta forma, COE e FENEAP se articularam para dialogar com o CFA e CNE. Com o CFA o resultado foi um “desconvite” à participação da instituição no ENEAP por não abrirem mão do recurso contra as DCNs, o que prejudicava os cursos do Campo de Públicas. Com o CNE o contato teve respostas mais positivas, com a ida do relator do processo das DCNs ao XII ENEAP, segundo Araújo (2016b), foi lá que o relator viu o potencial e vontade dos estudantes pelas DCNs de forma mais intensa, por presenciar aproximadamente 800 estudantes na mesa em que participou, mediada pela professora Magda de Lima Lúcio



(COELHO, 2016b) e então Coordenadora do curso de Gestão de Políticas Públicas da UnB, situação que o fez ler um pré-parecer contra o recurso do CFA e ANGRAD (ARAÚJO, 2016b). E para mostrar ao CNE que era de fato um movimento de estudantes também e não apenas de docentes, Felipe Drumond Araújo relata que:

A gente também entregou no ENEAP para o relator do processo nossas exigências profissionais, mostrando também que nós éramos uma profissão diferente da Administração e eu tenho bastante certeza que foi o protagonismo dos estudantes que fez, talvez, com que este parecer saísse mais rápido e desta forma, e mostrou que isso não era vontade apenas de um grupo de professores que queria criar uma área para eles, mostrou que isso era orgânico e que isso também era de um conjunto de alunos que se sentiam representados na Administração e se sentiam representados no Campo de Públicas. Então, eu acho que isso é fundamental, porque representação é uma coisa muito de cada um, existia um grupo de alunos formado por vários cursos que realmente sentia que eles eram uma área diferente, então, por mais que você quisesse avaliar e discutir que eles eram da mesma área ou não, você estaria indo contra a vivência de inúmeras pessoas do Brasil inteiro de que era aquele Campo de ensino. Então, eu acho que esse foi um argumento que deu legitimidade, fez com que a gente fosse não só uma pauta corporativa, mas fosse uma pauta realmente orgânica e isso é bem inovador em nível do nosso país. (ARAÚJO, 2016b)

As DCNs foram aprovadas em 2013 e homologadas em 2014. A partir daí, o ENEAP passou a ter agendas de profissionalização e institucionalização do Campo de Públicas. No XIII ENEAP em 2014, que ocorreu pela primeira vez no Rio de Janeiro/RJ, a FENEAP apresentou o projeto “Programa Mais Gestores”, que visava a alocação profissional de egressos do Campo de Públicas em Prefeituras para realização de Residências e, assim, qualificar e profissionalizar a Gestão Pública, promover o desenvolvimento municipal e capacitar estes egressos, mostrando o início das discussões em nível profissional nos espaços do Campo de Públicas. Nesta edição do Encontro também aconteceu o último FP3CP em um ENEAP, visto que o Fórum se transformou em Fórum do Campo de Públicas, como explicado anteriormente.

Também é possível inferir que a criação da ANEPCP teve uma influência direta do ENEAP, visto que surgiu a partir do FP3CP, que nasceu dentro do ENEAP. Esta relação de “criação da ANEPCP vinda dos Fóruns” foi reafirmada pela atual Presidenta da Associação, Magda de Lima Lúcio (2016b).

Em agosto de 2016 ocorreu o primeiro ENEAP no Nordeste, o XV ENEAP, em Natal/RN, organizado por estudantes do curso de Gestão de Políticas Públicas da UFRN, Mikael Victor Silva da Câmara (2016b) foi Coordenador de Apoio às Delegações desta edição e conta que a vontade de levar o Encontro ao Nordeste surgiu após o primeiro ENEAP em que os estudantes de seu curso compareceram, o XIII ENEAP do Rio de Janeiro/RJ, em 2014. Ele relata que:

O ENEAP do Rio foi o marco, foi uma celebração em que todo mundo da UFRN se sentiu contemplado com o Campo de Públicas, e a partir daí a gente conseguiu abrir portas e entrar cada vez mais nessa mistura, nessa diversidade que é o Campo de Públicas. (CÂMARA, 2016b)

No XV ENEAP foi cumprido o compromisso e fundada a Pro Pública Brasil, associação profissional dos egressos do Campo de Públicas, e Felipe Drumond Araújo é eleito o primeiro Presidente da associação, que já nasce, segundo Araújo (2016b), com a vontade de reavivar o projeto “Programa Mais Gestores”, que por se tratar de uma pauta profissional pode obter mais sucesso com uma entidade voltada de fato à profissionalização como pauta prioritária do que conseguiu ter com a FENEAP. O II Fórum do Campo de Públicas aconteceu com a presença então, de quatro entidades representativas nacionais do Campo de Públicas, a FENEAP, dos estudantes, a ANEPCP, dos docentes, ensino e pesquisa, a SBAP, de Pós-Graduação em Administração Pública, e a Pro Pública Brasil, de egressos e profissionais, além dos Centros e Diretórios Acadêmicos presentes, coletivos e estudantes independentes, o que reforça a imagem de institucionalização do Campo de Públicas, como ressalta Coelho (2016b), que o II Fórum do Campo de Públicas “foi importante do ponto de vista da presença das associações e da fundação da Associação de Egressos”.

Assim, observa-se que o ENEAP foi de fundamental importância para os principais momentos do Campo de Públicas como palco ou peça importante para a criação de todas as instituições do Campo de Públicas, como a FENEAP, a ANEPCP e a Pro Pública Brasil. Segundo Magda Lúcio (2016b), os ENEAPs também foram “a barriga para gestar o FP3CP, que foi a barriga para gestar a ANEPCP. Então, trabalhando em termos metodológicos, eu vejo que ele teve uma importância, foi aguerrido. É muito bonita a História.”.

Também para Ana Beatriz Fernandes (2016b) a criação da ANEPCP teve grande influência dos estudantes.

Foi através dos Encontros Nacionais dos Estudantes e da articulação dos professores e dos discentes que deu certo a criação da ANEPCP, mas foi através da articulação estudantil que se teve um olhar mais importante para o Campo, a ponto da gente se perguntar: ‘Onde nós queremos chegar? E por que nós queremos chegar?’. Então, foi uma articulação estudantil que é de extrema importância, o movimento faz parte disso. Tudo aquilo que a gente quer galgar e onde chegamos até agora, com certeza, foi por conta deste movimento. (FERNANDES, 2016b)

Sobre os possíveis impactos que a história do Campo de Públicas poderia ter sem os ENEAPs, Magda Lúcio (2016b) coloca que não se referiria “se os ENEAPs não existissem” porque “em termos acadêmicos a gente não pode trabalhar com algo que não existiu”, mas acredita que “a História é fértil, ela é grávida de seu contraditório, mas ela também é grávida da sua ação. Eu acho que talvez nós tivéssemos encontrado outro meio, ou talvez não

tivéssemos existido enquanto Campo de Públicas”, e, assim, acaba por concordar com Valdemir Pires (2016b), Fernando Coelho (2016b), Felipe Drumond Araújo (2016b), Ana Beatriz Fernandes (2016b), Mikael Victor da Silva Câmara (2016b) e Emanule Glaeser (2016b). Todos foram unânimes em afirmar que sem os ENEAPs a história do Campo de Públicas teria sido diferente.

Sobre a importância do ENEAP para história do Campo de Públicas, Felipe Drumond Araújo (2016b) argumenta que:

“Sem dúvidas [os ENEAPs são importantes para a História do Campo de Públicas], eu acho que teria andado muito mais devagar. Então, durante muito tempo os professores só se reuniram no ENEAP, se não tivessem os ENEAPs eu acho que aquilo não teria acontecido. Se o ENEAP fosse um evento “não acadêmico”, se fosse um evento de festa não teria este caráter, então, o fato de os estudantes se organizarem em torno de um evento sério com uma pauta de conteúdo acadêmico e puxarem os debates, foi fundamental para que tudo isso saísse. Sem isso eu acho que iriam demorar muito mais estas conquistas, eu acho que a gente não teria conseguido encarar as corporações que têm tentado barrar nossas lutas como o próprio Conselho Federal de Administração e os CRAs. E eu acho que não existiriam esta identidade e esta visão de movimento, eu acho que a gente ia ser um “Campo de formação”, acho que a gente poderia ser um Campo rachado, poderia talvez a área de Políticas Públicas ir para um lado, a área de Gestão Governamental e Administração Pública ir mais para um outro...”

É por isso que o ENEAP é importante como “momento do movimento”, como coloca Araújo (2016b), que completa dizendo que “são os momentos onde se discutem propostas, são momentos onde anualmente todo mundo se encontra”, além de incentivar todos os setores do Campo, como afirma Fernandes (2016b), que acredita que a própria movimentação dos docentes surgiu impulsionada pelos estudantes que faziam o ENEAP cada vez maior e mais importante:

“eu acredito que nestes espaços os professores começaram a ver uma articulação estudantil e pensaram, eu acredito: ‘Não podemos ficar de fora, precisamos fazer algo também. Se através do Movimento Estudantil nós estamos ganhando tanto esta repercussão, o que nós, como professores, podemos fazer?’” (FERNANDES, 2016b)

E o objetivo do ENEAP no sentido de fortalecimento da identidade dos estudantes do Campo de Públicas também vem sendo cumprido, segundo Coelho (2016b):

“Eu acho que o Movimento Estudantil com essa questão de criar um senso de pertencimento muito forte dos alunos. Uma coisa era um aluno entrar em 2004 ou 2005 e não entender muito bem como era as coisas, outra coisa é um aluno do Campo que entra hoje, que já tem todo um senso de pertencimento e identidade. E muito disso é algo construído coletivamente pelos alunos que já se tornaram egressos, talvez uma ajuda de professores, mas é mais pelo papel muito forte da FENEAP, dos ENEAPs”

Esta identidade se faz e é fortalecida pelo que Ana Beatriz Fernandes (2016b) afirma:

“essa troca de experiência que os Encontros Nacionais dos Estudantes nos permite é algo único. É ímpar. E são nesses espaços que a gente fortalece as nossas lutas e as nossas pautas, e é onde surgem também novas pautas pra que a gente possa lutar. O primeiro [espaço] foi com as DCNs, as Diretrizes Curriculares Nacionais, mas também foi nos Encontros Nacionais que a gente viu que era necessário pensar numa profissionalização, pensar em algo possível, pensar que o CRA precisa talvez nos encaixar, ou não. Por que é que a gente precisa do CRA? Vamos lutar, vamos discutir sobre isso. Então, são nesses espaços que aparecem as pautas e são onde os estudantes do Campo de Públicas do Brasil inteiro podem discutir, debater e trocar essas experiências. Então, é um local fundamental para que haja estas articulações e para que haja estas organizações.”

Além de serem espaços de debates que se renovam e trazem discussões importantes para a sociedade, para o Campo de Públicas, como coloca novamente Ana Beatriz Fernandes (2016b):

“Esse ano a gente viu no ENEAP pautas que não são tão novas, mas que criaram mais peso dentro do Campo de Públicas, a questão da Diversidade, a pauta LGBT, a pauta dos negros porque a gente ainda não vê pessoas de cor nem LGBTs em espaços de poder. Como é que nós, estudantes do Campo de Públicas, como gestores e futuros gestores podemos nos inserir e inserir essas pessoas dentro desses espaços?”

E é isso que faz do ENEAP “a cara do nosso Campo” (ARAÚJO, 2016b), os debates sobre tudo, uma “unidade da diversidade”, como afirma Coelho (2016b).

Araújo (2016b) define o ENEAP como:

“o encontro, ele é a concentração do movimento, e ele mostra uma coisa que eu acho fundamental, que é a cara do nosso Campo, de que o nosso Movimento Estudantil de certa forma foi o protagonista na criação deste nosso movimento, ele que atualizou e impulsionou a criação de várias outras identidades, como a dos professores, como a dos profissionais, como a do próprio Movimento Estudantil, e o ENEAP eu acho que continua sendo este motor até hoje, onde as coisas aceleram. Sempre depois de ENEAPs muita coisa acontece, muitas pautas e muitas agendas, então, eu vejo que ele é uma questão bem importante nesse sentido, é a raiz do nosso movimento, onde nós possuímos toda esse sentimento de movimento mesmo.”

E tudo isso só aconteceu pela organização e seriedade com que os ENEAPs sempre foram tratados, como coloca Magda Lúcio (2016b): “Eu sou mesmo uma fã das organizações dos ENEAPs, porque eu já trabalhei em vários lugares, mas eu nunca tinha visto um grupo de estudantes tão organizados, um grupo de estudantes com tanta capacidade de fazer, de pensar e de executar”.

Portanto, o ENEAP mostrou ser o coração do Campo de Públicas, impulsionado pelo seu Movimento Estudantil, indo além de um evento apenas de estudantes, sendo uma concentração discente, docente e egressa do Campo, funcionando como centro das grandes mobilizações, democratizando os espaços e formando agenda política.

O Quadro 14, mostra em detalhes as informações e Sedes dos ENEAPs, bem como indica os coordenadores gerais e os respectivos cursos anfitriões de cada edição.

Quadro 14 – SEDES DOS ENEAPs

EDIÇÃO	ANO	CIDADE	NÚMERO DE ESTUDANTES	INSTITUIÇÃO ANFITRIÃ	COORDENADOR(A) GERAL	CURSO	REGIÃO
<b>I</b>	2002	Araraquara/SP	150 a 200	UNESP	Felippe Augusto Messias da Silva – UNESP	AP	Sudeste
<b>II</b>	2003	São Paulo/SP	Cerca de 120	EAESP/FGV	Felippe Augusto Messias da Silva – UNESP	AP	Sudeste
<b>III</b>	2004	Belo Horizonte/MG	300 a 350	EG-FJP/MG	Bruno Alencar – EG-FJP/MG	AP	Sudeste
<b>IV</b>	2005	São Paulo/SP	100 a 120	UniA/SP	Sérgio Narciso - UniA/SP	AP	Sudeste
<b>V</b>	2006	Araraquara/SP	Cerca de 150	UNESP	Bruno Romania – UNESP	AP	Sudeste
<b>VI</b>	2007	Florianópolis/SC	Cerca de 370	UDESC	Eduardo Peressoni Vieira – UDESC	AP	Sul
<b>VII</b>	2008	Ouro Preto/MG	Cerca de 400	EG-FJP/MG	Flávia Lo Buono – EG-FJP/MG	AP	Sudeste
<b>VIII</b>	2009	Águas de Lindóia/SP	Cerca de 300	USP	Amanda Silva Garcia – USP	GPP	Sudeste
<b>IX</b>	2010	Balneário Camboriú/SC	Cerca de 500	UDESC	Betina Dutra de Faria – UDESC	AP	Sul
<b>X</b>	2011	Serra Negra/SP	Cerca de 600	UNESP	Larissa Martins – UNESP	AP	Sudeste
<b>XI</b>	2012	Florianópolis/SC	Cerca de 360	UDESC	Tatiana Daussen Perfolli – UDESC	AP	Sul
<b>XII</b>	2013	Caeté/MG	<b>Cerca de 1100</b>	EG-FJP/MG	Felipe Drumond Araújo – EG-FJP/MG	AP	Sudeste
<b>XIII</b>	2014	Rio de Janeiro/RJ	Cerca de 950	UFRJ	Matheus Carvalho da Silva - UFRJ	GPDES	Sudeste

<b>XIV</b>	2015	Atibaia/SP	Cerca de 600	USP/UNESP/UNICAMP/UFABC/EAESP-FGV	Marcelo Menezes – UFABC	PPs	Sudeste
<b>XV</b>	2016	Natal/RN	673	UFRN	Louise Rodrigues – UFRN	GPP	Nordeste
<b>XVI<sup>9</sup></b>	2017	Porto Alegre/RS	-	UFRGS	Juliana Borges Rocha – UFRGS	PPs	Sul

Fonte: Elaboração própria, a partir de análise documental, entrevistas da pesquisa e observação participante.

---

<sup>9</sup> Previsto para 2017 após aprovação em janeiro de 2016 no XIV CONEAP, em Natal/RN. Fonte: ARAÚJO, 2016b; CÂMARA, 2016b; FERNANDES, 2016b.

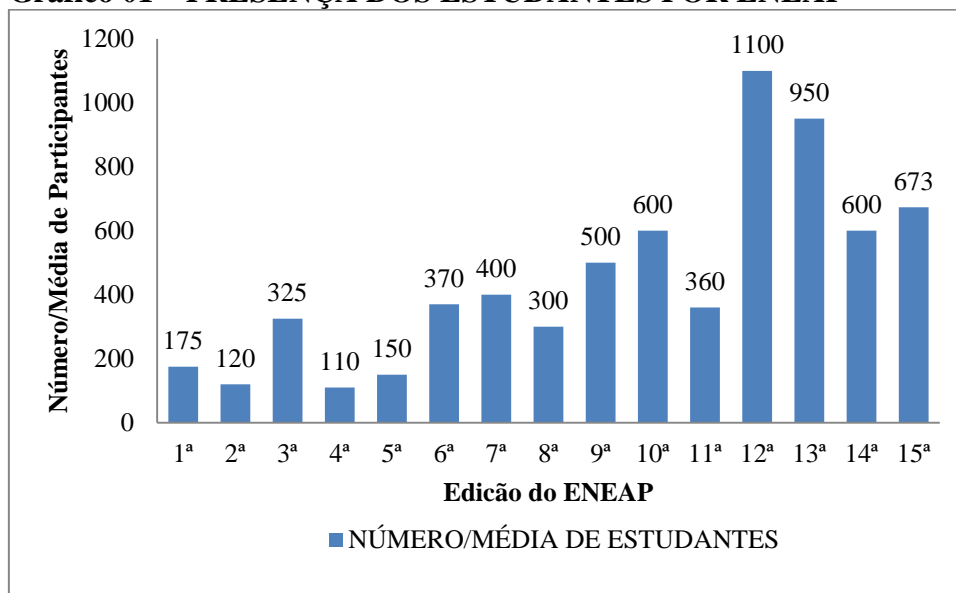
O Quadro 14 mostra de forma direta todas as fases pelas quais o ENEAP passou em suas 15 edições e a relação destas mudanças com os movimentos vividos pelo Campo de Públicas em cada época. Nota-se o aumento na média de participação estudantil a medida em que o Campo de Públicas teve pautas importantes e marcantes, como por exemplo seu crescimento significativo após o VI ENEAP, no qual foi fundada a FENEAP, e seu ápice no XII ENEAP, que ocorreu no momento em que se discutiam as DCNs de forma mais intensa.

Percebe-se também nas Coordenações Gerais dos ENEAPs um número reduzido de mulheres e estudantes de outros cursos que não Administração Pública (assim como nas presidências da FENEAP) e de apenas uma edição fora das regiões Sul e Sudeste. Mas este quadro parece estar mudando quando se observa que das últimas três edições e somando a estas a edição do ano de 2017 (que já possui praticamente todos os seus dados no quadro 14), todas possuem Comissões Organizadoras de cursos diferentes do Campo, três em estados que nunca haviam sediado um ENEAP, bem como a última edição e a que está por vir tem mulheres à frente de suas Coordenações Gerais.

Esta aparente rotatividade mostra o aumento na democratização dos espaços do Encontro, e uma reprodução dos ideais de identidade acolhedora do Campo de Públicas.

O Gráfico 01 ilustra a média de participação dos estudantes nos ENEAPs:

**Gráfico 01 – PRESENÇA DOS ESTUDANTES POR ENEAP**



Fonte: Elaboração própria, a partir de análise documental, entrevistas da pesquisa e observação participante.



Esta análise da influência do ENEAP na história do Campo de Públicas contribuiu para o questionamento que levou à discussão do próximo subcapítulo, que trata do Movimento Estudantil como ator de mudança no Campo de Públicas.

#### **4.3. Movimento Estudantil do Campo de Públicas: ator de mudança**

Para Felipe Drumond Araújo (2016b), o Movimento Estudantil do Campo de Públicas “foi historicamente o protagonista das mudanças, os grandes saltos que a gente deu no Campo de alguma forma partiram do Movimento Estudantil”. Ele se refere a forma como os estudantes foram pioneiros ou agentes ativos nas principais ações e momentos do Campo de Públicas. Este pioneirismo, segundo ele, faz sentido pelo fato dos estudantes terem criado o ENEAP como primeiro espaço do Campo, que por ter sido o primeiro evento acabou por receber as mobilização e principais conquistas do Campo.

Segundo Valdemir Pires (2016b), “nos últimos 10 anos nenhum movimento estudantil aconteceu com tamanha intensidade nas relações entre estudantes e professores como no Campo de Públicas”. Ele se refere também ao potencial organizativo e às pautas concretas estabelecidas pelo Campo de Públicas.

A causa para este bom relacionamento, segundo Araújo (2016b), foi a formação conjunta de uma identidade de Campo em que os docentes buscavam um espaço para melhorar a qualidade da oferta e modelo de cursos, compreendida também pelos estudantes que, por sua vez, somavam à esta motivação a necessidade de se enxergarem e fazerem parte de algo, tanto que o ENEAP surge pelo fato de os estudantes de Administração Pública na época não se sentirem representados no evento dos estudantes de Administração. E desta forma, todo o resto veio desta raiz de integração que, novamente repito, foi protagonista destas lutas. E o que eu vejo no país como um todo é algo totalmente pioneiro em nível de movimento estudantil” (ARAÚJO, 2016b).

Para Valdemir Pires (2016b), a “grande riqueza do Campo de Públicas é ser esse movimento com base em relações horizontais”. Foi por isso que o Movimento Estudantil aceitou bem a realização dos FP3CP dentro dos ENEAPs, visto que o Movimento percebeu que trabalhar sozinho não seria a melhor opção, como coloca Araújo (2016b): “toda esta união e todo este movimento de instituições que participam construindo uma pauta coletiva, eu acho que é uma grande conquista; este modelo que a gente conseguiu ter no Campo de Públicas, de união entre as instituições e de não competição, e de estarem próximas assim mesmo”. Vale ressaltar também, como pode se observar na conquista das DCNs, que foi

reivindicação dos docentes que acompanharam todo o processo de 2010 à 2013 que os estudantes entrassem mais diretamente na luta pelas Diretrizes. E o Movimento Estudantil assim o fez, com ações e discussões no ENEAP e com a presença qualificada da FENEAP no CNE. Essa soma levou à aprovação das DCNs. Os docentes sozinhos provavelmente não conseguiriam (COELHO, 2016b), assim como o Movimento Estudantil.

A FENEAP, primeira instituição do Campo de Públicas, se fez presente em todos os momentos importantes e, segundo Araújo (2016b), agora com a presença de outras instituições, passa a experimentar um novo papel, por não ser mais a única instituição do Campo e necessária para que os estudantes participem das discussões da mesma forma que antes, mesmo havendo agora mais vozes.

Como afirma Araújo (2016b), o papel do Movimento Estudantil enquanto formador de agenda não sofre grandes mudanças com a presença de novas instituições, visto que permanece como o segmento com maior facilidade e potencial para juntar interessados em debater o Campo:

Quem vai juntar muitas pessoas do Campo de Públicas é o Movimento Estudantil através dos ENEAPs e através dos Encontros Regionais, então, em nível de formação de agenda ele vai continuar sendo um protagonista super importante, porque tem gente para militar e para estar atuando na área, os estudantes militam, atuam, pedem, vão para a rua, eles comandam, são uma massa mesmo de pessoas para estarem pressionando

A organização e o potencial mobilizador do Movimento Estudantil, somados, formam o resultado que levou ao sucesso em diversos momentos. Desta forma, pode-se esperar que de maneira natural esta cultura de mobilização e responsabilidade social se reproduza para além do Movimento Estudantil, com estes estudantes se tornando profissionais que, como afirma Araújo (2016b), partir das DCNs os cursos passam a prever a formação de profissionais:

que colocam o *ethos* público, o *ethos* republicano, e não o *ethos* corporativo e profissional como primordial, para mim que estou em uma carreira cujas pessoas são compostas exclusivamente por pessoas formadas em um curso de Administração Pública em uma Escola de Governo isso é fundamental, porque se você está no governo e você teve uma formação no Campo de Públicas é diferente, por exemplo, uma pessoa pode pensar em fazer o melhor para si, o melhor para a carreira, ela pode pensar isso corporativamente: “Olha, eu quero pedir um aumento independente do cenário que o Estado está passando”, mas se ela pensa assim e é formada por uma Diretriz Curricular que tem um valor como o *ethos* republicano como a nossa, e não profissional acima de tudo, ela está indo contra os valores de formação, então ela está indo contra a formação dela, dizer isso faz totalmente uma diferença para quem trabalho no Estado. Fazer com que uma pessoa formada possa tomar uma postura diferente do que se é esperado, que é pensar só em si próprio em detrimento da coletividade e do bem público, é totalmente contra a nossa formação e contra nosso objetivo central de formação, então, a gente forma pessoas não só para terem conhecimento formal, a gente forma pessoas para terem um *ethos*, para ter algo que vá além de pensar em si só (ARAÚJO, 2016)

Ou seja, o Movimento Estudantil teve esforços para que estas DCNs fossem aprovadas e, consequentemente, contribui para a formação e atuação profissional dos estudantes, que passaram a ter diretrizes próprias que direcionam a um *ethos* público e republicano preocupado com o bem estar social e bom funcionamento da Administração Pública para que possa suprir suas demandas e reduzir as desigualdades. Não que se espere isso de 100% dos egressos e futuro egressos do Campo de Públicas, mas ao menos o Movimento Estudantil contribuiu para que este modelo de formação fosse instituído, o que pode ser visto até como um olhar do Movimento Estudantil a longo prazo para si mesmo.

A atuação do Movimento Estudantil do Campo de Públicas serve, ainda, como modelo para outros espaços de mobilização e atuação, como sugere Pires (2016b): “eu não vejo outra saída senão um movimento articulado, como este do Campo de Públicas, com sua interface na Universidade, com a ocupação de espaços públicos com a qualidade vinda daí. O Campo de Públicas é a minha aposta para isso”.

A organização e a identidade que o Movimento Estudantil ajudou a construir no Campo de Públicas, segundo Araújo (2016b), “serviu como argumento inclusive para evitar divisões”. O ex-presidente da FENEAP se refere a um ocorrido durante um FP3CP em que alguns professores estavam ameaçando “sair do Campo”. Diante disso, ele conta que os estudantes falaram:

Olha, não tem a opção de este Campo de Ensino rachar, porque se nós estudantes, que somos o fenômeno criado por vocês entendemos que nós somos um Campo, vocês têm que ser um Campo também. Se nós estamos sendo formados e nos entendemos como uma área, vocês não têm opção” (ARAÚJO, 2016b).

Esta atuação da FENEAP mostra, mais uma vez, a força deste Movimento Estudantil e a importância para o fortalecimento do Campo. Para Magda Lúcio (2016b), a FENEAP é “um instrumento importantíssimo de organização dos alunos. Talvez seja uma instituição mediadora entre a Associação dos Professores e a Associação dos Egressos. Ela é muito importante, tem uma capilaridade muito grande e capacidade de organizar os estudantes em todos os estados e cidades brasileiras”.

Ações como as de 2013 para a aprovação das DCNs reforçam a importância atual do Movimento Estudantil do Campo de Pública como agente de mudança. Tanto Araújo (2016b), estudante à época, como Magda Lúcio (2016b), professora, consideram o movimento estudantil essencial para existência do Campo. “Mas isso coloca uma responsabilidade muito grande sobre os ombros de todos os estudantes do Campo de Públicas, porque os coloca em

um papel também de agentes, um segmento agente da mudança, da transformação e da institucionalização do Campo de Públicas” (LÚCIO, 2016b).

Beatriz Fernandes (2016b) afirma que são os estudantes que levantam as pautas e são eles que dão visibilidade para aquilo que precisa ser visível. Ou seja, ela considera que o Movimento Estudantil do Campo de Públicas se tornou um agente de proposição e execução.

Desde os primeiros ERECAPs Sul e Nordeste e EM Público em 2015, o Movimento Estudantil do Campo de Públicas passa por uma fase de amadurecimento com processos de regionalização, assim como o Campo de Públicas. Esta fase de regionalização mostra novos atores que surgem, com novas visões e perspectivas para o Campo, como por exemplo, a primeira eleição com duas chapas para a FENEAP que ocorreu neste ano (2016). Coelho (2016b) enxerga estas mudanças da seguinte forma:

É difícil definir o Movimento Estudantil como um todo. Eu acho que é um movimento fundamental, assim como a FENEAP não existiria, o Campo de Públicas não existiria se não fosse o Movimento Estudantil. E a gente tem duas grandes fases desse Movimento Estudantil, uma fase inicial até mais ou menos 2013 ou 2014, que apesar das diferenças que existem entre orientações políticas de Centros Acadêmicos e coletivos, estava todo mundo voltado para a questão das Diretrizes, que era natural, ali a gente tinha um inimigo comum e isso também acontece com os professores, e depois do final de 2013 e início de 2014, na medida em que as Diretrizes foram aprovadas, o Movimento Estudantil também começa a busca por novas formas de atuação. Então, há um processo mais natural de politização, e aí dentro do Movimento Estudantil de hoje é importante a gente dizer que existem diversos movimentos, então um tem uma preocupação maior com a pauta política, tem um movimento mais próximo da pauta profissional, então você tem aí vários agrupamentos dentro do Movimento Estudantil. Acho importante, não descaracterizar o movimento, que é diverso e que eu acho que está em uma nova fase; a eleição com duas chapas para a FENEAP é muito bem-vinda, vão surgindo outras associações. Então, eu acho que de 2013 e 2014 para cá, a gente entra em uma nova fase do movimento e é natural à medida em que mais cursos foram se agregando a esse movimento. Os cursos são diversos, com orientações diversas, do ponto de vista valorativo, ideologias, orientações políticas e assim por diante.

Contudo, Coelho (2016b) ressalta a importância da democratização dos espaços e defende a permanência de um modelo participativo no Campo de Públicas:

por mais que nós nos institucionalizemos, nós não podemos perder esta característica de movimento, disso que eu estava falando, diálogo com a base, com as diversas linhas e com as diversas orientações. Porque para além das diversidades e dos conflitos que são naturais, e que vão ser dentro do Campo, que marcam a nossa diversidade, é que a gente tenta ter minimamente um processo de unidade para a gente não se perder e não se fragmentar, a gente não cair no erro daquele ativismo fragmentado, cada um está puxando a corda para um lado e de repente a gente não sai de lugar nenhum.

O resultado de todos estes eventos e momentos do Campo de Públicas e das ações do seu Movimento Estudantil é, como comenta Pires (2016b), a potencialidade de um futuro que pode ser muito importante para o desenvolvimento do país: “a sociedade brasileira ainda não

descobriu que pela primeira vez em sua história ela está formando uma quantidade muito significativa, quantitativa e qualitativamente falando, de pessoas com capacidade para ajudar a melhorar a Administração Pública”.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse e procura por graduações voltadas ao entendimento do Estado, da Administração Pública, do Setor Público e das Políticas Públicas nunca foi tão grande na história do país desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, que trouxe uma nova perspectiva de visão do Estado e suas funções, bem como aumentou os espaços de participação social e política na sociedade brasileira. Estas graduações, de Administração Pública, Gestão de Políticas Públicas, Gestão Pública, Gestão Social e Políticas Públicas formam o Campo de Públicas (que em nível estudantil também conta com a graduação em Ciências do Estado). Mas como se deu a estruturação e estabelecimento deste campo e quem foram os atores responsáveis?

Esta foi a motivação que levou a realização deste estudo. O resgate histórico do Campo de Públicas para compreensão da atuação de seu Movimento Estudantil como ator neste processo. Estes marcos históricos fortalecem as ações na medida em que reconhecem a importância da mobilização e, assim, instigam o surgimento de novas pautas e bandeiras.

Com o propósito central de avaliar a participação do Movimento Estudantil no processo de criação e fortalecimento do Campo de Públicas na perspectiva de sua influência nos acontecimentos, foi realizada pesquisa de caráter qualitativo que possibilitou o mapeamento dos momentos importantes deste processo de maneira exaustiva por meio de análise documental, entrevistas e observação participante.

Foi possível observar que a construção histórica do Campo de Públicas é resultado de um intenso processo de interação entre diversos atores, entre eles o Estado, a Universidade, grupos de interesse externo (CFA e CRAs), docentes, egressos/profissionais e estudantes, que se comportaram de maneira heterogênea, havendo afastamentos e aproximações durante os acontecimentos.

Ficou clara, após a linha do tempo, a influência que os momentos e conjunturas políticas nacionais exerceram no processo de desvalorização e valorização do ensino em Administração Pública e Políticas Públicas, bem como a utilização política para este processo.

A criação do ENEAP em 2002 iniciou o que viria a se tornar o Campo de Públicas, demonstrando a atuação estudantil já em aspectos embrionários desta construção, que em meados da primeira década do Século XXI, com o REUNI e demais programas de expansão das Universidades, teve uma multiplicação no número de cursos e novas nomenclaturas passaram a surgir em maior escala, como os cursos de Gestão de Políticas Públicas e Gestão

Pública, para enriquecer o movimento, fazendo desta forma, que fosse questão de tempo até o nascimento da FENEAP, em 2007, primeira instituição do Campo de Públicas e maestra das ações estudantis que viriam a ser realizadas.

A pesquisa e análises dos dados mostraram que o ENEAP foi a peça fundamental para o desenvolvimento do Campo de Públicas, uma “barriga” para gestação das conquistas que vieram a acontecer, como apontou Magda Lúcio (2016b). Mas além de palco para a fundação e articulação de todas as instituições do Campo de Públicas, como foi analisado no capítulo de resultados e discussão, o ENEAP foi a corrente que uniu e ligou os milhares de estudantes, egressos e docentes que por ele passaram, assim formando a identidade do Campo de Públicas e sentimento de “unidade pela diversidade” (COELHO, 2016b) que talvez tenha sido a mais importante de todas as conquistas do Campo de Públicas, pois, sem ela, as demais teriam caminhos diferentes a serem realizados e como consensualmente foi apontado pelos entrevistados, o Campo de Públicas provavelmente não existiria.

A FENEAP, como primeira instituição do Campo de Públicas, cumpriu seu papel nos momentos em que mais foi necessária para as pautas do Campo, desde sua própria criação, passando pela atuação conjunta com os docentes e realização de ações para aprovação das DCNs e início do debate da profissionalização do Campo, mostrando a organização e seriedade dos estudantes para a consolidação do Campo de Públicas em todos os segmentos.

O que se tira por conclusão destas informações é o protagonismo do Movimento Estudantil para a criação e o fortalecimento do Campo de Públicas, que se utilizou da necessidade de auto reconhecimento e identidade – pois se estudantes dos cursos de Administração Pública já não se sentiam representados dentro do campo da Administração, os cursos que surgiram depois menos ainda com as ações da ANGRAD e do CFA contra as DCNs do Campo – para construção de um espaço coletivo, sem poupar esforços para seu crescimento.

Os resultados positivos desta atuação estudantil já se mostram desde o início, com o sucesso na agregação de cada vez mais cursos nos ENEAPs, e, como exemplo mais recente, a fundação da Pro Pública Brasil por ex-estudantes ativos e participantes, levando os ideias do movimento para além da atuação estudantil.

Este estudo, somado a uma reinterpretação dos “Ciclos do Ensino de Graduação em Administração Pública” propostos por Coelho e Nicolini (2013, p. 407), permitiram, com apoio do próprio Coelho (2016b), uma leitura e um entendimento de que o Ensino de Graduação em Administração Pública acontece mesmo por fases, ou ciclos, como demonstrado no modelo citado. Portanto, estaria agora vivenciando o seu 5º Ciclo - A

Reconstrução do Ensino nos Cursos do Campo de Públicas (2010-Atual), depois de ter passado pelo 4º Ciclo - A Revalorização do Ensino em Administração Pública (1995-2009). A discussão desses dois novos ciclos como estruturantes do Ensino de Graduação em cursos do Campo de Públicas é uma proposta teórico-metodológica desta monografia, baseada no referencial teórico, entrevista com Coelho (2016b) e análise documental. A descrição dos dois ciclos será vista a seguir.

**4º Ciclo – A Revalorização do Ensino em Administração Pública (1995-2009):** 1995 foi o ano de implantação do Plano Diretor da Reforma da Administração Pública, reforçou a oxigenação da formação em Administração Pública que já vinha acontecendo desde a Constituição Federal de 1988 pela valorização que o Estado passou a ter. A década de 1990 não trouxe grandes mudanças, a não ser no fim da década, com início do surgimento de novos cursos em Administração e Gestão Pública, que continuou nos anos 2000 – cerca de 80 cursos criados entre 1995 e 2006, segundo a tese de Doutorado de Coelho (2006) – com a tentativa de responder às demandas de qualificação e requalificação profissional dos funcionários públicos já em nível superior (COELHO, 2016b). Em meados dos anos 2000, foram iniciadas as movimentações que levaram à criação do Campo de Públicas, quando já se tinha a união estudantil por meio dos ENEAPs e a FENEAP recém-criada, no mesmo ano do FP3CP, e assim mostrava a aproximação entre estudantes e professores também. Esta união passou a se fortalecer ainda mais com a criação dos novos cursos e novas nomenclaturas a partir de 2007 com o REUNI e programas similares de expansão do ensino público. É por isso que em 2009 se encerra o 4º Ciclo, não apenas propositalmente por ser o ano de criação do curso de GPP/UnB, mas porque deixara de ser um Ciclo do Ensino de Graduação em Administração Pública, e passava a ser do Campo de Públicas, que, assim, foi batizado em 2010.

**5º Ciclo – A Reconstrução do Ensino nos Cursos do Campo de Públicas (2010-Atual):** “Acho que a gente já pode falar sim em um 5º Ciclo, acredito que estamos nele”, é como Coelho (2016b) se refere ao período que se inicia em 2010. Ainda é cedo para se dizer se é de fato um 5º Ciclo do Ensino de Graduação em Administração Pública, um 1º Ciclo do Ensino do Campo de Públicas, ou até mesmo se devem ser rebatizados os ciclos anteriores, o argumento que aqui se coloca para afirmar que é um novo momento é a criação das novas nomenclaturas e a construção de uma identidade coletiva ou “reconstrução deste ensino [Administração Pública] dentro de uma nova identidade” (COELHO, 2016b) entre estes novos cursos batizados em 2010 (PIRES, 2016b) como Campo de Públicas e regulamentados



em 2014 pelas DCNs da Administração Pública que abarcou os demais cursos, mas não necessariamente é a grande área. Esta tese se reforça, ainda, com a argumentação do momento de institucionalização acadêmica que o Campo passou a viver após a criação da SBAP, ANEPCP e recentemente profissional com a fundação da Pro Pública Brasil. Esta pesquisa não se propôs a examinar a fundo a ideia de Ciclos, e por isso não visa prevê o fim deste 5º Ciclo, mas como afirma Coelho (2016b): “Se tratam de ciclos de ensino, logo, acho que este 5º Ciclo deve se fechar quando tivermos estudantes, principalmente destes novos cursos, dando aula.”, ou seja, professores formados pelo Campo de Públicas, no Campo de Públicas e para o Campo de Públicas, o que de fato ainda se vê muito pouco.

Quanto ao futuro do Campo de Públicas e seu movimento estudantil, as informações obtidas na pesquisa permitiram a observação do início de um rodízio nos ENEAPs, como foi feito nas últimas duas edições, XIV ENEAP em Atibaia/SP, Região Sudeste, por cursos de AP e GPP de diversas Universidades diferentes do estado de São Paulo, XV ENEAP em Natal/RN, Região Nordeste pelo curso de GPP/UFRN, e será feito no XVI ENEAP ainda sem cidade definida, mas será no Rio Grande do Sul, Região Sul, pelo curso de PPs/UFRGS. O rodízio, ou alternância, de regiões nas Sedes do Encontro e dos cursos que os organizam pode ser um caminho para o fortalecimento da identidade dos cursos mais novos como GPP, GP, GPDES e PPs, que têm poucos espaços onde se enxergar e se espelhar, e também o fortalecimento do Campo nas regiões que participam há menos tempo do movimento, e, até mesmo apresentar o Campo para novos cursos e estudantes que não o conheçam, como as regiões Centro-Oeste e Norte, que nunca sediaram um Encontro, sendo a situação da Região Norte ainda mais complicada, pois nem na FENEAP há entidade de base do Norte filiada, mostrando que mesmo com todos os avanços, ainda há muito para se percorrer.

Por isso, este rodízio pode democratizar ainda mais os espaços do Campo de Públicas, além de favorecer chances mais iguais para que todas as regiões tenham as mesmas facilidades, ou dificuldades, para comparecer aos eventos, visto que as condições para se comparecer aos eventos são diferentes para cada região de acordo com o local onde o ENEAP tenha sua Sede. Ainda sobre a ideia de rodízio nas Sedes do ENEAP, um outro benefício que se pode ter é de mais opções que que facilitem a acessibilidade financeira dos estudantes, como a insistência na tentativa de realização do evento em Universidades, como ocorreu no XIII ENEAP no Rio de Janeiro/RJ, que trazem um público novo que não tem acesso aos eventos em hotéis e evita a reprodução de uma elitização no evento. O caso clássico desta situação foi contado por Mikael Victor Silva da Câmara (2016b), em que os estudantes de GPP/UFRN, mesmo com o curso criado em 2009 e alguns estudantes conhecendo o evento e

o movimento por meio dos professores, formaram uma delegação para o ENEAP apenas em 2014, no do Rio de Janeiro/RJ, pois foi o primeiro que teve um formato mais acessível com alojamento na UFRJ, pois “antes era muito difícil ir, pelo deslocamento do Nordeste para os eventos no Sul e Sudeste, que já não tem um valor em conta nunca, então, se não tivesse um alojamento mais acessível ficava mais difícil ainda”, como conta Mikael, que diz ainda que a receptividade e identificação que sentiram desde o primeiro momento no Encontro já foi o suficiente para que os estudantes de GPP/UFRN saíssem prometendo fazer o próximo ENEAP (no caso, o de 2016, que ocorreu este ano, visto que o de 2015 já estava em processo de organização por ser deliberado um ano e meio antes em CONEAPs).

Quanto à FENEAP, este trabalho demonstrou que historicamente sua atuação justifica ser chamada de “a primeira instituição do Campo de Públicas” por Pires (2016b), não só pela ordem cronológica, mas também por ainda ser a mais cobrada e procurada na maioria das situações pelo pouco tempo de criação da ANEPCP e Pro Pública Brasil. Felipe Drumond Araújo (2016b) acredita que após os esforços para aprovação das DCNs e o início das discussões sobre profissionalização do Campo de Públicas, a FENEAP teve um pouco mais de dificuldade para montar suas agendas e pautas dadas as instabilidades políticas pelas quais passou, mas que “não se deixou cair” pela atuação das entidades de base que fizeram bem seu trabalho de cobrar os debates e instigar posicionamentos. Recentemente, no XIV CONEAP, no início de 2016 em Natal/RN, houve a primeira eleição para gestão da FENEAP, como lembra Coelho (2016b), isso demonstra que novos atores surgem para estender ainda mais os debates e é positivo para romper com qualquer comodismo que se tenha e lembrar de ficar com os pés no chão sem pensar que todas as conquistas já estão realizadas (LÚCIO, 2016b).

Como colocado nos resultados, outros debates feitos muitas vezes fora da Federação devem ter seus reflexos dentro dela, como o baixo número de mulheres (2) que ocuparam o cargo de presidência da FENEAP, que não é por falta de interesse e muito menos competência, dada a presença e ótima atuação de muitas mulheres nos CONEAPs, por exemplo. Esta pauta, bem como a de questões raciais e orientação sexual, devem ser cotidianas, como afirma Fernandes (2016b), pois são naturais da formação do Campo de Públicas ações quem visem promoção da igualdade e “a FENEAP deve servir de exemplo neste sentido”.

Logo, a conclusão a que este trabalho chega, para responder a hipótese levantada e aos objetivos geral e específicos é a de que o Movimento Estudantil foi protagonista e ator fundamental para a criação e o fortalecimento do Campo de Públicas. Todas as ações realizadas pelo Movimento Estudantil neste processo de construção do Campo contribuíram

diretamente para as suas conquistas mais importantes. No entanto, os estudantes do Campo de Públicas ainda não têm muitos modelos e exemplos a seguir ou dados que avaliem a atuação profissional dos egressos, como têm outros segmentos profissionais.

Juntando todas as respostas das entrevistas para a pergunta “Quais foram as principais ações realizadas pelo Campo de Públicas?”, duas respostas foram unânimes: (a) A construção do movimento em si e da sua identidade; (b) a conquista das DCNs; seguidas por (c) institucionalização. Observa-se que não se vê encontros de estudantes de Medicina motivados pela criação de identidade porque não há esta necessidade. Não se vê articulação de estudantes de Direito para aprovação de DCNs ou alterações das que se tem, porque já é uma área tradicional, reconhecida e que não tem disputa de espaço no Mundo do Trabalho, visto que só o Direito atua na área jurídica. E não é comum mobilização de estudantes de Engenharia para institucionalização, porque já são abarcados e concordam com seus conselhos profissionais.

O Movimento Estudantil foi um dos protagonistas da constituição do Campo por ter uma perspectiva de contribuir para o seu fortalecimento, sobretudo, porque isso impacta diretamente no futuro profissional dos egressos. Isto significa que os estudantes podem figurar como protagonistas por carregarem em si as motivações de todos os segmentos, uma vez que serão futuros profissionais, com potencial para serem também docentes.

Dada a diversidade do Campo, houve certa dificuldade de localização e entendimento de diversas nomenclaturas do Campo de Públicas. Por essa razão, foi elaborado como mais uma contribuição da pesquisa um Dicionário do Campo de Públicas, com um certo nível de detalhamento e especificação dos termos. Este Dicionário do Campo de Públicas encontra-se no Apêndice D.

## 6. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Felipe Drumond. **Entrevista V (via Skype)**. [Set. 2016]. Entrevistador: Caio Leal. Brasília, 2016b. 1 arquivo .mp3 (55:41 min.).

ARAÚJO, Felipe Drumond. **Re: Entrevista Transcrita**. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <caioarau@hotmail.com>. em: 28 nov. 2016a.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trans.). Lisboa: Edições 70, 2006.

BOURDIEU, Pierre. Le champ scientifique. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, n. 2/3, p. 88-104, 1976. Tradução de Paula Montero.

CÂMARA, Mikael Victor Silva da. **Entrevista VI (via Skype)**. [Set. 2016]. Entrevistador: Caio Leal. Brasília, 2016b. 1 arquivo .mp3 (43:12 min.).

CÂMARA, Mikael Victor Silva da. **Re: Entrevista Transcrita**. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <caioarau@hotmail.com>. em: 27 nov. 2016a.

COELHO, Fernando de Souza. **EDUCAÇÃO SUPERIOR, FORMAÇÃO DE ADMINISTRADORES E SETOR PÚBLICO**: Um estudo sobre o ensino de administração públicas - em nível de graduação - no Brasil. 2006. 151 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administração Pública e Governo, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP, Brasil, 2006.

COELHO, Fernando de Souza. **Entrevista IV (via Skype)**. [Out. 2016]. Entrevistador: Caio Leal. Brasília, 2016. 1 arquivo .mp3 (81:24 min.).

COELHO, Fernando de Souza.; NICOLINI, Alexandre Mendes. Do auge à retração: análise de um dos estágios de construção do ensino de Administração Pública no Brasil (1966 – 1982). **Organizações & Sociedade** (Online), v. 20, p. 403-422, 2013.

COELHO, Fernando de Souza; NICOLINI, Alexandre Mendes. Revisitando as origens do ensino de graduação em Administração Pública no Brasil (1854 – 1952). **Revista de Administração Pública** (Impresso), v. 48, p. 367-388, 2014.

COELHO, Fernando de Souza; OLENSCKI, Antônio Roberto Bono; CELSO, Rafael Prado. Da letargia ao realento: notas sobre o ensino de graduação em Administração Pública no Brasil no entremeio da crise do Estado e da redemocratização no país (1983 – 1994). **Revista de Administração Pública** (Impresso), p. 1707-1732, 2011.

COELHO, Fernando de Souza. **Re: Transcrição da Entrevista**. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <caioarau@hotmail.com>. em: 28 nov. 2016a.

COSTA, Frederico Lustosa da. Brasil: 200 Anos de Estado; 200 Anos de Administração Pública; 200 Anos de Reformas. **Revista de Administração Pública** (Impresso), v. 42, p. 829-874, 2008.

COSTA, Frederico Lustosa da; COSTA, Elza Marinho Lustosa da. Nova história da administração pública brasileira: pressupostos teóricos e fontes alternativas. **Revista de Administração Pública** (Impresso), v. 50, p. 215-236, 2016.

EDUCAÇÃO, Ministério da. **Portal e-MEC**. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em 4 de Setembro de 2016;

FARAH, Marta Ferreira Santos. Administração Pública e Políticas Públicas. **Revista de Administração Pública** (Impresso), v. 45, p. 813-836, 2011.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Formação em Políticas Públicas no Brasil. Das iniciativas pioneiras dos anos 60 à institucionalização do “campo de públicas”. **Revista estudos políticos**, v. 1, p. 192-215, 2016.

FENEAP. **FENEAP no Mapa**. Disponível em: <<http://www.feneap.com/feneap-no-mapa-1>>. Acesso em: 4 set. 2016;

FERNANDES, Ana Beatriz Santos. **Entrevista V (presencial)**. [Out. 2016]. Entrevistador: Caio Leal. Brasília, 2016b. 1 arquivo .mp3 (30:06 min.).

FERNANDES, Ana Beatriz Santos. **Re: Entrevista**. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <caioarau@hotmail.com>. em: 27 nov. 2016a.

GLAESER, Emanuele. **Entrevista VII (via Skype)**. [Out. 2016]. Entrevistador: Caio Leal. Brasília, 2016b. 1 arquivo .mp3 (73:21 min.).

GLAESER, Emanuele. **Re: Entrevista**. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <caioarau@hotmail.com>. em: 27 nov. 2016a.

GODOY, Arilda Schmidt. INTRODUÇÃO À PESQUISA QUALITATIVA E SUAS POSSIBILIDADES. **Revista de Administração de Empresas** (Impresso), v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995a.

GODOY, Arilda Schmidt. PESQUISA QUALITATIVA, TIPOS FUNDAMENTAIS. **Revista de Administração de Empresas** (Impresso), v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995b.

KEINERT, Tania Margarete Mezzomo. O Movimento “Campo de Públicas”: Construindo uma Comunidade Científica dedicada ao Interesse Público e aos Valores Republicanos. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 6, p. 168-219, 2014.

KEINERT, Tania Margarete Mezzomo. Paradigmas da Administração Pública no Brasil (1900-92). **Revista de Administração de Empresas**, SÃO PAULO, v. 34, n.3, p. 33-40, 1994.

KUHN, Thomas Samuel. **A estrutura das revoluções científicas**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

LEAL, Caio. (Brasília). Centro Acadêmico de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília. **UMA HISTÓRIA DE OCUPAÇÃO: DA OCUPAÇÃO À LEGITIMAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DO CAPOP UnB**. 2016. Disponível em:

<<https://unbcapop.wordpress.com/2016/05/25/uma-historia-de-ocupacao-da-ocupacao-a-legitimacao-do-espaco-fisico-do-capop-unb/>>. Acesso em: 25 maio 2016a.

LEAL, Caio. **Entrevista**. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <beatriizsfernandes@gmail.com>. em: 27 nov. 2016a.

LEAL, Caio. **Entrevista**. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <emanueleglaser@hotmail.com>. em: 27 nov. 2016b.

LEAL, Caio. **Entrevista Transcrita**. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <[felipe.a.drumond@gmail.com](mailto:felipe.a.drumond@gmail.com)>. em: 27 nov. 2016c.

LEAL, Caio. **Entrevista Transcrita**. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <mikaelvictor@yahoo.com.br>. em: 27 nov. 2016d.

LEAL, Caio. **Re: Entrevista para Monografia**. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <pires.valdemir@gmail.com>. em: 26 set. 2016e.

LEAL, Caio. **Transcrição da Entrevista**. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <fernandocoelho@usp.br>. em: 27 nov. 2016f.

LEAL, Caio. **Transcrição da Entrevista**. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <magdadelimalucio@gmail.com; magda@unb.br>. em: 28 nov. 2016g.

LÚCIO, Magda de Lima. **Entrevista II (presencial)**. [Out. 2016]. Entrevistador: Caio Leal. Brasília, 2016b. 1 arquivo .mp3 (13:40 min.).

LÚCIO, Magda de Lima. **Re: Transcrição da Entrevista**. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <caioarau@hotmail.com>. em: 27 nov. 2016a.

MURARO, Cecília Cristina. Os Paradigmas de Kuhn e o campo de Bourdieu: fundamentações filosóficas para a Hermenêutica Jurídica. **Âmbito Jurídico**, v. 76, p. 7734, 2010.

PIRES, Valdemir. **Entrevista**. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <caioarau@hotmail.com>. em: 30 set. 2016a.

PIRES, Valdemir. **Entrevista I (via Skype)**. [Set. 2016]. Entrevistador: Caio Leal. Brasília, 2016b. 1 arquivo .mp3 (46:15 min.).

PIRES, Valdemir; MIDDLEJ, Suylan; FONSECA, Sérgio; VENDRAMINI, Patrícia; COELHO, Fernando. Dossiê – Campo de Públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 6. P. 110-126, 2014.

PÚBLICAS, Campo de. **Ata do I Seminário de Regionalização do Campo de Públicas – Nordeste**: Blog do Campo de Públicas. 2016. Disponível em: <<https://campodepublicas.wordpress.com/memoria/>>. Acesso em: 4 set. 2016;

PÚBLICAS, Campo de. **Blog do Campo de Públicas.** Disponível em: <<https://campodepublicas.wordpress.com/>>. Acesso em 4 de Setembro de 2016.

PÚBLICAS, Campo de. **Carta de Balneário Camboriú:** Blog do Campo de Públicas. 2010. Disponível em: <<https://campodepublicas.wordpress.com/memoria/>>. Acesso em: 4 set. 2016;

PÚBLICAS, Campo de. **Carta de Brasília:** Blog do Campo de Públicas. 2013. Disponível em: <<https://campodepublicas.wordpress.com/memoria/>>. Acesso em: 4 set. 2016;

PÚBLICAS, Campo de. **Carta de Serra Negra:** Blog do Campo de Públicas. 2011. Disponível em: <<https://campodepublicas.wordpress.com/memoria/>>. Acesso em: 4 set. 2016;

PÚBLICAS, Campo de. **Estatuto da Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas:** Blog do Campo de Públicas. 2015. Disponível em: <<https://campodepublicas.wordpress.com/memoria/>>. Acesso em: 4 set. 2016;

PÚBLICAS, Campo de; PIRES, Valdemir. **Carta Aberta aos Participantes do XI ENEAP:** Blog do Campo de Públicas. 2012. Disponível em: <<https://campodepublicas.wordpress.com/memoria/>>. Acesso em: 4 set. 2016;

PÚBLICAS, Campo de. **Relato da entrega da Carta de Balneário Camboriú aos Conselheiros da Câmara Superior:** Blog do Campo de Públicas. 2010. Disponível em: <<https://campodepublicas.wordpress.com/memoria/>>. Acesso em: 4 set. 2016;

PÚBLICAS, Campo de. **Relato do I Fórum do Campo de Públicas:** Blog do Campo de Públicas. 2015. Disponível em: <<https://campodepublicas.wordpress.com/memoria/>>. Acesso em: 4 set. 2016;

PÚBLICAS, Campo de. **Relatório do IX Fórum de Coordenadores e Professores do Campo de Públicas:** Blog do Campo de Públicas. 2013. Disponível em: <<https://campodepublicas.wordpress.com/memoria/>>. Acesso em: 4 set. 2016;

PÚBLICAS, Campo de. **Relatório do VI Fórum de Coordenadores e Professores do Campo de Públicas:** Blog do Campo de Públicas. 2011. Disponível em: <<https://campodepublicas.wordpress.com/memoria/>>. Acesso em: 4 set. 2016;

PÚBLICAS, Campo de. **Relatório do VII Fórum de Coordenadores e Professores do Campo de Públicas:** Blog do Campo de Públicas. 2012. Disponível em: <<https://campodepublicas.wordpress.com/memoria/>>. Acesso em: 4 set. 2016;

PÚBLICAS, Campo de. **Relatório do X Fórum de Coordenadores e Professores do Campo de Públicas:** Blog do Campo de Públicas. 2013. Disponível em: <<https://campodepublicas.wordpress.com/memoria/>>. Acesso em: 4 set. 2016;

PÚBLICAS, Campo de. **Relatório do XI Fórum de Coordenadores e Professores do Campo de Públicas:** Blog do Campo de Públicas. 2013. Disponível em: <<https://campodepublicas.wordpress.com/memoria/>>. Acesso em: 4 set. 2016;

PÚBLICAS, Campo de. **Relatório do XII Fórum de Coordenadores e Professores do Campo de Públicas:** Blog do Campo de Públicas. 2014. Disponível em: <<https://campodepublicas.wordpress.com/memoria/>>. Acesso em: 4 set. 2016;

PÚBLICAS, Campo de. **Relatório do XIII Fórum de Coordenadores e Professores do Campo de Públicas:** Blog do Campo de Públicas. 2014. Disponível em: <<https://campodepublicas.wordpress.com/memoria/>>. Acesso em: 4 set. 2016;

PÚBLICAS, Campo de. **Relatório do XIV Fórum de Coordenadores e Professores do Campo de Públicas:** Blog do Campo de Públicas. 2014. Disponível em: <<https://campodepublicas.wordpress.com/memoria/>>. Acesso em: 4 set. 2016;

PÚBLICAS, Campo de. **Relatório do XV Fórum de Coordenadores e Professores do Campo de Públicas:** Blog do Campo de Públicas. 2015. Disponível em: <<https://campodepublicas.wordpress.com/memoria/>>. Acesso em: 4 set. 2016;

Relatório n. 7 do Conselho Pleno, de 1º de outubro de 2013 (2013). Brasília, DF: MEC, CNE, CP.

Resolução n. 1, de 13 de Janeiro de 2014 (2014). Define as Diretrizes Curriculares Nacionais em Administração Pública. Brasília, DF: MEC, CNE, CES.

VENDRAMINI, Patrícia. **Ensino de Administração Pública e o Desenvolvimento de Competências:** A Contribuição do Curso de Administração Pública da ESAG-UDESC. 2013. 262 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administração, Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil, 2013.

WIKIPEDIA. **FENEAP:** FENEAP. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Feneap>>. Acesso em: 4 set. 2016.



## 7. APÊNDICE

### 7.1. Apêndice A – LISTA DE CURSOS DO CAMPO DE PÚBLICAS

**Quadro 15 – LISTA DE CURSOS DO CAMPO DE PÚBLICAS:**

LISTA DE CURSOS DO CAMPO DE PÚBLICAS				
INSTITUIÇÃO	CURSO	GRAU	MODALIDADE	PÚBLICA/PRIVADA
UnB	Gestão de Políticas Públicas	Bacharelado	Presencial	Pública
UNICAMP				
USP				
UFRN				
UFC				
UFMT	Administração Pública	Bacharelado	EAD	Pública
UFS		Bacharelado	EAD	Pública
UFAM		Bacharelado	EAD	Pública
UFAM		Sequencial	Presencial	Pública
UFOP		Bacharelado	EAD	Pública
UFU		Bacharelado	EAD	Pública
UECE		Bacharelado	Presencial	Pública
UDESC Florianópolis		Bacharelado	Presencial	Pública
UDESC Balneário Camboriú		Bacharelado	Presencial	Pública
UEG		Bacharelado	EAD	Pública
UNESP		Bacharelado	Presencial	Pública
UEM		Bacharelado	EAD	Pública
UFSJ		Bacharelado	EAD	Pública
FGV-EAESP		Bacharelado	Presencial	Privada
UNIMONTES		Bacharelado	EAD	Pública
UNISUL		Tecnológico	EAD	Pública
UFMA		Bacharelado	EAD	Pública
UEPB		Bacharelado	EAD	Pública
UFPA		Bacharelado	EAD	Pública
UFRN		Bacharelado	EAD	Pública
UFPR		Bacharelado	EAD	Pública
UFF		Bacharelado	Presencial	Pública
UFF		Bacharelado	EAD	Pública
UFRRJ		Bacharelado	Presencial	Pública
UFJF		Bacharelado	EAD	Pública
UFAL		Bacharelado	Presencial	Pública
UFPB		Bacharelado	EAD	Pública



UFCA		Bacharelado	Presencial	Pública
UNILA	Administração Pública e Políticas Públicas	Bacharelado	Presencial	Pública
UFRGS	Administração Pública e Social	Bacharelado	Presencial	Pública
UFRJ	Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social	Bacharelado	Presencial	Pública
UFOPA	Gestão Pública para o Desenvolvimento Regional	Bacharelado	Presencial	Pública
UFPR	Gestão Pública	Bacharelado	Presencial	Pública
UFMG		Bacharelado	Presencial	Pública
UFPB		Bacharelado	Presencial	Pública
UNIFAI		Sequencial	Presencial	Privada
UNISINOS		Tecnológico	EAD	Privada
FEEVALE		Tecnológico	EAD	Privada
UEG		Tecnológico	Presencial	Pública
UERN		Tecnológico	Presencial	Pública
CEUCLAR		Tecnológico	EAD	Privada
USS		Tecnológico	Presencial	Privada
UNESA		Tecnológico	EAD	Privada
UMESP		Tecnológico	EAD	Privada
UNICSUL		Tecnológico	EAD	Privada
UNOESTE		Tecnológico	Presencial	Privada
UNISC		Tecnológico	EAD	Privada
UNOPAR		Tecnológico	EAD	Privada
UNINOVE		Tecnológico	EAD	Privada
UNIP		Tecnológico	Presencial	Privada
UNIP		Tecnológico	EAD	Privada
PUC MINAS		Tecnológico	EAD	Privada
UMA		Tecnológico	Presencial	Privada
UNI-BH		Tecnológico	Presencial	Privada
UNIPÊ		Tecnológico	Presencial	Privada
UNIMONTES		Tecnológico	Presencial	Pública
FMU		Tecnológico	Presencial	Privada
UNAMA		Tecnológico	Presencial	Privada
UNIFACS		Tecnológico	EAD	Privada
UCDB		Tecnológico	EAD	Privada
UNIT		Tecnológico	Presencial	Privada

UNIT	Tecnológico	EAD	Privada
UNICEUB	Tecnológico	Presencial	Privada
UCB	Tecnológico	Presencial	Privada
UNICID	Tecnológico	EAD	Privada
URI	Tecnológico	Presencial	Privada
UNIPAR	Tecnológico	EAD	Privada
UNC	Tecnológico	Presencial	Privada
ULBRA	Tecnológico	EAD	Privada
FCEACDB	Tecnológico	Presencial	Privada
UNISUL	Tecnológico	EAD	Privada
UNIFRAN	Tecnológico	EAD	Privada
UNIVALE	Tecnológico	Presencial	Privada
UDF	Tecnológico	Presencial	Privada
UBC	Tecnológico	EAD	Privada
UBC	Tecnológico	Presencial	Privada
PUC GOIÁS	Tecnológico	Presencial	Privada
UNIJUI	Tecnológico	EAD	Privada
UNIMAN	Tecnológico	Presencial	Pública
UNIFOR	Tecnológico	Presencial	Privada
UFRN	Tecnológico	Presencial	Pública
UFRN	Tecnológico	EAD	Pública
UFPR	Tecnológico	Presencial	Pública
UFBA	Tecnológico	Presencial	Pública
UFPB	Tecnológico	Presencial	Pública
IFMA	Tecnológico	Presencial	Pública
UFPEL	Tecnológico	Presencial	Pública
UNIVERSO Salvador	Tecnológico	Presencial	Privada
UNIVERSO Goiânia	Tecnológico	Presencial	Privada
UNIVERSO Belo Horizonte	Tecnológico	Presencial	Privada
UNIVERSO Juiz de Fora	Tecnológico	Presencial	Privada
UNIVERSO Recife	Tecnológico	Presencial	Privada
UNIVERSO Campos dos Goytacazes	Tecnológico	Presencial	Privada
UNIVERSO Niterói	Tecnológico	Presencial	Privada
UNIVERSO São Gonçalo	Tecnológico	Presencial	Privada
UNIVERSO	Tecnológico	EAD	Privada
CIESA	Tecnológico	Presencial	Privada
UNIDERP	Tecnológico	EAD	Privada
UNP	Tecnológico	Presencial	Privada
UNP	Tecnológico	Presencial	Privada

UNP	Tecnológico	EAD	Privada
UNIFACEX	Tecnológico	Presencial	Privada
UNIC / PITÁGORAS	Tecnológico	Presencial	Privada
UNIVAG	Tecnológico	Presencial	Privada
FAFICH	Tecnológico	Presencial	Pública
IMESA	Tecnológico	Presencial	Pública
CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE CAMPO GRANDE	Tecnológico	Presencial	Privada
UNIMES	Tecnológico	EAD	Privada
UEMG	Tecnológico	Presencial	Pública
FMN SALVADOR	Tecnológico	Presencial	Privada
IESB	Tecnológico	Presencial	Privada
IESB	Tecnológico	EAD	Privada
IESB	Tecnológico	Presencial	Privada
IESB	Tecnológico	Presencial	Privada
IESB	Tecnológico	Presencial	Privada
FASE	Tecnológico	Presencial	Privada
IFRN	Tecnológico	Presencial	Pública
UNIEURO	Tecnológico	Presencial	Privada
UNIEURO	Tecnológico	Presencial	Privada
CEUNSP	Tecnológico	Presencial	Privada
UNIJORGE	Tecnológico	Presencial	Privada
UNIJORGE	Tecnológico	Presencial	Privada
UNIJORGE	Tecnológico	Presencial	Privada
UNICESUMAR	Tecnológico	EAD	Privada
FAEL	Tecnológico	EAD	Privada
IESACRE	Tecnológico	Presencial	Privada
UNIRONDON	Tecnológico	Presencial	Privada
UNIRONDON	Tecnológico	Presencial	Privada
DOM BOSCO	Tecnológico	Presencial	Privada
UNISEB	Tecnológico	EAD	Privada
ESTÁCIO FAL	Tecnológico	Presencial	Privada
FIFE	Tecnológico	Presencial	Privada
FAPRO	Tecnológico	Presencial	Privada
FACISA	Tecnológico	Presencial	Privada
FBM	Tecnológico	Presencial	Privada
FVJ	Tecnológico	Presencial	Privada
UNINORTE	Tecnológico	EAD	Privada

UNIASSELVI	Tecnológico	EAD	Privada
UNINTER	Tecnológico	Presencial	Privada
UNINTER	Tecnológico	EAD	Privada
FACEB	Tecnológico	Presencial	Privada
UNIRON	Tecnológico	Presencial	Privada
FCJ	Tecnológico	Presencial	Privada
FAPRO	Tecnológico	Presencial	Privada
FUMEC	Tecnológico	EAD	Privada
FTC	Tecnológico	Presencial	Privada
FGF	Tecnológico	EAD	Privada
FAPRO	Tecnológico	Presencial	Privada
ESTÁCIO AMAZÔNIA	Tecnológico	Presencial	Privada
FTNCDA	Tecnológico	Presencial	Privada
IMES	Tecnológico	Presencial	Privada
IFPA	Tecnológico	Presencial	Pública
UNIFEOB	Tecnológico	EAD	Privada
EBAPE	Tecnológico	EAD	Privada
CLARETIANORC	Tecnológico	Presencial	Privada
FACULDADES CATHEDRAL	Tecnológico	Presencial	Privada
ESTÁCIO FAP	Tecnológico	Presencial	Privada
DOCTUM	Tecnológico	Presencial	Privada
Estácio FASE	Tecnológico	Presencial	Privada
FVH	Tecnológico	Presencial	Privada
FAAO	Tecnológico	Presencial	Privada
IMED	Tecnológico	Presencial	Privada
FAINTIPI	Tecnológico	Presencial	Privada
PFD	Tecnológico	Presencial	Privada
UNINASSAU	Tecnológico	EAD	Privada
FABEL	Tecnológico	Presencial	Privada
FDR	Tecnológico	Presencial	Privada
FADERGS	Tecnológico	Presencial	Privada
FACULDADE PROJEÇÃO DO GUARÁ	Tecnológico	Presencial	Privada
FPB	Tecnológico	Presencial	Privada
IFSC	Tecnológico	EAD	Pública
IFMT	Tecnológico	Presencial	Pública
UEA Anori	Tecnológico	Presencial	Pública
UEA Apuí	Tecnológico	Presencial	Pública
UEA Autazes	Tecnológico	Presencial	Pública

UEA Barcelos	Tecnológico	Presencial	Pública
UEA Barreirinha	Tecnológico	Presencial	Pública
UEA Beruri	Tecnológico	Presencial	Pública
UEA Boa Vista dos Ramos	Tecnológico	Presencial	Pública
UEA Boca do Acre	Tecnológico	Presencial	Pública
UEA Borba	Tecnológico	Presencial	Pública
UEA Carauari	Tecnológico	Presencial	Pública
UEA Careiro	Tecnológico	Presencial	Pública
UEA Coari	Tecnológico	Presencial	Pública
UEA Eirunepé	Tecnológico	Presencial	Pública
UEA Envira	Tecnológico	Presencial	Pública
UEA Fonte Boa	Tecnológico	Presencial	Pública
UEA Humaitá	Tecnológico	Presencial	Pública
UEA Ipixuna	Tecnológico	Presencial	Pública
UEA Iranduba	Tecnológico	Presencial	Pública
UEA Itacoatiara	Tecnológico	Presencial	Pública
UEA Itapiranga	Tecnológico	Presencial	Pública
UEA Jutai	Tecnológico	Presencial	Pública
UEA Lábrea	Tecnológico	Presencial	Pública
UEA Manacapuru	Tecnológico	Presencial	Pública
UEA Manaus	Tecnológico	Presencial	Pública
UEA Manaus	Tecnológico	Presencial	Pública
UEA Manicore	Tecnológico	Presencial	Pública
UEA Maués	Tecnológico	Presencial	Pública
UEA Nhamundá	Tecnológico	Presencial	Pública
UEA Nova Olinda do Norte	Tecnológico	Presencial	Pública
UEA Nova Aripuanã	Tecnológico	Presencial	Pública
UEA Parintins	Tecnológico	Presencial	Pública
UEA Presidente Figueiredo	Tecnológico	Presencial	Pública
UEA Santo Antônio do Ica	Tecnológico	Presencial	Pública
UEA São Gabriel da Cachoeira	Tecnológico	Presencial	Pública
UEA São Paulo de Olivença	Tecnológico	Presencial	Pública
UEA São Sebastião de Uatumã	Tecnológico	Presencial	Pública
UEA Tabatinga	Tecnológico	Presencial	Pública
UEA Tapauá	Tecnológico	Presencial	Pública
UEA Tefé	Tecnológico	Presencial	Pública
UEA Urucará	Tecnológico	Presencial	Pública

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFTEC	Tecnológico	EAD	Privada
FABEC	Tecnológico	Presencial	Privada
FJAV	Tecnológico	Presencial	Privada
ALFA	Tecnológico	Presencial	Privada
IAVM	Tecnológico	EAD	Privada
FBC	Tecnológico	Presencial	Privada
SENACSP	Tecnológico	EAD	Privada
FATEJ	Tecnológico	Presencial	Privada
FTED	Tecnológico	Presencial	Privada
Ftec Porto Alegre	Tecnológico	Presencial	Privada
IFFarroupilha	Tecnológico	Presencial	Pública
FNC	Tecnológico	Presencial	Privada
PIT-FATEC	Tecnológico	Presencial	Privada
UFRB	Tecnológico	Presencial	Pública
Faculdade Valorem	Tecnológico	Presencial	Privada
IFRO	Tecnológico	Presencial	Pública
IFTO	Tecnológico	Presencial	Pública
ITOP	Tecnológico	Presencial	Privada
FACULDADE PITÁGORAS DE TECNOLOGIA DE CONTAGEM	Tecnológico	Presencial	Privada
FACULDADE FORTIUM	Tecnológico	Presencial	Privada
FUL	Tecnológico	Presencial	Privada
UNIPAMPA	Tecnológico	Presencial	Pública
FENORD	Tecnológico	Presencial	Privada
FACULDADES OPET	Tecnológico	Presencial	Privada
FACULDADES OPET	Tecnológico	EAD	Privada
FICA	Tecnológico	Presencial	Privada
FAMA	Tecnológico	Presencial	Privada
FACO	Tecnológico	Presencial	Privada
FATENP	Tecnológico	Presencial	Privada
FUNEC Mariana	Tecnológico	Presencial	Privada
FUNEC Montes Claros	Tecnológico	Presencial	Privada
FUNEES Teófilo Otoni	Tecnológico	Presencial	Privada
FUNEES Uberlândia	Tecnológico	Presencial	Privada
Faculdade Presidente Antônio Carlos de Uberaba	Tecnológico	Presencial	Privada
IFB	Tecnológico	Presencial	Pública



IFPR		Tecnológico	EAD	Pública
IFPR		Tecnológico	Presencial	Pública
FCB		Tecnológico	Presencial	Privada
IMEPAC		Tecnológico	Presencial	Privada
UFF	Políticas Públicas	Bacharelado	Presencial	Pública
UFRGS				
UFABC				
UFG	Ciências Sociais - Políticas Públicas			

Fonte: Ministério da Educação, Portal e-MEC. Disponível em: < <http://emec.mec.gov.br/> >. Acesso em 4 de Setembro de 2016.

## 7.2. Apêndice B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

### ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

#### **PERFIL**

Nome:

- (a) Qual a sua área de formação?
- (b) Qual a sua instituição de origem?
- (c) Há quanto tempo está na instituição?
- (d) Você participa ou participou de quais eventos do Campo de Públicas? (FP3CP, ENEAPs, Reuniões com CFA ou CRAs, Reuniões CNE, MEC, INEP, ANEPCP, I ENEPCP etc...)

#### **QUESTÕES**

- (e) Quando começou a se envolver diretamente com o Campo de Públicas via eventos e/ou atividades?
- (f) O que a/o motivou a participar mais diretamente do Campo?
- (g) Quais foram as principais ações realizadas pelo Campo de Públicas?
- (h) Qual a importância dos docentes para a construção e o fortalecimento do Campo?
- (i) Sobre o papel dos estudantes na construção e fortalecimento do Campo, como você definiria, em poucas palavras:
  - Os ENEAPs
  - A FENEAP
  - O Movimento Estudantil como um todo
- (j) Qual a importância da atuação do Movimento Estudantil para a conquista das DCNs de Administração Pública/Campo de Públicas?
- (k) Você considera que o Movimento Estudantil do Campo de Públicas ao convidar os professores para uma participação ativa nos ENEAPs foi o principal motivador para a criação do FP3CP, por exemplo? Em sua opinião, se isso não ocorresse, o que poderia ter sido diferente na História do Campo de Públicas?
- (l) O que você acha das atuais articulações dos estudantes do Campo de Públicas com os docentes e egressos?

- (m) Como você vê a atuação futura do Movimento Estudantil do Campo de Públicas?
- (n) Você considera o Campo de Públicas relevante na promoção do desenvolvimento nacional? Por que?
- (o) O que você acha da discussão sobre a mudança das siglas ENEAP, FENEAP e CONEAP para ENECAP, FENECAP e CONECAP, respectivamente?

### 7.3. Apêndice C – Lista de Entidades de Base Filiadas às FENEAP

**Quadro 16 – ENTIDADES DE BASE FILIADAS À FENEAP:**

ENTIDADE DE BASE	INSTITUIÇÃO DE ENSINO	CURSO	REGIÃO
CAPOP UnB	UnB	Gestão de Políticas Públicas	Centro-Oeste
CAAP UDESC	UDESC	Administração Pública	Sul
CACIJ UDESC	UDESC	Administração Pública	Sul
DACSAP FJP/MG	EG-FJP/MG	Administração Pública	Sudeste
CAAP UFCA	UFCA	Administração Pública	Nordeste
CENAAP UFPA	UFPA	Administração Pública	Sudeste
DAGV FGV	EAESP/FGV	Administração Pública	Sudeste
DA Sigma UFABC/CAPOL UFABC	UFABC	Políticas Públicas	Sudeste
CAGeP IFB	IFB	Gestão Pública	Centro-Oeste
CAGEP IFRN	IFRN	Gestão Pública	Nordeste
CAAP UNILAB	UNILAB	Administração Pública	Nordeste
CAHS USP	USP	Gestão de Políticas Públicas	Sudeste
CAAP UNESP	UNESP	Administração Pública	Sudeste
CAACS UNICAMP	UNICAMP	Administração Pública	Sudeste
CAAP UENF	UENF	Administração Pública	Sudeste
CAGESP UFPB	UFPB	Gestão Pública	Nordeste
CAAP UFAL	UFAL	Administração Pública	Nordeste
CAGP UFMG	UFMG	Gestão Pública	Sudeste
CACE UFMG	UFMG	Ciências do Estado	Sudeste
CAGPP UFC/	UFC	Gestão de Políticas Públicas	Nordeste
CAGPP UFRN	UFRN	Gestão de Políticas Públicas	Nordeste
CAPP UFRGS	UFRGS	Políticas Públicas	Sul
DAAP UFRRJ	UFRRJ	Administração Pública	Sudeste
DAAP UNIRIO	UNIRIO	Administração Pública	Sudeste
CAGesP UFRJ	UFRJ	Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social	Sudeste
DAGP UNIPAMPA	UNIPAMPA	Gestão Pública	Sul

Fonte: FENEAP, 2016;

#### **7.4. Apêndice D – Dicionário do Campo de Públicas**

Durante a pesquisa realizada para esta Monografia houve alguma dificuldade para se encontrar algumas definições e contextualizações de eventos, instituições, nomes, termos, siglas *etc* do Campo de Públicas, ou que foram importante para o Campo positiva ou negativamente. Por isto, abaixo se propõe um breve Dicionário do Campo de Públicas, como resultado desta pesquisa:

**ANEPCP:** A Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas é a instituição representativa dos docentes do Campo de Públicas, fundada em 2015.

**ANGRAD:** A Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração é a instituição representativa dos docentes dos cursos de Administração, que entrou com recurso contra a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do Campo de Públicas quando estavam sendo discutidas no Conselho Nacional de Educação (CNE). O recurso foi negado posteriormente.

**AP:** “AP” é a abreviação comumente usada para se referir aos cursos de Administração Pública.

**CE:** “CE”, no Campo de Públicas, é abreviação para o curso de Ciências do Estado da UFMG.

**CFA:** O Conselho Federal de Administração é a instituição de representação profissional dos administradores do Brasil e que entrou com recurso contra a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do Campo de Públicas quando estavam sendo discutidas no Conselho Nacional de Educação (CNE). O recurso foi negado posteriormente.

**CNE:** O Conselho Nacional de Educação foi o órgão no qual tramitaram, foram votadas e posteriormente homologadas as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do Campo de Públicas.

**CRAs:** Os Conselhos Regionais de Administração, em maioria, apoiaram o recurso interposto pelo Conselho Federal de Administração (**CFA**) contra a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do Campo de Públicas. O recurso foi negado posteriormente.

**CONEAP:** O Congresso Nacional dos Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas é o evento administrativo-político das e dos estudantes do Campo. Como o próprio nome “Congresso” já endossa, o **CONEAP** é o órgão máximo deliberativo dos estudantes do Campo de Públicas e funciona como uma Câmara ou Assembleia das Entidades de Base – Centros e Diretórios Acadêmicos – filiadas à Federação Nacional dos Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas (**FENEAP**), que preside e organiza o Congresso. Tem direito a voto apenas as Entidades de Base filiadas e com documentação em dia com a Federação, porém, o evento é aberto e com direito a fala para qualquer estudante do Campo de Públicas, independente ser representante de Entidade de Base ou não. Quando foi criado e ocorreu pela primeira vez, em 2007 no **VI** Encontro Nacional dos Estudantes de Administração Pública (**ENEAP**) – que só passaria se chamar “dos Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas” em 2012 – em Florianópolis/SC, o **CONEAP**, que na época era “dos Estudantes de Administração Pública” e só mudaria de nome em 2012, tinha o objetivo de acontecer apenas uma vez ao ano, dentro dos **ENEAPs**, e nele eram eleitas a Direção Executiva da **FENEAP**, na época “dos Estudantes de Administração Pública” que só viria a mudar em 2012, e a Comissão Organizadora do **ENEAP** (**COE**) do ano seguinte. Mas no **V** **CONEAP**, em 2011 durante o **X** **ENEAP** em Serra Negra/SP, foi deliberado para que o **CONEAP** passasse a ter duas edições por ano, visto que “o que se observava era uma falta de tempo para organização dos **ENEAPs** em apenas um ano” (ARAÚJO, 2016), assim, a partir de 2012 no **VI** **CONEAP** em Balneário Camboriú/SC, o **CONEAP** passou a ter uma primeira edição no início do ano, antes do **ENEAP**, mas no estado viria a sediar o **ENEAP** daquele ano, e nele se elegia a **COE** do ano seguinte, deliberações estatutárias e formação de agenda política. No **VII** **CONEAP**, dentro do **XI** **ENEAP** em Florianópolis/SC no ano de 2012, foi colocada para votação e aprovada a mudança dos nomes por extenso da **FENEAP**, do **ENEAP** e do **CONEAP**, que deixaram de ser “dos Estudantes de Administração Pública” para ser “dos Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas”. Um pouco depois, no **IX** **CONEAP**, que ocorreu no **XII** **ENEAP** em Caeté/MG, foi aprovada a mudança da eleição da Direção Executiva da **FENEAP**, que ocorria durante **CONEAP** do **ENEAP**, para o **CONEAP** do início do ano, com o argumento de que “da forma como ocorria antes, as sugestões, prestações de contas, cobranças feitas à **FENEAP** eram um tanto ineficazes, pois a Gestão ouvia, mas deixaria a

gestão naquele mesmo **ENEAP**”, como afirma o ex-Presidente (2013-2015) da **FENEAP** Felipe Drumond Araújo (2016), que esteve à frente da Federação durante esta transição e por isso teve um mandato mais longo para adequação dos prazos para eleições em um **CONEAP** de início de ano. E este é o modelo que se estende até o momento, com um **CONEAP** no início do ano de cunho deliberativo “maior” por ser o evento em que ocorrem as eleições para Diretoria Executiva da **FENEAP** e **COE** do **ENEAP** do ano seguinte, além de formação de agenda política, mudanças estatutárias e debates, e um segundo **CONEAP** do ano durante o **ENEAP**, com um viés mais consultivo e de debates.

**DCNs do Campo de Públicas:** Diretrizes Curriculares Nacionais de Administração Pública, que em seu texto abarca também os cursos de Gestão de Políticas Públicas, Gestão Pública, Políticas Públicas e Gestão Social, ou seja, congrega todo o Campo de Públicas.

**EM Público:** Encontro Mineiro dos Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas, que teve sua primeira edição em 2015 e segunda em 2016.

**ENEAP:** Encontro Nacional dos Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas, anual e que teve em 2016 sua 15ª edição.

**ENEPCP:** Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas, bianual e teve sua primeira edição em 2015.

**ERECAP:** Encontro Regional dos Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas, que já existe e é permanente nas Regiões Nordeste e Sul, tiveram suas primeiras edições em 2015.

**FENEAP:** Federação Nacional dos Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas, entidade representativa nacional dos estudantes do Campo de Públicas e fundada em 2007

**FP3CP:** Fórum de Professores e Coordenadores dos Cursos do Campo de Públicas, era o espaço de discussões e deliberações dos docentes do Campo de Públicas entre 2007 e 2015. Na maioria das vezes ocorreu paralelamente (dentro) dos Encontros Nacionais dos Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas (**ENEAPs**) e é o espaço de discussões docentes que precedeu e deu origem à Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (**ANEPCP**).

**GP:** “GP” é a sigla tradicionalmente utilizada para referências aos cursos de graduação em Gestão Pública.

**GPP:** No Campo de Públicas, “GPP” é a sigla usada para se referir a algum curso de graduação em Gestão de Políticas Públicas.

**GS:** “GS” é como se referem à área e cursos de graduação em Gestão Social no Campo de Públicas.

**PPs:** “PPs” é a forma como geralmente se abreviam os cursos de graduação em Políticas Públicas do Campo de Públicas;

**Pro Pública Brasil:** Associação Brasileira de Profissionais do Campo de Públicas é a associação de representação profissional dos egressos do Campo de Públicas, fundada este ano (2016) no **XV ENEAP**, em Natal/RN.